

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PESSOAL

FCA 30-3

INTERPRETANDO A LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

2008

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**



PESSOAL

FCA 30-3

INTERPRETANDO A LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

2008



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

PORTARIA DIRAP Nº 698/DIR, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008.

Aprova a reedição do Folheto do Comando da Aeronáutica (FCA 30-3) "Interpretando a Legislação de Pessoal".

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso III, do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 215/GC3, de 24 de fevereiro de 2005, e considerando a subdelegação de competência de que trata a Portaria COMGEP nº 049/5EM, de 29 JUN 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do Folheto do Comando da Aeronáutica (FCA 30-3) "Interpretando a Legislação de Pessoal".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRAP nº 1658/DIR, de 14 de maio de 2004, que aprovou o FCA 30-3 "Interpretando a Legislação de Pessoal".

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Diretor da DIRAP

(Publicado no BCA nº 038, de 26 de fevereiro de 2008)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
2	ASSESSORIA JURÍDICA (AJ)	10
3	ASSESSORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE PESSOAL (SIGPES).....	13
4	ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS (IOM)	14
5	SECRETARIA DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE GRADUADOS (SECPG)	16
6	DIVISÃO DE REGISTRO E CONTROLE (DRC).....	32
7	DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR (DSM).....	41
8	DIVISÃO DO PESSOAL MILITAR (DPM)	46
9	DIVISÃO DO PESSOAL CIVIL (DPC).....	53
10	DISPOSIÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
	Anexo A - Glossário	73
	ÍNDICE	80

PREFÁCIO

A Administração de Pessoal busca ajustar as suas rotinas de trabalho em benefício da precisão no assessoramento e da simplificação dos processos administrativos. A precisão e a simplificação tornar-se-ão mais acuradas na medida em que o conhecimento estiver pronto para a sua aplicação de forma ordenada.

Procurando atender às expectativas dos usuários, este Folheto foi elaborado contendo os questionamentos mais comuns sobre a legislação de Administração de Pessoal da Aeronáutica. Assim, esta publicação não esgota todos os temas, nem tampouco elimina a consulta à legislação específica que deverá constituir-se, sempre, no subsídio final para a solução dos problemas.

A DIRAP estimula a sua leitura e solicita que eventuais sugestões lhe sejam comunicadas, diretamente, com a possível brevidade.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Dar conhecimento ao efetivo do Comando da Aeronáutica da sistemática adotada pela DIRAP nos assuntos de sua competência relativos à administração do pessoal civil e militar.

1.2 ÂMBITO

O presente documento aplica-se a todas as Organizações do Comando da Aeronáutica.

2 ASSESSORIA JURÍDICA – AJ

2.1 QUAL O OBJETIVO DA CITAÇÃO?

R.: “É o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender” (art. 213 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869/73).

2.2 O QUE É INTIMAÇÃO?

R.: “É o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa” (art. 234 do Código de Processo Civil).

2.3 O QUE É SENTENÇA?

R.: Definição do Código de Processo Civil, nos termos do §1º do art. 162: “Sentença é o ato do juiz que implica algumas das situações previstas nos arts. 267 e 269” (Lei nº 5.869/73), ou seja, ato que extinguirá o processo sem resolução do mérito ou com julgamento deste, respectivamente.

2.4 O QUE É ACÓRDÃO?

R.: Julgamento proferido pelos Tribunais (art. 163 do Código de Processo Civil).

2.5 CONTRA QUEM PODE SER PROPOSTO MANDADO DE SEGURANÇA?

R.: Contra a autoridade coatora, entendida como aquela competente para a prática do ato apontado como ilegal ou supostamente praticado com abuso de poder.

2.6 EM QUE SITUAÇÃO É CABÍVEL MANDADO DE SEGURANÇA?

R.: O artigo 5º inciso LXIX, da Constituição Federal/88, e o artigo 1º, da Lei nº 1533/51, determinam a situação de cabimento da Ação Mandamental.

“Artigo 5º, LXIX. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.”

“Artigo 1º. Conceder-se-à mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça.”

2.7 O QUE DEVE SER FEITO PARA TENTAR EVITAR A PROPOSITURA DE MANDADO DE SEGURANÇA?

R.: Os Processos Administrativos, os quais resultarão na prática de Atos Administrativos, devem atender aos princípios constitucionais básicos, especialmente os previstos no artigo 5º (contraditório, ampla defesa...) e os descritos no *caput* do artigo 37 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), todos da Constituição Federal/88.

2.8 COMO O JUDICIÁRIO COMUNICA À AUTORIDADE SUPOSTAMENTE COATORA A EXISTÊNCIA DE AÇÃO MANDAMENTAL?

R.: Por meio de Intimação/Notificação, dirigida à autoridade coatora (art. 7º, Inciso I, da Lei nº 1533/51).

2.9 QUAL O INSTRUMENTO ADEQUADO PARA RESPONDER À INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO SUPRACITADA?

R.: Informações, dirigidas diretamente ao Juízo onde tramita o processo, obedecendo o prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.10 QUEM É COMPETENTE PARA PRESTAR INFORMAÇÕES?

R.: As Informações devem ser prestadas por **Advogado da União, Assessor Jurídico ou Adjunto-Jurídico** e ratificadas pela autoridade apontada como coatora, por meio de Ofício a ser encaminhado tempestivamente ao juízo competente, ou seja, àquele que comunicou a existência da Ação.

2.11 COMO É FEITA A CONTAGEM DE PRAZOS EM PROCESSOS QUE TRAMITAM NO JUÍZO CÍVEL?

R.: Nos termos do artigo 184 do Código de Processo Civil: “Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento”.

2.12 QUAL O PROCEDIMENTO NAS OM ONDE NÃO EXISTE ADVOGADO DA UNIÃO, ASSESSOR JURÍDICO OU ADJUNTO-JURÍDICO?

R.: As informações poderão ser prestadas por civil/militar, Bacharel em Ciências Jurídicas (DIREITO), sendo as mesmas assinadas pela autoridade apontada como coatora.

2.13 QUAIS OS PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE LIMINAR OU TUTELA ANTECIPADA?

R.: Ao receber a Intimação do juízo para o cumprimento da Decisão Judicial, terão de ser obedecidos os limites estabelecidos na referida decisão, atentando-se para o fato de que a liminar só terá efeitos retroativos se expressamente determinado pelo decisum.

2.14 COMO PROCEDER NO CASO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA EM QUE EXISTA CONCESSÃO DE LIMINAR PRECEDENTE?

R.: Quando ocorrer a concessão de liminar *inaudita altera pars*, ou seja, antes mesmo das informações a serem prestadas, dá-se início ao cumprimento da decisão judicial.

A OM terá que encaminhar ao Órgão da Advocacia-Geral da União competente, no prazo máximo de 48 horas, cópias de todas as peças recebidas, assim como indicações de elementos necessários para suspensão da medida liminar, a fim de subsidiar interposição de recurso.

2.15 NO CASO DE AÇÃO EM QUE A UNIÃO (AERONÁUTICA) FIGURE NO POLO PASSIVO (RÉU), QUEM PODE SER CITADO?

R.: A citação é feita a Órgão da Advocacia-Geral da União e recebida por Representante Judicial da União.

2.16 UMA OM DO COMANDO DA AERONÁUTICA PODE RECEBER A CITAÇÃO DESTINADA À UNIÃO?

R.: Não. A União, de acordo com o inciso I, do art. 12, do Código de Processo Civil, é representada em juízo, ativa (autor) e passivamente (réu), por seus procuradores. Cabe orientar o Oficial de Justiça a levar a Citação para Órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

2.17 COMO SÃO ELABORADAS AS INFORMAÇÕES PARA A AGU?

R.: As informações devem observar o previsto no item 4 da ICA 21-4 (“Estrutura e Funcionamento da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica”), aprovada pela Portaria nº 1206/GC3, de 22 de novembro de 2004, bem como as orientações do Rádio nº 11/COJAER, de 18 de outubro de 2005, segundo o qual as informações deverão ser prestadas por intermédio de estudos preparatórios.

2.18 COMO OCORRE O CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL EM AÇÕES DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO?

R.: O cumprimento, nesses casos, inicia-se com o recebimento do mandado de intimação do juiz. O cumprimento obedece aos exatos termos do julgado (liminar, sentença ou acórdão).

2.19 QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO?

R.: Na 1ª Instância, cópia da petição inicial; contestação; sentença; certidão de trânsito em julgado. Na 2ª Instância, além das peças mencionadas na 1ª Instância, deverão ser solicitadas cópias da apelação ou outros recursos; acórdão; relatório; voto e certidão de trânsito em julgado.

2.20 QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE O CUMPRIMENTO DE DECISÃO LIMINAR E UMA DECISÃO JUDICIAL DE CARÁTER DEFINITIVO?

R.: Na Liminar, em regra, não se confere efeitos retroativos ao cumprimento. A liminar pode ser alterada por ocasião da sentença, resolvendo o mérito da tutela jurisdicional pretendida, julgando procedente ou improcedente o pedido. Quando for procedente, mantém-se a decisão liminar. Na ocorrência de julgamento improcedente, revoga-se a decisão liminar que concedia antecipadamente o pedido.

2.21 QUAIS OS PRAZOS QUE A AGU TEM PARA CONTESTAR PERANTE O JUDICIÁRIO?

R.: Ação de Procedimento Ordinário em 60 (sessenta) dias; Ação de Procedimento Sumário no dia da Audiência; Ação de Procedimento Cautelar em 20 (vinte) dias; e Procedimento do Juizado Especial em 30 (trinta) dias.

3 ASSESSORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE PESSOAL (SIGPES)

3.1 O QUE É O REPE?

R.: É o Relatório Estatístico de Pessoal de caráter confidencial, cujo objetivo é o de fornecer informações estatísticas relativas ao efetivo de militares e civis da Aeronáutica para assessoramento e planejamento de alto nível no Comando da Aeronáutica.

3.2 QUAL A FREQUÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DO REPE?

R.: O REPE é confeccionado e distribuído, anualmente, até o dia 10 de Março, com informações atualizadas até o dia 31 de Dezembro do ano anterior.

3.3 QUAIS SÃO AS ORGANIZAÇÕES QUE RECEBEM O REPE?

R.: O REPE é distribuído para o Estado-Maior, os Comandos-Gerais, os Departamentos, a Secretaria de Economia e Finanças e o Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

3.4 O QUE É O SIGPES?

R.: É o “Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal”.

3.5 QUAL O OBJETIVO DO SIGPES?

R.: Manter um Banco de Dados Corporativo em que haja uma abrangência das funções típicas de administração de pessoal, como planejamento e controle de lotação de pessoal, seleção e recrutamento, histórico de cargos e funções, avaliação de desempenho, medalhas e condecorações, justiça e disciplina, treinamento, férias, licenças e histórico de movimentações; processamento do pagamento do pessoal do Comando da Aeronáutica; ações relacionadas ao apoio ao homem, como o controle de provisões; tarefas envolvidas com o controle da qualificação e da experiência profissional, como o registro do histórico operacional e administrativo e o controle da progressão funcional; e procedimentos necessários à execução e controle das alterações do arquivo, otimizando, assim, os processos de gestão de pessoal do Comando da Aeronáutica.

3.6 QUAL O ENDEREÇO DA PÁGINA DO SIGPES NA INTRAER?

R.: O endereço é "www.sigpes.intraer" e é pela página que se tem acesso ao SIGPES.

4 AESSORIA DE INFORMÁTICA E DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS (IOM)

4.1 QUAL O ENDEREÇO DA PÁGINA DA DIRAP NA INTRAER E COMO CONTACTAR SEU 'WEBMASTER'?

R.: O endereço é "www.dirap.intraer" e; o endereço de e-mail do 'WebMaster' é "webmaster@dirap.intraer".

4.2 QUAIS AS INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ACESSADAS ATRAVÉS DA PÁGINA DA DIRAP?

R.: Conforme Mapa do SITE abaixo:

- A Unidade	- Direção	
	- Vice-Direção	
	- Histórico	
	- Missão	
	- Canção	
	- Galeria	Ex-Diretores DPAer
		Ex-Diretores DIRAP
		Graduados/Civil Padrão
- Setores	- GAB	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- AJ	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- SECG	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- DSM	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- DPC	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- DRC	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- IOM	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- DIR	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- VICE	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
	- DPM	- Missão
		- Organograma

		- Atividade
	- CPG	- Missão
		- Organograma
		- Atividade
- Aplicativos	- SISFAG	
	- GDOC	
	- SIDENT	
	- Gerencia de Material	
- Links	- Portal COMAER	
	- COMGEP	
	- SIGPES	
	- GTInap	
- Contatos	- E-mails	
	- Telefones	
- Publicações	- Legislação	RMA 39-1 Regulamento do Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica
		RMA 39-2 Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica
		ICA 39-17 Avaliação de Desempenho de Graduados (Militar)
		ICA 40-1 Registro de Diploma, Certificado e Documento Equivalente (Civil)
		ICA 40-2 Retificação e Alteração de Dados Pessoais (Civil)
		ICA 35-1 Padronização de Processos Administrativos
		FCA 30-2 Melhorando os Conhecimentos da Administração de Pessoal da Aeronáutica
		FCA 30-3 Interpretando a Legislação de Pessoal (Militar e Civil)
	- Revista	
	- Boletins	- BCA (A partir de 18/mar/2002)
		- Bol. Ext. (Até 15/mar/2002)
		- Bol. Int.
- WebMail		
- SAUTI		

5 SECRETARIA DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE GRADUADOS - SECPG

5.1 QUAL A UNIDADE BÁSICA QUE DEVERÁ SER CONSIDERADA NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CARREIRA DOS GRADUADOS?

R.: A graduação em que se encontram e na qual estão dispostos em ordem de precedência hierárquica.

5.2 COMO É ESTABELECIDO O MÉRITO DOS GRADUADOS?

R.: É estabelecido a partir de observações relativas ao desempenho, fornecidas pelas Fichas de Avaliação de Desempenho de Graduados (FAG), Fichas de Transcrição de Elogios, Fichas de Punição, Fichas de Avaliação Eventual (CPG-4) e, também, através de demais componentes objetivos que compõem o somatório de pontos para o cálculo da Lista de Merecimento Relativo.

5.3 QUAL A NATUREZA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE GRADUADOS?

R.: É um processo, por natureza interativo, em que os comandantes, chefes e diretores devem orientar os graduados sobre como proceder, pautando-se nos conceitos, nas definições e nos parâmetros contidos no Estatuto dos Militares, no RDAer, no REPROGAer e no Padrão de Desempenho de Especialidade (PDE).

5.4 QUAL O PAPEL DO AVALIADOR DURANTE O TRANSCORRER DO PERÍODO PADRÃO DE AVALIAÇÃO (PPA)?

R.: O avaliador deve, preliminarmente, planejar o processo, estabelecendo as diretrizes, as metas e as orientações para o início dos trabalhos de avaliação. Durante o PPA propriamente dito, deve continuamente orientar e corrigir o desempenho do graduado. Deve, sempre que possível, criar situações que propiciem ao graduado manifestar o seu desempenho.

5.5 QUE PREMISSAS SÃO CONSIDERADAS FUNDAMENTAIS PARA A EFICÁCIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO?

R.: É premissa fundamental do Processo de Avaliação o comprometimento de avaliadores e de avaliados. Por parte do avaliado, espera-se a busca constante de aprimoramento militar, moral e técnico-profissional e a consciência de que as críticas emitidas por seus chefes e avaliadores visam a sua melhoria. Por parte dos avaliadores, espera-se a consciência de sua responsabilidade no processo e a emissão de avaliações baseadas em observações sistemáticas de seus avaliados, bem como o necessário “feedback” ao avaliado sobre seu desempenho.

5.6 QUE PERÍODO DEVE SER CONSIDERADO PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE GRADUADOS (PPA)?

R.: O PPA inicia-se no dia primeiro de novembro do ano anterior e conclui-se no dia trinta e um de outubro do ano da emissão da FAG.

5.7 QUAL O PERÍODO MÍNIMO PARA UMA CORRETA AVALIAÇÃO DENTRO DO PPA?

R.: Noventa dias de observação do desempenho do graduado.

5.8 DEVE O AVALIADOR CIENTIFICAR O AVALIADO ACERCA DO SEU DESEMPENHO?

R.: Sim. A avaliação do desempenho é um processo interativo entre o avaliador e o avaliado. Ao final do PPA, é importante que o avaliador dê ciência ao graduado sobre o seu desempenho global, comentando méritos e deméritos visando ao aperfeiçoamento futuro. O

avaliador também pode emitir “feedback” durante o processo.

5.9 QUE SITUAÇÕES DEVEM SER CONSIDERADAS NO PREENCHIMENTO DA FAG?

R.: Situações concretas e reais sobre o desempenho do graduado, resultantes da observação, do acompanhamento e das respostas por ele apresentadas ao longo do período. O avaliador deve analisar todo o período e não se deixar induzir pelos fatos mais recentes, ou por fatos já considerados em períodos anteriores, a não ser que sejam casos de reincidência. O desempenho do graduado deve ser avaliado fator a fator e não ser influenciado por impressões gerais. O avaliador deve consultar o chefe anterior, caso tenha pouco tempo como chefe do graduado.

5.10 OS CONCEITOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PODERÃO SER LEVADOS À HOMOLOGAÇÃO EM TRABALHO DE GRUPO?

R.: Sim, o que possibilitará a troca de informações e a diminuição dos erros da avaliação; entretanto, deverá ser considerado que cada avaliação é pessoal e caracterizada por metas estabelecidas para cada graduado, evitando-se comparações entre graduados desempenhando funções diferentes ou mesmo funções similares. Outro cuidado a ser tomado refere-se a não distorção do que foi observado pelo avaliador, isto é, deve-se evitar o erro de padrão ou de leniência em conjunto, no qual se busca subir ou descer a avaliação de todos.

5.11 QUE ERROS DEVEM SER EVITADOS PELO AVALIADOR?

R.: Todos aqueles que influenciam sua apreciação sobre o desempenho do avaliado. Os mais comuns são o erro de tendência central; o erro de padrão; e o erro de halo.

5.12 QUE MEDIDAS PODERÃO SER TOMADAS PARA EVITAR OS ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS NA AVALIAÇÃO DE GRADUADOS E REDUZIR A SUBJETIVIDADE?

R.: O avaliador e o revisor deverão: tratar de fatos reais, com base na sua frequência; analisar apenas o desempenho no período de avaliação, à luz dos encargos ou metas e das orientações do avaliador e da regulamentação apropriada; avaliar fator a fator e não se influenciar por impressões gerais; identificar e promover oportunidades para que os graduados demonstrem o seu desempenho frente aos fatores que devem ser apreciados; e acompanhar e orientar permanentemente o graduado para a melhoria do seu desempenho.

5.13 COMO PODERÃO SER GERADAS OPORTUNIDADES QUE SIRVAM COMO MEIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO?

R.: Além das possibilidades dadas pelas competências funcionais constantes das Instruções Reguladoras de Quadro (IRQ) e do Padrão de Desempenho de Especialidade (PDE), poderão ser criadas oportunidades de proferir palestras sobre assuntos atribuídos ou ao desejo do graduado, de relevância para o setor de trabalho ou para a organização; a presidência de um clube da graduação; a participação em grupo de trabalho para um assunto específico; as conversas informais estimuladas sobre o próprio setor de trabalho; pela coordenação e pela participação em atividades sociais; pela descentralização e delegação de autoridade, propiciando que o graduado realize contatos com outros setores internos e externos. Considerar o desempenho do graduado também em atribuições militares fora do âmbito do setor, tais como em serviços de graduado de dia, representações, formaturas, etc.

5.14 QUAL A BASE LEGAL PARA O ESTABELECIMENTO DO CONCEITO PROFISSIONAL DO MILITAR?

R.: As Obrigações e os Deveres Militares contidos no Estatuto dos Militares e as atribuições

previstas para os graduados nos manuais de Padrão de Desempenho de Especialidade.

5.15 QUANTOS SÃO OS NÍVEIS DE DESEMPENHO APRECIADOS NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO GRADUADO?

R.: São seis os níveis de desempenho que devem ser totalmente assinalados pelo avaliador: NÃO OBSERVADO (NOB), MUITO ABAIXO DO NORMAL (MAB), ABAIXO DO NORMAL (ABN), NORMAL (NOR), ACIMA DO NORMAL (ACN) e MUITO ACIMA DO NORMAL (MAC).

5.16 QUAL A BASE LEGAL PARA O ESTABELECIMENTO DO CONCEITO MORAL, CONSTANTE DA FAG?

R.: As Obrigações e Deveres Militares contidos no Estatuto dos Militares.

5.17 PARA QUE SERVE O CAMPO CONSIDERAÇÕES DO AVALIADOR, CONSTANTE DA FAG?

R.: Este campo serve para o relato de fatos e observações que auxiliem a configurar o desempenho profissional e moral do militar avaliado. Obrigatoriamente, deve ser coerente com os conceitos emitidos quanto aos diversos fatores avaliados. Sempre que houver assinalações nas colunas NOB, MAB, ABN e NÃO, será necessário apresentar as justificativas neste campo. Como sugestões, deverão ser registrados os encargos ou metas estabelecidos. Informar se foi prestada orientação ao graduado no início do período de avaliação para as atividades estabelecidas, ou se as atividades não exigiam orientação específica. Apresentar os fatos que caracterizaram os fatores apreciados, a frequência de sua ocorrência, o desempenho do graduado nos mesmos, bem como os reflexos para a organização. Informar sobre a orientação prestada ao graduado para a correção do seu desempenho e os resultados por ele apresentados. Informar sobre as punições do graduado no período, citando o boletim, e as mudanças de comportamento decorrentes. Mencionar o que o avaliador espera do graduado, à luz do seu desempenho no período, identificando a sua potencialidade. Registrar outras considerações que ajudem a formar um juízo de valor sobre o graduado, tais como o desempenho do graduado em formaturas, representações, serviços, dentre outras situações julgadas relevantes.

5.18 O QUE DEVE SER EVITADO NAS CONSIDERAÇÕES DO AVALIADOR, CONSTANTES DA FAG?

R.: Tratar de desempenhos de períodos passados, a não ser que reincidentes; repetir as definições dos fatores apreciados; comentários discrepantes com os níveis atribuídos aos fatores apreciados; tratar de transgressão disciplinar sem que tenha havido a punição decorrente, ou não aludir ao motivo da não punição; e copiar comentários de fichas passadas ou de outros graduados, ainda que tenham tido atribuições similares no período. Deve-se evitar, também, utilizar termos que apresentem duplo sentido, opiniões pessoais ou rudes.

5.19 PARA QUE SERVE O CAMPO PARECER FINAL DO REVISOR, CONSTANTE DA FAG?

R.: Este campo serve para que o revisor externar a sua opinião quanto às assinalações e relatos do avaliador e, também, para as suas próprias observações. O revisor deve procurar eliminar as incoerências porventura observadas. Da mesma forma, tendo uma visão mais geral do universo de avaliados, deve procurar corrigir os erros eventualmente cometidos pelo avaliador. Quando houver discordância quanto aos níveis de desempenho assinalados, o revisor poderá preencher a quadrícula referente ao nível que julgar apropriado. Nesse caso, deverá obrigatoriamente efetuar as devidas considerações.

5.20 DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PELA AVALIAÇÃO DOS GRADUADOS DO EFETIVO E DOS ADIDOS À OM?

R.: Do Comandante, Chefe ou Diretor.

5.21 A QUEM SERÁ ATRIBUÍDA A RESPONSABILIDADE ESPECÍFICA DE SER O AVALIADOR DO GRADUADO?

R.: Ao oficial chefe-imediato do graduado, independentemente de posto ou quadro. O avaliador deve consultar o chefe anterior, caso tenha pouco tempo como chefe do graduado.

5.22 O COMANDANTE PODERÁ DELEGAR COMPETÊNCIA A UM GRADUADO PARA AVALIAR OUTRO GRADUADO?

R.: Não. Somente oficiais são avaliadores de graduados.

5.23 A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE DE SER REVISOR DE GRADUADO?

R.: Ao Comandante, Chefe ou Diretor da Organização; entretanto, poderá ser delegada competência a oficiais superiores da OM. O Comandante deverá preservar para si a revisão das FAG dos graduados que apresentarem desempenhos fora da normalidade.

5.24 QUAL A DATA LIMITE PARA A ENTRADA DAS FAG NA DIRAP (SECPG)?

R.: Deverão dar entrada, impreterivelmente, na SECPG, até o dia 25 de novembro (envio eletrônico), para que possam ser analisadas e processadas a tempo, evitando, assim, prejuízos à carreira dos graduados.

5.25 QUAIS SÃO OS TIPOS DE FAG?

R.: As FAG podem ser Periódicas, Especiais e Eventuais.

5.26 O QUE É UMA FAG PERIÓDICA?

R.: É aquela preenchida anualmente, ao final do PPA.

5.27 O QUE É UMA FAG ESPECIAL?

R.: É aquela preenchida em qualquer período dentro do PPA, por solicitação do Presidente da CPG.

5.28 O QUE É UMA FICHA DE AVALIAÇÃO EVENTUAL (CPG – 04)?

R.: É aquela preenchida pelo Comandante, Chefe ou Diretor do graduado, ou por Oficiais-Generais, para qualquer graduado, destinada ao relato de fato significativamente meritório ou demeritório. Deverá ser remetida à DIRAP, via CPG, em tempo hábil após a ocorrência, tendo em vista a necessidade de seu uso oportuno, não devendo ser utilizada para registrar comportamentos normalmente relatados na FAG, FPU ou FTE.

5.29 QUAL O GRAU DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS FICHAS DE AVALIAÇÃO?

R.: CONFIDENCIAL.

5.30 É AUTORIZADA A GUARDA OU A REPRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS FAG?

R.: Não. É proibida a guarda ou a reprodução das informações contidas nas Fichas de Avaliação. Os rascunhos utilizados para a sua confecção deverão ser destruídos. Tal procedimento tem por finalidade minimizar a influência de avaliações anteriores sobre o avaliador, uma vez que a FAG se refere ao desempenho em um período determinado.

5.31 ESTÁ PREVISTA ALGUMA FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DO GRADUADO?

R.: Sim, adicionalmente à entrevista do avaliador com o avaliado, ao término da confecção da FAG, a SECPG poderá, a seu critério, informar ao avaliado sobre as deficiências de desempenho relatadas nos instrumentos de avaliação, por meio das ferramentas denominadas Ficha de Orientação de Graduados (FOG) e Ficha de Orientação Especial (FOE).

5.32 O GRADUADO PROMOVIDO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO PERDE SUA POSIÇÃO NA ESCALA HIERÁRQUICA?

R.: Não. O graduado receberá o número que lhe competir na escala hierárquica, como se houvesse sido promovido na época devida, sendo a promoção efetuada segundo os critérios de antiguidade ou de merecimento.

5.33 O GRADUADO AGREGADO PODERÁ SER PREJUDICADO NA SUA PROMOÇÃO, QUANDO ESTIVER NO DESEMPENHO DE CARGO MILITAR OU CONSIDERADO DE NATUREZA MILITAR?

R.: Não, porque concorrerá à promoção por qualquer dos critérios, sem prejuízo do número de concorrentes regularmente estipulados.

5.34 QUAL O CRITÉRIO PARA O ESTABELECIMENTO DA ORDEM HIERÁRQUICA DE COLOCAÇÃO DOS GRADUADOS NAS GRADUAÇÕES INICIAIS?

R.: A ordem de classificação em curso, estágio ou de acordo com os critérios estabelecidos quando do recrutamento para Serviço Militar Inicial.

5.35 O GRADUADO TRANSFERIDO PARA A RESERVA REMUNERADA OU REFORMADO PODERÁ SER PROMOVIDO?

R.: Não.

5.36 QUAL A FINALIDADE DO INTERSTÍCIO?

R.: Permitir que o militar, num período mínimo de efetivo serviço na graduação, contado a partir da data da promoção, adquira conhecimentos e experiência, imprescindíveis ao exercício dos cargos atribuídos à graduação imediatamente superior.

5.37 EM QUE SITUAÇÃO O GRADUADO PODERÁ FICAR IMPEDIDO DE INGRESSAR NO QUADRO DE ACESSO POR INAPTIDÃO FÍSICA TEMPORÁRIA E, CONSEQÜENTEMENTE, IMPEDIDO DE SER PROMOVIDO?

R.: Quando, por tal motivo, estiver agregado por mais de dois anos consecutivos.

5.38 QUANDO E POR QUEM SE EFETUA A PROMOÇÃO POR BRAVURA?

R.: A promoção por bravura é efetivada somente em operações de guerra pelo Comandante da Aeronáutica, Comandante do Teatro de Operações, das Zonas de Defesa, ou pelos Comandantes Operacionais isolados.

5.39 EM QUE SITUAÇÕES SE EFETIVA A PROMOÇÃO “POST-MORTEM”?

R.: Quando o Graduado, independentemente de integrar faixa de cogitação, falecer em uma das seguintes situações:

“I - em ação de combate ou de manutenção da ordem pública;

II - em conseqüência de ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou, ainda, em doença, moléstia ou enfermidade contraídas nessa situação ou dela redundante;

III - em acidente em serviço, ou em conseqüência de doença, moléstia ou enfermidade, que

nele tenham sua causa eficiente (art. 32).

§ 1º O Graduado será também promovido se, ao falecer, integrava a faixa de cogitação dos que concorriam à promoção pelos critérios de antiguidade ou merecimento e satisfazia as condições de acesso”.

5.40 GRADUADO PODERÁ SER RESSARCIDO DA SUA PRETERIÇÃO AO SER PROMOVIDO?

R.: Sim, desde que seja reconhecido o seu direito à promoção, quando:

“I - tiver solução favorável a recurso interposto;

II - cessar sua situação de prisioneiro de guerra, desaparecido ou extraviado;

III - for absolvido ou impronunciado no processo a que estiver respondendo;

IV - não for considerado culpado em Conselho de Disciplina; e

V - tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo”.

5.41 DE QUE MODO PODERÁ SER RECONHECIDO O DIREITO À PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO?

R.: Poderá ser “ex-officio”, ou mediante recurso interposto à Comissão de Promoções de Graduados (CPG).

5.42 A QUEM COMPETE O INÍCIO DO PROCESSO PARA O RECONHECIMENTO DO DIREITO À PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO “EX-OFFICIO”?

R.: À CPG.

5.43 COMO OS GRADUADOS TOMAM CONHECIMENTO DOS QUADROS DE ACESSO?

R.: Por intermédio de transcrição da matéria pertinente no BCA, publicada nos Boletins Internos das OM.

5.44 COMO É JULGADA A HABILITAÇÃO DO GRADUADO PARA O INGRESSO NO QUADRO DE ACESSO POR MERECIMENTO (QAM)?

R.: Pela apreciação do mérito e das qualidades exigidas para a promoção, que devem considerar, além de outros requisitos peculiares:

“I - a eficácia revelada no desempenho de funções e atividades;

II - a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas;

III - a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão;

IV - os resultados dos cursos regulamentares realizados; e

V - o realce do Graduado entre seus pares”.

5.45 EM QUE SITUAÇÕES SERÁ EXCLUÍDO DO QAM JÁ ORGANIZADO, OU DELE NÃO PODERÁ CONSTAR, O GRADUADO QUE AGREGAR OU ESTIVER AGREGADO?

R.: “I - por motivo de gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, por prazo superior a seis meses contínuos;

II - em virtude de encontrar-se no exercício de cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta; e

III - por ter passado à disposição de Ministério Civil, ou órgão do Governo Federal, ou do Distrito Federal, para exercer função de natureza civil”.

5.46 O QUE DEVERÁ OCORRER PARA QUE O GRADUADO EXCLUÍDO DO QAM JÁ ORGANIZADO, OU QUE DELE NÃO CONSTE, POR MOTIVO DE AGREGAÇÃO POSSA SER INCLUÍDO OU REINCLUÍDO NO QAM?

R.: O graduado deverá reverter ao respectivo Quadro, pelo menos trinta dias antes da data da promoção.

5.47 EM QUE SITUAÇÕES O GRADUADO NÃO PODERÁ CONSTAR DE QUALQUER QUADRO DE ACESSO?

R.: Conforme o artigo 44 do REPROGAER:

- “I - em licença para tratar de interesse particular;
- II - considerado prisioneiro de guerra, desaparecido ou extraviado;
- III - na situação de desertor;
- IV - considerado incapaz definitivamente para o serviço militar;
- V - estiver em dívida com a Fazenda Nacional, por alcance;
- VI - no serviço ativo mediante concessão de liminar, enquanto não for transitada em julgado a sentença de mérito; entretanto, será promovido em ressarcimento de preterição, caso lhe tenha sido favorável a sentença de mérito passada em julgado;
- VII - afastado do cargo por condenação;
- VIII - afastado do cargo por decisão administrativa;
- IX - submetido a Conselho de Disciplina, instaurado “ex-officio”;
- X - denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não houver transitado em julgado;
- XI - preso preventivamente, em virtude de Inquérito Policial Militar instaurado; e
- XII - cumprindo pena restritiva de liberdade por sentença transitada em julgado, mesmo quando beneficiado por livramento condicional.”

Não poderá constar, ainda, conforme o Art. 45 do REPROGAER:

- “I - deixar de satisfazer as condições de acesso estabelecidas no art. 16; e
- II - for considerado inabilitado para o acesso, a juízo da Comissão de Promoções de Graduados, por ser incapaz de atender a qualquer dos requisitos estabelecidos nos incisos II e III do art. 15.

§ 1º O Graduado, com estabilidade adquirida, que incidir no inciso II deste artigo, será considerado inabilitado para o acesso, em caráter provisório, e submetido a Conselho de Disciplina nos termos do Decreto nº 71.500, de 5 Dez. 1972.

§ 2º O Graduado, sem estabilidade assegurada, que incidir no inciso II deste artigo, será considerado inabilitado para o acesso, em caráter definitivo, e licenciado nos termos do Estatuto dos Militares.

§ 3º O Comandante da Aeronáutica, após receber o relatório do Conselho de Disciplina, instaurado na forma do § 1º deste artigo, considerará, ou não, o Graduado inabilitado para o acesso em caráter definitivo, determinando, se for o caso, sua reforma ou exclusão do serviço ativo a bem da disciplina, nos termos do Estatuto dos Militares.

5.48 DE QUE MODO É ASSEGURADA A RENOVAÇÃO, O EQUILÍBRIO, A REGULARIDADE DE ACESSO E A ADEQUAÇÃO DOS EFETIVOS EM CADA GRADUAÇÃO?

R.: Pela aplicação da quota compulsória.

A quota compulsória, estabelecida por graduação, será fixada em portaria do Comandante da Aeronáutica, até o dia 15 de janeiro de cada ano, deduzindo-se do número mínimo de vagas fixado para aquele ano:

- “I - as vagas fixadas para a graduação imediatamente superior; e
- II - as vagas havidas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior”.

5.49 QUANDO SERÁ APLICADA A QUOTA COMPULSÓRIA?

R.: Só será aplicada quando houver, na graduação imediatamente abaixo, Graduados que satisfaçam as condições de acesso.

“A DIRAP elaborará, até 31 de janeiro de cada ano, a lista dos Graduados destinados a integrar a quota compulsória.

A inclusão na quota compulsória obedecerá as seguintes prescrições:

I - inicialmente, requerimentos apresentados pelos Graduados da ativa que, contando mais de vinte anos de tempo efetivo de serviço, requererem sua inclusão, dando-se atendimento por prioridade, em cada graduação, aos mais idosos; e

II - se não for atingida pelos requerentes de que trata o inciso I, será completada “ex-officio” por outros Graduados, de acordo com a seguinte prioridade:

a) os que contarem mais de trinta anos de efetivo serviço e mais tempo na graduação do que o ideal de permanência; e

b) os que, contando mais de vinte anos de efetivo serviço, deixarem de integrar os QAA durante o tempo ideal de permanência na graduação, se neles tiver ingressado Graduado mais moderno.

Parágrafo único - Dentre Graduados em igualdade de condições, terão preferência os de menor merecimento, em igualdade de merecimento, os de mais idade e, em caso de mesma idade, os mais modernos”.

5.50 ATÉ QUE DIA DEVERÁ SER FEITA A TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA DOS GRADUADOS ATINGIDOS POR QUOTA COMPULSÓRIA?

R.: Deverá ocorrer, no máximo, até 15 de março de cada ano.

5.51 COMO OS GRADUADOS TOMARÃO CONHECIMENTO DE SUA INCLUSÃO EM QUOTA COMPULSÓRIA?

R.: Deverão ser notificados pela DIRAP, no máximo, em cinco dias úteis, a contar de 31 de janeiro.

5.52 QUAL O MEIO LEGAL QUE DISPÕE O GRADUADO PARA PLEITEAR A MODIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE O TENHA PREJUDICADO OU DE RECONHECIMENTO DE UM DIREITO QUE JULGUE LHE TENHA SIDO NEGADO?

R.: O Recurso.

5.53 QUAIS OS CASOS EM QUE O GRADUADO PODERÁ INTERPOR RECURSO?

R.: “I - ao julgar-se prejudicado em seu direito à promoção ou composição de Quadro de Acesso;

II - for considerado inabilitado para inscrição/matricula em concursos, cursos e estágios;

III - for indicado para integrar quota compulsória; e

IV - for considerado inabilitado para o acesso, a juízo da Comissão de Promoções de Graduados (CPG), por ser incapaz de atender a qualquer dos requisitos estabelecidos nos incisos II e III do art. 15 do REPROGAER, quando se tratar do graduado sem estabilidade adquirida.”

5.54 COMO SERÃO EFETUADAS AS PROMOÇÕES NO QUADRO DE TAIFEIROS?

R.: Serão efetuadas de acordo com os dispositivos do REPROGAER, RCPGAER e da IRQTA.

5.55 O QUE É CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: É um processo de caráter administrativo-disciplinar, previsto no art. 49 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), de procedimento e rito especial, regulado no âmbito das Forças Armadas pelo Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, cujo ritmo e amplitude com que são praticados os atos processuais, é padronizado no Comando da Aeronáutica por meio da ICA 111-4 (Conselho de Disciplina no âmbito do Comando da

Aeronáutica), aprovada pela Port. nº 235/GC3, de 4 de abril de 2007, obedecidos os princípios básicos da administração pública e as regras da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aplicando-se, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.

5.56 QUAL O PROPÓSITO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: É destinado a julgar da presumível incapacidade do Aspirante-a-Oficial e das praças com estabilidade assegurada para permanência no serviço ativo da FAB, como também das praças reformadas ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

5.57 DE QUEM É A COMPETÊNCIA, POR DELIBERAÇÃO PRÓPRIA OU POR ORDEM SUPERIOR, DA NOMEAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: a) Do Oficial-General em cargo de Comando ou correspondente, posicionado na linha de subordinação direta do Aspirante-a-Oficial ou Suboficial da ativa;
b) Do Comandante, Diretor ou Chefe de OM, para o julgamento das demais Praças estabilizadas sob sua subordinação; e
c) Do Comandante do COMAR a que estiver vinculada a Praça da reserva remunerada ou reformada.

5.58 QUAIS AS CONDICIONANTES QUE ENSEJAM A INSTAURAÇÃO DE UM CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: A 1ª condição, assinalada no art. 2º do Dec. nº 71.500, de 1972, e que mais freqüentemente aparece como fundamento do Conselho, é quando o graduado for “acusado oficialmente, por qualquer meio lícito de comunicação social, de ter procedido incorretamente no desempenho do cargo militar; de haver tido conduta irregular ou praticado ato que afete a honra pessoal, pundonor militar ou decore da classe”;

A 2ª condição, regulada no Dec. nº 71.500, de 1972, como elemento gerador de um Conselho, contempla todo e qualquer caso em que o comportamento assumido pelo graduado exige o seu imediato afastamento do cargo ou da função que desempenha, para evitar o comprometimento da disciplina, na forma prevista no “Capítulo III, da Seção I, art. 43 do Estatuto dos Militares”;

A 3ª condição, assinalada no art. 2º do Dec. nº 71.500, de 1972, refere-se à “condenação judicial, a pena restritiva de liberdade individual, até dois anos, tanto no foro militar, quanto no foro civil, por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à segurança do Estado”. Portanto, quando uma sentença condenatória reunir esses quatro fatores: restritiva da liberdade individual; advir de crime doloso; ter capitulação no Código Penal ou no Código Penal Militar; ser igual ou inferior a dois anos, e o criminoso for Aspirante-a-Oficial ou graduado com estabilidade assegurada, pode-se afirmar, a priori, que se deve instaurar um Conselho de Disciplina;

A 4ª condição refere-se ao militar pertencente a partido político ou associação que tenha seu funcionamento proibido por lei ou, não sendo proibido, tenham por escopo a propagação e o efetivo exercício de “atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional”. Para efeito de aplicação do Dec. nº 71.500, de 1972, considera-se como pertencente a partido político ou associação, o graduado que: estiver inscrito como seu membro, prestar serviços ou angariar valores em seu benefício, realizar propaganda de suas doutrinas e colaborar, por qualquer forma, mas sempre de modo inequívoco e doloso, em suas atividades. Não se considera para efeito deste inciso, a filiação em partidos políticos ou associações regularmente constituídas, em que pese a vedação constitucional estatuída nos incisos IV e V do art. 142 da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988; e

A 5ª condição enquadra o graduado, com estabilidade adquirida, que receber parecer desfavorável para compor o Quadro de Acesso por Antigüidade (QAA), ficar inabilitado em caráter provisório, a juízo da Comissão de Promoções de Graduados (CPG), por ser incapaz de satisfazer a qualquer dos requisitos estabelecidos nos incisos II e III do art. 15 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER), aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993 e, por conta disto, incidir no previsto no § 1º do art. 45 do REPROGAER, com nova redação dada pelo Decreto nº 2.166, de 27 de fevereiro de 1997.

5.59 O QUE É “MEIO LÍCITO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL” PARA QUE O MILITAR ACUSADO SE ENQUADRE NO ESTIPULADO PELO ART. 1º DO DEC. Nº 71.500, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972?

R.: A lei exige que a acusação seja concreta, assinada ou publicada em órgão idôneo, partida de origem perfeitamente identificável, que possa ser chamada, quando necessário, para contestar aquilo que alega em documento próprio, não podendo se enquadrar na hipótese uma carta anônima, um panfleto de origem não identificada, uma acusação verbal que possa ser destruída pela mesma palavra de quem formulou a acusação.

5.60 QUAIS SÃO AS AUTORIDADES COMPETENTES PARA DETERMINAR O IMEDIATO AFASTAMENTO DO CARGO OU DA FUNÇÃO QUE DESEMPENHA O GRADUADO, EMBORA SEM TER CONTRA ELE UMA ACUSAÇÃO FORMAL?

R.: As autoridades competentes para determinar o imediato afastamento do cargo ou o impedimento do exercício da função militar são aquelas previstas no Capítulo III, da Seção I, do Estatuto dos Militares, cujo art. 44 prevê, além do Presidente da República, do Ministro da Defesa e do Comandante da Aeronáutica, os Comandantes, Chefes ou Diretores das Organizações Militares.

5.61 PODERÃO SER CONCEDIDAS FÉRIAS AO ACUSADO EM CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: A concessão das férias a militar submetido a Conselho de Disciplina depende da concordância da autoridade que presidir o processo, de acordo com o previsto no art. 287, § 2º do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER) aprovado pela Portaria nº 1270/GC3, de 3 de novembro de 2005.

5.62 COMO PROCEDER NO CASO DO ACUSADO JÁ TER INICIADO O GOZO DAS FÉRIAS?

R.: As férias serão interrompidas mediante solicitação do presidente do Conselho de Disciplina ao Comandante, Chefe ou Diretor ou à autoridade que houver concedido as férias ao acusado, conforme previsto no art. 295, § 1º, inciso X, tudo, do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER) aprovado pela Portaria nº 1270/GC3, de 2005.

5.63 QUANTOS OFICIAIS COMPÕEM O CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: É composto de três oficiais da ativa da Aeronáutica, sendo o mais antigo, no mínimo do posto de capitão, o Presidente; o que lhe segue em antiguidade é o Inquiridor e Relator, e o mais moderno, o Escrivão.

A fim de evitar a composição do CD por oficiais do convívio do acusado e, por conseguinte, viciar a Solução do respectivo Conselho, a autoridade nomeante poderá solicitar ao escalão superior, fundamentadamente, que lhe coloque à disposição os oficiais pertencentes ao efetivo de outras OM, necessários para a composição do CD, ou que designe diretamente os seus membros.

5.64 O OFICIAL PODE FICAR IMPEDIDO DE FAZER PARTE DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Sim, nas seguintes situações:

- a) tenha sido o oficial que formulou a acusação;
- b) o oficial que tenha com o acusado parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o 4º grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) o oficial que tenha particular interesse na decisão do Conselho.

5.65 QUAIS OS MOTIVOS QUE PODERÃO LEVAR À SUBSTITUIÇÃO DO MEMBRO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Por absoluta necessidade do serviço ou por motivo de saúde, mediante Portaria da autoridade nomeante, na qual será consignado o motivo da substituição.

5.66 QUAL O LOCAL ONDE DEVERÁ FUNCIONAR O CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: O local será aquele que a autoridade nomeante julgue melhor indicado para a apuração dos atos e fatos, constantes da Portaria de nomeação.

5.67 AS SESSÕES DO CONSELHO DE DISCIPLINA PODERÃO FUNCIONAR SEM A PRESENÇA DE SEUS MEMBROS?

R.: Não, a presença dos membros é obrigatória em todas as sessões.

5.68 QUANTO AO ACUSADO, É OBRIGATÓRIA A SUA PRESENÇA EM TODAS AS SESSÕES?

R.: Sim, exceto na sessão secreta de deliberação do “Relatório”. Porém, a ausência injustificada do acusado em qualquer ato, após o “auto de qualificação e interrogatório”, desde que devidamente intimado e estando presente o seu defensor, não impede o andamento do Conselho.

5.69 DE QUE FORMA OCORRE A CONVOCAÇÃO DAS SESSÕES DO CONSELHO?

R.: O Conselho é convocado por seu Presidente, com antecedência mínima de 24 horas, intimando o acusado e as testemunhas, designando dia e hora, no local determinado na Portaria, para que se reúnam para tratar dos assuntos mencionados no despacho da convocação.

5.70 QUAIS OS ATOS PROCESSUAIS REALIZADOS NA PRIMEIRA SESSÃO?

R.: Reunido o Conselho, presente o acusado, os membros prestarão seus compromissos e, a seguir, o Presidente mandará proceder a “leitura e a autuação” de todos os documentos que constituíram o ato de nomeação; logo após, determinará a leitura do “libelo acusatório” e fará a entrega de cópia ao acusado. Em seguida, ordenará a qualificação e o interrogatório do acusado, o qual será reduzido aos autos e, a seguir, juntado ao processo todos os documentos oferecidos pelo acusado, será lavrada a “ata”, na qual serão consignados os acontecimentos ocorridos durante a sessão e, a seguir, expedirá o “Termo de Conclusão”.

5.71 QUAIS OS TRABALHOS REALIZADOS NAS SESSÕES SUBSEQUENTES?

R.: Os eventos serão semelhantes ao da primeira sessão, exceto quanto ao compromisso dos membros e à qualificação do acusado, visando nessas fases às oitivas das testemunhas; fazer diligências; dar conhecimento do conteúdo das precatórias; proceder às acareações; e deliberar sobre o “Relatório”, culminando com a Ata.

5.72 O QUE É LIBELO ACUSATÓRIO?

R.: É o documento no qual constam, com minúcias e calcadas em provas legalmente

admitidas, as descrições dos fatos ou a exposição dos atos que ao acusado são imputados, além do enquadramento deste nas condições previstas no art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972, que deverá conter, obrigatoriamente, o rol de testemunhas de acusação.

5.73 É ASSEGURADO O DIREITO DE AMPLA DEFESA AO ACUSADO EM CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Sim, é um direito constitucional, pois nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor, o qual poderá ser um oficial, para orientá-lo, ou um advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme o previsto no art. 3º e na forma disciplinada nos demais dispositivos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para exercer sua defesa, sendo admitida a autodefesa se o mesmo declarar nos autos que se considera apto a exercê-la.

5.74 EM QUE CONSISTE A AMPLA DEFESA NO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Ao acusado é garantida a produção, perante o Conselho, de todas as provas permitidas no Código do Processo Penal Militar (CPPM), além de poder examinar os autos, sempre no local de funcionamento do Conselho.

5.75 DE QUE MODO O ACUSADO OFERECE SUAS RAZÕES DE DEFESA AO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Deve fazê-lo por escrito.

5.76 QUAIS OS PRAZOS QUE O ACUSADO TEM PARA OFERECER, POR ESCRITO, SUAS RAZÕES DE DEFESA AO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: O primeiro prazo é de cinco dias, após o interrogatório e o recebimento do libelo acusatório, para oferecer a sua defesa prévia. O segundo prazo pode ser concedido logo após a instrução do processo e antes do Relatório do Conselho, para que apresente as alegações finais, sendo que o total de dias é inopinado, de acordo com o interesse e a conveniência do Conselho.

5.77 O ACUSADO REVEL PODE SER PROCESSADO PELO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Sim, tanto o acusado foragido como o desertor poderá ser submetido a Conselho de Disciplina, desde que o processo seja acompanhado por um oficial designado pela autoridade nomeante.

5.78 O QUE OCORRERÁ SE O ACUSADO PORTAR-SE DE MODO INCONVENIENTE DURANTE UMA SESSÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Será advertido pelo Presidente do Conselho e, se persistir, poderá ser retirado da sessão, a qual prosseguirá sem a sua presença; porém, o seu defensor terá que estar presente, devendo o fato ser consignado em Ata.

5.79 O QUE FAZER SE O ACUSADO, DURANTE A SESSÃO, DESACATAR UM DOS MEMBROS DO CONSELHO?

R.: O Presidente determinará a lavratura de “auto de prisão em flagrante”, de acordo com o previsto na ICA 111-13, aprovada pela Portaria nº 887/GC3, de 2 de agosto de 2005, publicada no DOU nº 148, Seção 1, pág. 11, de 3 de agosto de 2005, o qual será remetido à autoridade judiciária militar competente, consignando o fato em Ata.

5.80 SE O ACUSADO FALECER NO CURSO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Em caso de falecimento do acusado, a certidão de óbito deverá ser juntada ao processo e,

imediatamente após, encerrado o mesmo, com a elaboração de um relatório, no qual conste que a punibilidade foi extinta pela morte do acusado (art. 62 do CPP).

5.81 SE A JUNTA DE SAÚDE JULGAR, NO LAUDO DE SANIDADE, PELA ALIENAÇÃO MENTAL DO ACUSADO E POR SUA INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA PERMANECER NO SERVIÇO ATIVO DA AERONÁUTICA (INSPEÇÃO DE ACORDO COM A ALÍNEA “G” DO ITEM 2.1 DAS IRIS-ICA 160-1, DE 18.12.2002)?

R.: O incidente de insanidade mental do acusado, face a ausência de previsão legal, não suspenderá o curso do Conselho. A autoridade nomeante deverá propor, na Solução, a reforma do graduado por motivo de saúde (inciso V, § 2º do art. 108 c/c art. 109, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares - art. 162 do CPPM).

5.82 QUAIS OS TIPOS DE TESTEMUNHAS QUE EXISTEM NO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Testemunhas de acusação, arroladas no libelo acusatório e as primeiras a serem ouvidas no processo, e testemunhas de defesa, indicadas pelo acusado quando do oferecimento das razões preliminares.

5.83 QUANTAS TESTEMUNHAS DE DEFESA O ACUSADO PODERÁ APRESENTAR?

R.: Poderá apresentar, no máximo, três testemunhas ou até o número de testemunhas arroladas no libelo acusatório. Se não tiver nenhuma testemunha para indicar ou apresentá-las em número inferior às da acusação, deverá o acusado firmar expressa declaração, que constará nos autos (art. 417, § 3º do CPPM).

5.84 A TESTEMUNHA PODERÁ EXIMIR-SE DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR DEPOIMENTO PERANTE O CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Não, salvo motivo de força maior, devidamente justificado (art. 354 do CPPM).

5.85 O ACUSADO PODERÁ PERGUNTAR ÀS TESTEMUNHAS?

R.: Sim, ele apresentará os quesitos ao Presidente, para serem respondidos após as perguntas formuladas pelo Inquiridor e Relator. As perguntas solicitadas pela defesa não poderão ser recusadas, salvo se ofensivas, ou impertinentes, ou sem relação com o fato descrito no libelo acusatório, ou, ainda, importarem repetição de outra pergunta já respondida.

5.86 QUAL O PROCEDIMENTO PARA INQUIRIR TESTEMUNHAS QUE RESIDAM EM ÁREAS DE OUTRO COMAR?

R.: Será inquirida pela autoridade militar do lugar de sua residência, sendo expedido, para tal fim, “carta precatória” pelo Presidente do Conselho. Na falta de autoridade militar, a carta precatória será dirigida à autoridade judiciária local.

5.87 SE A TESTEMUNHA FALTAR COM A VERDADE SOBRE O QUE SOUBER OU LHE FOI PERGUNTADO A RESPEITO DOS FATOS IMPUTADOS AO ACUSADO, É CRIME?

R.: Sim, comete o crime de falso testemunho, capitulado no art. 346 do CPM.

5.88 EM CONSELHO DE DISCIPLINA É PERMITIDO FAZER ACAREAÇÕES ENTRE TESTEMUNHAS?

R.: Sim, sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre as testemunhas, ou entre a testemunha e o acusado.

5.89 QUAL O PRAZO QUE O CONSELHO DE DISCIPLINA TEM PARA CONCLUIR OS

TRABALHOS?

R.: O prazo de trinta dias, a contar da data de nomeação dos membros, para a conclusão dos trabalhos, inclusive a remessa do Relatório (art. 11 do Dec. nº 71.500, de 1972).

5.90 O PRAZO DE TRINTA DIAS PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO CONSELHO PODE SER PRORROGADO?

R.: Sim. A autoridade nomeante, por motivos excepcionais, pode prorrogar até vinte dias o prazo para a conclusão dos trabalhos.

5.91 HAVERÁ NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS NO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Não haverá mais prorrogação, salvo dificuldade insuperável, a juízo do Comandante da Aeronáutica (art. 20, § 2º do CPPM).

5.92 EM QUE FASE DO PROCESSO O CONSELHO DE DISCIPLINA PASSARÁ A DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO?

R.: Ouvidas todas as testemunhas, realizadas todas as diligências e de posse da Ata de Inspeção de Saúde, o Conselho passará a deliberar sobre o Relatório, que constará da parte expositiva e de outra conclusiva.

5.93 COMO SE CHAMA A SESSÃO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Sessão Secreta.

5.94 O QUE DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Na parte expositiva, deverão ser mencionados os fatos que deram origem à nomeação; a graduação e o nome do acusado; o enquadramento; o teor dos depoimentos; os laudos e demais documentos elucidativos; as evidências ou não de culpabilidade do acusado; a argumentação apresentada pela defesa; e os incidentes ocorridos durante o processo.

5.95 CASO O CONSELHO DE DISCIPLINA DECIDA POR MAIORIA DE VOTOS, O QUE, AINDA, DEVERÁ CONSTAR DO RELATÓRIO?

R.: Deverá constar a expressão “voto vencido” ao lado da assinatura do membro que discordou dos demais, podendo ser justificado pelo Presidente.

5.96 APÓS O TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONSELHO DE DISCIPLINA, A QUEM SERÃO REMETIDOS OS AUTOS DO PROCESSO?

R.: Os autos serão remetidos à autoridade nomeante, através de Ofício, para exarar a sua solução.

5.97 RECEBIDOS OS AUTOS DO PROCESSO DO CONSELHO DE DISCIPLINA, A AUTORIDADE NOMEANTE PODERÁ DISCORDAR DA DECISÃO DOS MEMBROS?

R.: Sim, a autoridade nomeante poderá discordar do julgamento do Conselho e determinar outra conclusão, justificando os motivos de seu despacho.

5.98 QUAIS OS TIPOS DE SOLUÇÃO QUE A AUTORIDADE NOMEANTE PODERÁ DETERMINAR NO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: a) O arquivamento do processo, se não julgar a Praça culpada ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;
b) Aplicação de pena disciplinar, se considerar transgressão disciplinar a razão pela qual o

graduado foi julgado culpado;

c) Remessa do processo ao Auditor competente, se considerar crime a razão pela qual o graduado foi julgado culpado; ou

d) Remessa do processo, via COMGEP, ao Comandante da Aeronáutica, com a indicação da reforma ou da exclusão a bem da disciplina do acusado.

5.99 QUAL O PRAZO QUE A AUTORIDADE NOMEANTE TEM PARA PROFERIR A SOLUÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: O prazo para exarar a solução são vinte dias, a contar da data do recebimento do Relatório do Conselho.

5.100 CABE RECURSO CONTRA A SOLUÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Sim, o prazo para interposição de recurso é de dez dias, contados da data em que o acusado tenha recebido a cópia da “solução” ou da publicação desta em Boletim Interno da OM (parágrafo único, do art. 14 do Decreto nº 71.500, de 1972).

5.101 O RECURSO CONTRA A SOLUÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DEVE SER DIRIGIDO A QUE AUTORIDADE?

R.: O pedido de reexame, encaminhado por meio da cadeia de comando, deverá ser dirigido ao Comandante da Aeronáutica, devendo o recurso tramitar obrigatoriamente pelo COMGEP (inciso XXII do art. 1º da Port. nº 595/GC3, de 6 de junho de 2006; item 1 do Aviso Interno nº 11/GC3/17, de 13 de outubro de 2003; item 3.14.2 da ICA 111-4 (Conselho de Disciplina no âmbito do Comando da Aeronáutica); § 2º do art. 49 do Estatuto dos Militares).

5.102 RECEBIDO O RECURSO, QUAL O PRAZO QUE O COMANDANTE DA AERONÁUTICA TEM PARA JULGÁ-LO?

R.: O prazo é de vinte dias, a contar da data do recebimento do processo oriundo do Conselho de Disciplina.

5.103 O QUE É DESPACHO FINAL?

R.: É a decisão exarada no Conselho de Disciplina pelo Comandante, Chefe ou Diretor, no caso de arquivamento.

5.104 O QUE É DECISÃO FINAL?

R.: É aquela proferida pelo Comandante da Aeronáutica, nos casos de reforma e exclusão a bem da disciplina (alínea “b”, parágrafo único, art. 28 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER), aprovado pelo Dec. nº 76.322, de 22 de setembro de 1975, com as alterações introduzidas pelo Dec. nº 96.013, de 6 de maio de 1988).

5.105 O MILITAR REFORMADO NO CONSELHO DE DISCIPLINA TEM DIREITO À REMUNERAÇÃO?

R.: Sim, a reforma do acusado é efetivada na graduação que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço (§ 2º do art. 13, do Decreto nº 71.500, de 1972).

5.106 O GRADUADO EXCLUÍDO A BEM DA DISCIPLINA NO CONSELHO DE DISCIPLINA FAZ JUS A ALGUMA REMUNERAÇÃO?

R.: Não, a remuneração a que faria jus, relativa à graduação que tinha na ativa, será paga aos seus beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar. (parágrafo único do art. 127 da Lei nº 6.880 de 1980 c/c o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 1960).

5.107 QUAL LEGISLAÇÃO SE APLICA SUBSIDIARIAMENTE AO DECRETO Nº 71.500/72?

R.: O Código de Processo Penal Militar.

5.108 EM QUANTOS ANOS OS FATOS E OS ATOS PRATICADOS PELO GRADUADO PRESCREVEM, PARA EFEITO DE SUA SUBMISSÃO A CONSELHO DE DISCIPLINA?

R.: Prescrevem em seis anos, computados da data em que foram praticados os casos previstos no Decreto nº 71.500 de 1972; contudo os casos de crimes militares, prescrevem nos prazos previstos no Código Penal Militar.

6 DIVISÃO DE REGISTRO E CONTROLE - DRC

6.1 COMO OS MILITARES PODERÃO OBTER UMA PRÉVIA DO SEU CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO?

R.: Os setores de pessoal das OM estão capacitados para fazer esta contagem, com a utilização do SIGPES.

6.2 QUANDO O MILITAR PODERÁ SOLICITAR INCLUSÃO VOLUNTÁRIA NA QUOTA COMPULSÓRIA?

R.: Quando contar mais de 20 (vinte) anos de efetivo serviço (inciso I, art. 101, Lei 6880, de 09 DEZ. 1980). A OM deverá encaminhar à DIRAP requerimento por intermédio de 1º despacho, até o dia 31 de Outubro do ano-base considerado, o qual será remetido ao Comandante da Aeronáutica via COMGEP (ICA 35-1).

6.3 QUANTO TEMPO DE SERVIÇO SERÁ NECESSÁRIO PARA O OFICIAL DE CARREIRA SOLICITAR DEMISSÃO DO SERVIÇO ATIVO, SEM INDENIZAÇÃO AOS COFRES PÚBLICOS?

R.: Ao contar mais de 05 (cinco) anos de oficialato (inciso I, art. 116, Lei 6880/80) , e não tenha realizado curso ou estágio no País ou no exterior indenizáveis nos termos previstos no § 1º, art. 116, Lei 6880/80.

6.4 COMO SE COMPUTA O TEMPO PRESTADO EM LOCALIDADE ESPECIAL CATEGORIA “A”, PARA EFEITO DE PASSAGEM PARA A INATIVIDADE?

R.: Para cada 02 (dois) anos de efetivo serviço consecutivos ou não, computa-se 1/3, ou seja, 08 (oito) meses de serviço (inciso VI, art. 137, Lei 6.880/80 e Lei 7698, de 20 DEZ 1988).

6.5 É CORRETO O PROCEDIMENTO DE ALGUMAS OM EM EFETUAREM O DESLIGAMENTO DOS OFICIAIS, CONSIDERANDO COMO DATA BASE PARA CONTAGEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 95 AQUELA DA PUBLICAÇÃO DO BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA?

R.: Não. Como bem dispõe o §. 1º do art. 95 da Lei 6.880/80 - Estatuto dos Militares, a data base para tal contagem é o da 1ª publicação, que, no caso dos oficiais, é aquela do Diário Oficial, fazendo o Boletim do Comando da Aeronáutica apenas uma transcrição dessa publicação.

6.6 QUANDO AS FÉRIAS ADQUIRIDAS ATÉ 29 DE DEZEMBRO DE 2000 SÃO CONTADAS EM DOBRO?

R.: Quando não constar no Histórico do Militar qualquer apresentação, seja por entrar ou por retornar das mesmas.

6.7 O MILITAR NÃO ESTABILIZADO, JULGADO INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O SERVIÇO MILITAR, EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE EM SERVIÇO, PODENDO PROVER MEIOS DE SUBSISTÊNCIA, TEM DIREITO À REFORMA?

R.: Sim. Conforme art. 109, da Lei 6.880/80.

6.8 O MILITAR NÃO ESTABILIZADO, JULGADO INCAPAZ DEFINITIVAMENTE, PARA O SERVIÇO MILITAR, NÃO SENDO EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE EM SERVIÇO, PODENDO PROVER OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA, TEM DIREITO À REFORMA?

R.: Não. Ele deverá ser desincorporado, conforme item 2, art. 140 do decreto nº 57.654, de 20 JAN 1966, que regulamenta a Lei do Serviço Militar.

6.9 A PARTIR DE QUE DATA É CALCULADO OS PROVENTOS DO MILITAR COMO INATIVO?

R.: A partir da data do desligamento.

6.10 AS FÉRIAS DOS ÓRGÃOS DE FORMAÇÃO ADQUIRIDAS ATÉ 29 DE DEZEMBRO DE 2000 PODERÃO SER CONTADAS EM DOBRO PARA EFEITO DE INATIVIDADE?

R.: Não. As férias nos órgãos de formação da Aeronáutica são curriculares, de acordo com os planos de ensino das respectivas instituições, tal como os cursos realizados em faculdades, universidades ou outros órgãos estranhos ao Comando da Aeronáutica, mesmo não constando nas alterações, não serão consideradas como férias não gozadas.

6.11 EM QUAIS SITUAÇÕES DE JUSTIÇA NÃO PODERÁ O MILITAR SER TRANSFERIDO PARA A INATIVIDADE A PEDIDO?

R.: Estiver o militar respondendo a inquérito ou processo em qualquer jurisdição ou estiver o mesmo cumprindo pena de qualquer natureza.

6.12 QUAIS OS TEMPOS QUE PODERÃO SER ACRESCENTADOS AO TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO PARA O FIM DE INATIVIDADE?

R.: Tempo prestado à iniciativa privada - Parágrafo 1º do Art. 93 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

Tempo de serviço Público Federal, Estadual ou Municipal - inciso I, art. 137, Lei 6.880/80.

Tempo de curso acadêmico adquirido até 29 de dezembro de 2000 para oficiais dos quadros nos quais o ingresso na FAB dependa de formação acadêmica e apresentação de diploma - inciso II, art. 137, Lei 6.880/80.

Tempo relativo à licença especial e férias não gozadas adquiridas até 29 de dezembro de 2000 (contagem em dobro) - incisos IV e V, art. 137, Lei 6.880/80.

Período passado em localidade especial categoria "A" (1/3 para cada 02 (dois) anos de serviço consecutivo ou não) - inciso VI, art. 137, Lei 6.880/80.

Tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva - inciso III, art. 137, Lei 6.880/80.

Tempo prestado em Escolas Técnicas Federais, Estaduais e Municipais e que tenha havido retribuição pecuniária direta ou indireta (alimentação, vestuário, material didático), por conta do orçamento público (Súmula 96 do TCU, publicada no D.O.U. nº 2, de 03 Jan. 95, Seção I).

6.13 QUAL O DOCUMENTO HÁBIL PARA A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO?

R.: A certidão original de tempo de serviço do órgão público onde foi prestado o serviço (se o tempo a ser averbado for público), a certidão original de tempo de serviço do INSS (se o tempo a ser averbado for privado), a certidão original emitida pelo órgão de formação da reserva ou pela escola técnica.

6.14 TEMPO DE COLÉGIO MILITAR PODE SER AVERBADO?

R.: Não. Somente é averbado o tempo prestado ao Curso de Formação de Reservista do Colégio Militar (CFR) e mediante certidão emitida pelo respectivo órgão.

6.15 O TEMPO DE ALUNO DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE, EFOMM, CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE GRAÇA ARANHA, (CIAGA), E CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE BRAZ DE AGUIAR, (CIABA), PODEM SER AVERBADOS?

R.: Não, porém ao ingressar na EFOMM, o candidato é matriculado no curso de Formação de

Oficiais da Marinha Mercante e simultaneamente, é também matriculado, mesmo que já tenha prestado o serviço militar, no núcleo de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha (NFRORM) do CIAGA ou do CIABA, e esse tempo pode ser averbado como aluno de órgão de Formação da Reserva (inciso III, Art. 137 da Lei 6.880/80 e da letra “b”, item 22.1.1 da ICA 35-1 de 14 MAIO 2004).

6.16 A DIRAP RECEBE FOLHAS DE ALTERAÇÕES DE SOLDADOS, CABOS E TAFEIROS?

R.: Sim, somente aquelas confeccionadas a partir do 1º semestre de 2002 e encaminhadas por meio do SIGPES. As alterações anteriores a esse período poderão ser obtidas na última OM em que o militar serviu.

6.17 A DIRAP TEM COMO CONFECCIONAR CÓPIAS DE FOLHAS DE ALTERAÇÕES DE OFICIAIS E SARGENTOS?

R.: Sim é possível a obtenção de cópias de folhas de alterações, em tamanho original, dos arquivos de microfilmes e do banco de dados do SIGPES.

6.18 QUEM EXPEDE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO?

R.: Para oficiais, suboficiais, sargentos - a DIRAP; para os cadetes, alunos, cabos, soldados e tafeiros - a última organização militar em que prestarem serviço (item 2.2.1 e 2.2.2. da ICA 30-6 – Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor no Âmbito do Comando da Aeronáutica, de 28 MAIO 2003).

6.19 QUAL O TEMPO PREVISTO PARA EXPEDIR UMA CERTIDÃO?

R.: 15 dias, contados do registro do pedido no órgão expedidor (Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995).

6.20 O MILITAR DA RESERVA REMUNERADA PODE SOLICITAR CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL?

R.: Não. O tempo de serviço militar, que tenha sido computado para fins de inatividade remunerada, não pode ser objeto de averbação em qualquer outro órgão público ou instituição previdenciária (Decreto-lei nº 1.041, de 21 de outubro de 1969).

6.21 QUEM EXPEDE CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA?

R.: No Comando da Aeronáutica, a DIRAP, após consulta em seus arquivos e aos das OM em que serviram os requerentes (item 2.2.3 da ICA 30-6, de 28 MAIO 2003).

6.22 QUEM SÃO CONSIDERADOS EX-COMBATENTES?

R.: No Comando da Aeronáutica, é todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas ou de missões de patrulhamento do litoral brasileiro, devidamente registrado em seu histórico militar e que, no caso de militar, tenha sido licenciado do serviço ativo e retornado à vida civil definitivamente (Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967).

6.23 QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS QUE TEM DIREITO O EX-COMBATENTE?

R.: Os declarados no art. 53 do ADCT da CF/88 (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988), tais como: aposentadoria especial junto ao INSS, pensão especial de segundo-tenente junto ao Comando da Aeronáutica etc. Poderá requerer isenção de IPTU. (Constituição Federal de 1988 e Decreto-lei nº 6, de 15 de março de 1975).

6.24 QUEM CONCEDE PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE?

R.: O Subdiretor de Inativos e Pensionistas da Diretoria de Intendência após examinar e julgar os pedidos de pensão especial de ex-combatente.

6.25 NO CASO DE MORTE DO EX-COMBATENTE, QUEM TEM DIREITO À PENSÃO?

R.: Seus dependentes: a viúva; a companheira; a filha e filho de qualquer condição, solteiros, menores de 21 anos ou inválidos; o pai e a mãe inválidos; e o irmão e a irmã, solteiros, menores de 21 anos ou inválidos (art. 5º da Lei nº 8.059, de 04 de julho de 1990).

6.26 COMO SE COMPROVA A CONDIÇÃO DE DEPENDENTE DO EX-COMBATENTE?

R.: Por meio de certidão do registro civil; por declaração expressa do ex-combatente, quando em vida; e por qualquer meio de prova idôneo, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial (art. 7º da Lei nº 8.059, de 04 de julho de 1990).

6.27 COMO É ATRIBUÍDA A GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA À ESPECIALIDADE DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO?

R.: Aos militares da Aeronáutica que exerçam atividade de controle de tráfego aéreo pelo menos 07 (sete) meses, consecutivos ou não, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano (Portaria nº 41/EMAER, de 03 DEZ 1998 - Plano para o exercício de Atividade de Controle de Tráfego Aéreo).

6.28 QUANDO O MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PENSÃO MILITAR CORRESPONDENTE AO POSTO/GRADUAÇÃO SUPERIOR?

R.: a) aquele que conta com mais de 30 (trinta) anos de serviço poderá contribuir a 01 (um) posto acima daquele que percebe proventos (letra “a” do art. 18 do Decreto nº 49.096, de 10 Out. 60 - Regulamento da Lei de Pensão Militar); e
b) aquele que conta com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço poderá contribuir a 02 (dois) postos acima daquele que percebe proventos (letra “b” do art. 18 do Decreto nº 49.096, de 10 Out. 60 - Regulamento da Lei de Pensão Militar).

6.29 QUAL O PROCEDIMENTO ADOTADO APÓS A CONCLUSÃO DO TEMPO AO QUAL O MILITAR R/R FOI DESIGNADO PARA O SERVIÇO ATIVO?

R.: a) a OM, a qual o militar se encontra prestando serviço, publica, em boletim interno, sua dispensa do serviço ativo, excluindo-o e desligando-o de seu efetivo;
b) a OM informa à DIRAP a data de apresentação, por ter sido designado; a de desligamento, em virtude de sua dispensa; CPF; e endereço onde declarou fixar residência; e
c) na DIRAP, a Subdivisão de Pessoal na Inatividade (3RC) elabora novo Relatório de Cômputo de Tempo de Serviço para o militar, computando como efetivo serviço o período trabalhado, remetendo-o posteriormente à DIRINT, para que seja providenciado novo Título de Remuneração na Inatividade, o qual será remetido à OM que ficará vinculado para fins de percepção de proventos, conforme endereço declarado, a fim de seja providenciada a inclusão em folha de pagamento da melhoria de proventos alcançada (Portaria nº 289/GM1, de 17 Abr. 96 - Instruções para Designação de Militares da R/R para o Serviço Ativo).

6.30 QUANDO O MILITAR GRADUADO LICENCIADO A PEDIDO PODERÁ SER REINCLUÍDO NO SERVIÇO ATIVO DA FAB?

R.: Não há previsão legal que permita a reinclusão nesse caso.

6.31 QUAIS AS VANTAGENS AUFERIDAS POR MILITAR DA RESERVA REMUNERADA QUANDO ACOMETIDO DE DOENÇA QUE O TORNE INVÁLIDO,

APÓS HOMOLOGADO O LAUDO MÉDICO PELA JSSAER/DIRSA?

R.: a) se a doença incapacitante estiver definida no inciso V do art. 108 (doenças especificadas) da Lei 6.880/80, será reformado com os proventos correspondentes ao posto/graduação imediato (Lei nº 7.580, de 23 Dez. 86), observando-se o contido no art. 110 e seus parágrafos da mesma Lei, acrescidos do Adicional de Invalidez, caso necessite de hospitalização permanente ou de assistência e cuidados permanentes de enfermagem. (Inciso II, do art. 11, da MP 2215-10, 2001 c/c tabela V do anexo IV, desse mandamento legal); e b) se a doença incapacitante não for especificada em Lei, será reformado sem melhoria de proventos, na forma do art. 132 do Decreto nº 30.776, de 23 Abr. 52 - Regulamento para a Reserva da Aeronáutica - e inciso VI do art. 108 Lei 6.880/80, podendo alcançar somente a percepção do Adicional de Invalidez, atendidas as condições mencionadas no inciso anterior.

6.32 QUAIS OS BENEFÍCIOS ALCANÇADOS POR MILITAR REFORMADO POR IDADE-LIMITE DE PERMANÊNCIA NA R/R QUANDO ACOMETIDO DE DOENÇA QUE O CONSIDERE INVÁLIDO?

R.: Fará jus à percepção de proventos do posto ou graduação superior conforme Informação nº 548/COJAER, de 1º de outubro de 2002, da Isenção do Imposto de Renda e do Auxílio-Invalidez de que trata o inciso II do Art. 11 da MP 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, desde que conste em Ata de Inspeção de Saúde da JSSAer /DIRSA que necessite de hospitalização permanente ou de assistência e cuidados permanentes de enfermagem.

6.33 EM QUAIS CONDIÇÕES PODERÁ SER ASSEGURADA A PROMOÇÃO “POST-MORTEM”?

R.: Somente os militares que vierem a falecer em consequência de acidente em serviço ou quando, à data do óbito, satisfaziam as condições de acesso e integravam a faixa dos que concorrem à promoção ao posto/graduação imediata a que possuíam serão promovidos “post-mortem” (Portaria nº 496/GM1, de 18 Jul. 96).

6.34 QUANDO OCORRE A MELHORIA DA PENSÃO DEIXADA POR MILITAR FALECIDO EM SERVIÇO ATIVO?

R.: a) quando falece em consequência de acidente ocorrido em objeto de serviço;
b) quando satisfazia as condições de acesso e integrava a faixa dos que concorrem à promoção à data do falecimento;
c) quando falece em consequência de moléstia que lhe asseguraria a reforma por incapacidade física com proventos calculados com base no posto/graduação superiores;
d) quando o militar falecido preenchia, antes de 29 Dez 2000, os requisitos para ser transferido para a RR (mais de trinta anos de serviço computáveis para a inatividade) à data do óbito (Portaria nº 496/GM1, de 18 Jul. 96 - Decreto nº 79.917, de 08 Jul. 77).

6.35 COMO É FEITO O CONTROLE DAS DESIGNAÇÕES, PRORROGAÇÕES E DISPENSAS DO PESSOAL DA RESERVA REMUNERADA E REFORMA, PARA O DESEMPENHO DE PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO?

R.: O controle é feito com o lançamento das informações no SIGPES, através das publicações contidas em Boletim do Comando da Aeronáutica, pela Subdivisão de Pessoal da Inatividade - Seção de Documentação (art. 15, Portaria 196/GM6, de 23 de março de 1998).

6.36 COMO SE PROCESSA A ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DO PESSOAL REFORMADO E/OU FALECIDO NO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA?

R.: Através da publicação da alteração em Boletim Externo da DIRAP, após comunicação da OM de adição.

6.37 QUAL A LEGISLAÇÃO QUE INSTRUI AS NORMAS DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA (SIDENT)?

R.: A ICA 13-1 – Identificação de Pessoal, de 20 de julho de 2001.

6.38 QUE ÓRGÃOS FAZEM PARTE DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA?

R.: DIRAP, Divisão de Registro e Controle (DRC), Subdivisão de Identificação (SID) e Seções de Identificação de Organização Militar (SIDOM).

6.39 QUAL A FUNÇÃO DA SUBDIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO DENTRO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AERONÁUTICA?

R.: É o setor da DIRAP cuja função é orientar, coordenar, supervisionar e complementar a execução dos serviços das Seções de Identificação de Organização Militar.

6.40 QUAL A FUNÇÃO DA SIDOM DENTRO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AERONÁUTICA?

R.: Subordinada operacionalmente à DIRAP, por intermédio da Subdivisão de Identificação, sua função é fazer o atendimento direto aos usuários do Sistema, preparando os processos de Identificação para envio à SID.

6.41 QUANTAS SIDOM COMPÕEM O SISTEMA?

R.: 26 (vinte e seis) SIDOM, sediadas em diversas unidades do Comando da Aeronáutica em todo o Território Nacional.

6.42 QUAIS OS MOTIVOS QUE HABILITAM À IDENTIFICAÇÃO NA AERONÁUTICA?

R.: Admissão de Servidor, Inclusão no Serviço Militar, nomeação e matrícula.

6.43 QUAIS OS MOTIVOS QUE HABILITAM À REIDENTIFICAÇÃO NA AERONÁUTICA?

R.: Aposentadoria; engajamento; extravio; justiça; mau estado do Cartão de Identidade; mudança de nome ou assinatura; atualização (quando houver mudança de sinais característicos ou término de validade); promoção; reclassificação; reengajamento; reforma; retificação em Prontuário; transferência para a reserva-remunerada; e reinclusão.

6.44 QUEM TEM DIREITO À IDENTIFICAÇÃO OU REIDENTIFICAÇÃO NO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA?

R.: O pessoal abrangido pela área de interesse, a saber:

- a) militares da ativa, reserva remunerada e reformados;
- b) alunos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica;
- c) servidores públicos civis do Comando da Aeronáutica;
- d) dependentes de militares da ativa, reserva remunerada e reformados;
- e) dependentes de servidores civis em exercício ou aposentados do Comando da Aeronáutica;
- f) aeronautas (pilotos e comissários);
- g) pensionistas do Comando da Aeronáutica; e
- h) militares e civis estrangeiros que venham ao Brasil com missão de realizar cursos, estágios, ou no desempenho de missões específicas em Organizações da Aeronáutica.

6.45 QUAL A IDADE MÍNIMA PARA IDENTIFICAÇÃO DE DEPENDENTES?

R.: 12 anos, sendo necessária a apresentação da cópia da Certidão de Nascimento e a presença do declarante e responsável.

Exceção: No caso de Pensionista ou Dependente de Militar designado para Comissão no exterior, a identificação poderá ser feita com idade inferior a 12 anos, desde que o dependente acompanhe seu responsável.

6.46 QUAL A IDADE MÁXIMA PARA IDENTIFICAÇÃO OU REIDENTIFICAÇÃO DE DEPENDENTES?

R.: 21 anos para dependente do sexo masculino.

6.47 QUANDO O DEPENDENTE MAIOR DE 21 ANOS PERMANECERÁ COM O CARTÃO DE IDENTIDADE?

R.: Enquanto estudante, mediante comprovação, o dependente poderá se reidentificar até 24 anos incompletos.

6.48 QUAL A IDADE MÁXIMA PARA IDENTIFICAÇÃO OU REIDENTIFICAÇÃO DE DEPENDENTES DO SEXO FEMININO?

R.: As dependentes poderão se reidentificar enquanto permanecerem solteiras ou viúvas, em qualquer idade.

6.49 QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À IDENTIFICAÇÃO DE AERONAUTAS?

R.: Cópia da Certidão de Nascimento, Casamento ou Casamento com separação judicial ou divórcio averbado, Certificado de Habilitação Técnica/Licença do DAC.

6.50 SÃO ACEITAS CÓPIAS DE DOCUMENTOS?

R.: Sim, desde que legíveis, sem emendas e rasuras.

6.51 AS CÓPIAS APRESENTADAS NECESSITAM SER AUTENTICADAS?

R.: Somente a certidão de nascimento ou casamento.

6.52 QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE COMPANHEIRO (A)?

R.: Certidão de Nascimento ou Casamento com separação judicial ou divórcio averbado, Boletim da OM que publicou a dependência ou declaração de dependência da PIPAR ou Mandado de averbação do nome patronímico do companheiro ou justificação judicial.

6.53 QUAL A CONDIÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DE MÃE?

R.: Ser dependente com a devida apresentação do Boletim da OM que publicou a dependência.

6.54 QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DE PENSIONISTAS?

R.: Devem ser apresentados Certidão de Nascimento, Casamento ou Casamento com separação judicial ou divórcio averbado e Título de Pensão Militar ou Declaração da PIPAR ou da fonte pagadora.

6.55 DEPENDENTE DE MILITAR OU DE SERVIDOR CIVIL, QUANDO FOR ANALFABETO, PODERÁ SER IDENTIFICADO?

R.: Sim.

6.56 QUAIS AS CONDIÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DE ADOTADOS, ENTEADOS E TUTELADOS?

R.: As mesmas dos dependentes, além de apresentação da Certidão de Adoção ou documento

similar.

6.57 QUAIS AS CONDIÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS DEPENDENTES, COMO POR EXEMPLO, SOBRINHO?

R.: Que os mesmos estejam declarados em Boletim da Organização como dependentes.

6.58 QUAL A CONDIÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE MASCULINO/FEMININO?

R.: Apresentação da Certidão de Casamento, sendo necessária a presença do titular para a assinatura da competente declaração.

6.59 COMO AEROVIÁRIOS, AERONAUTAS APOSENTADOS, EX-DEPENDENTES DIRETOS E RECONHECIDOS, IDENTIFICADOS ANTERIORMENTE, PODERÃO SER REIDENTIFICADOS?

R.: Mediante solicitação ao Exmo. Sr. Comandante-Geral do Pessoal, via DIRAP, através de requerimento.

6.60 QUAL O TAMANHO E QUANTAS FOTOGRAFIAS SÃO NECESSÁRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO OU REIDENTIFICAÇÃO?

R.: Serão 2 (duas) fotografias 3x4 cm, em fundo branco ou azul claro, podendo ser coloridas, fornecidas pelo próprio identificando.

6.61 QUAIS OS DADOS NECESSÁRIOS PARA REIDENTIFICAR OFICIAIS POR MOTIVO DE PROMOÇÃO?

R.: Nº do boletim da promoção ou do Diário Oficial.

6.62 É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DO SARAM PARA OS DEPENDENTES DE MILITAR?

R.: SIM.

6.63 OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REIDENTIFICAR GRADUADOS POR MOTIVO DE PROMOÇÃO?

R.: O formulário preenchido na própria SIDOM, contendo o número do boletim que publicou a promoção, e 02 (duas) fotos 3x4 cm (5º ou 7º uniforme).

6.64 É CONVENIENTE SER IDENTIFICADO POR OUTRO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO?

R.: Sim, pelos Institutos Estaduais de Identificação vinculados às Secretarias de Segurança Pública, tendo em vista que os arquivos da Subdivisão de Identificação ainda não estão interligados a esses Institutos.

6.65 QUAL O PROCEDIMENTO PARA REIDENTIFICAÇÃO DE MILITARES DA ATIVA/INATIVA QUANDO O MOTIVO É “ALTERAÇÃO EM PRONTUÁRIO”, COMO POR EXEMPLO, MUDANÇA DE NOME?

R.: Deverá apresentar na SIDOM o número e a data do boletim do Comando da Aeronáutica que publicou a alteração.

6.66 QUAL O PROCEDIMENTO PARA REIDENTIFICAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS ATIVOS/INATIVOS QUANDO O MOTIVO É “ALTERAÇÃO EM PRONTUÁRIO”, COMO POR EXEMPLO, MUDANÇA DE NOME?

R.: Deverá apresentar na SIDOM o número e a data do boletim interno da Unidade, à qual está vinculado, que publicou a alteração.

6.67 QUAL O PROCEDIMENTO PARA REIDENTIFICAÇÃO DOS DEPENDENTES DE MILITARES, DE SERVIDORES CIVIS E DE PENSIONISTAS NO MOTIVO “ALTERAÇÃO EM PRONTUÁRIO”?

R.: Apresentação da Certidão do dependente contendo a alteração.

6.68 O PROCEDIMENTO PARA REIDENTIFICAÇÃO DOS PENSIONISTAS E DOS AERONAUTAS NO MOTIVO “ALTERAÇÃO EM PRONTUÁRIO”?

R.: Apresentação da Certidão de Nascimento/Casamento contendo a alteração.

7 DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR - DSM

7.1 QUANDO É REALIZADO O ALISTAMENTO?

R.: É realizado no período compreendido entre 02 JAN a 30 ABR do ano em que o brasileiro completar 18 (dezoito) anos de idade (art. 41 RLSM).

7.2 A QUEM COMPETE REALIZAR O ALISTAMENTO?

R.: Com a Unificação do Alistamento e Seleção Geral para as Forças Armadas, o alistamento passou a ser efetuado pelas Juntas de Serviço Militar (JSM), órgão vinculado à Prefeitura Municipal e que normalmente funciona na Região Administrativa do município. O alistamento também é realizado nos Consulados do Brasil para os que estiverem no exterior. A inexistência ou falta de órgão alistador no local de residência não constituirá motivo para isentar qualquer brasileiro do alistamento obrigatório.

7.3 O QUE SE ENTENDE POR ALISTAMENTO FORA DO PRAZO?

R.: É o alistamento efetuado a partir de 1º de maio. No período de 01 de maio a 30 jun., o alistado é isento da multa e concorre à seleção com a próxima classe. Após 30 jun., o alistado, além de concorrer com a seleção da próxima classe, pagará a multa prevista.

7.4 O QUE É CLASSE?

R.: Conjunto de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de um mesmo ano. É designada pelo ano de nascimento dos que a constituem.

7.5 O QUE É CLASSE CONVOCADA?

R.: É o conjunto dos brasileiros, de uma mesma classe, chamado para a prestação do Serviço Militar, quer inicial, quer sob outra forma e fase (nº 4, art. 3º - Regulamento da Lei do Serviço Militar - RLSM).

7.6 O QUE É CONVOCAÇÃO À INCORPORAÇÃO OU MATRÍCULA (DESIGNAÇÃO)?

R.: É o ato pelo qual os brasileiros, após julgados aptos em seleção, são designados para incorporação ou matrícula, a fim de prestar o Serviço Militar, quer inicial, quer sob outra forma ou fase (nº 7, art. 3º - RLSM).

7.7 O QUE É DILAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO?

R.: É o aumento compulsório da duração do tempo de Serviço Militar (nº 8, art. 3º - RLSM).

7.8 QUEM ESTÁ DESOBRIGADO PARA COM O SERVIÇO MILITAR?

R.: A obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que o brasileiro completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos. Todo cidadão brasileiro estará desobrigado do Serviço Militar, a partir do 1º dia de janeiro do ano em que completar 46 (quarenta e seis) anos de idade (art. 19 - RLSM).

7.9 O QUE É DISPENSA DO SERVIÇO MILITAR INICIAL?

R.: É o ato pelo qual os brasileiros, embora obrigados ao Serviço Militar, são dispensados da prestação do Serviço Militar inicial, por haverem sido dispensados de incorporação em Organizações Militares da Ativa e não terem obrigações de matrícula em Órgãos de Formação de Reserva. Esses brasileiros continuam, contudo, sujeitos às convocações posteriores e aos deveres previstos no Regulamento da Lei do Serviço Militar. Os brasileiros nessas condições farão jus ao Certificado de Dispensa de Incorporação (nº 12, art. 3º - RLSM).

7.10 O QUE É DISPONIBILIDADE?

R.: É a situação de vinculação do pessoal da reserva a uma Organização Militar durante o prazo fixado pelos Comandantes Militares, de acordo com as necessidades de mobilização (nº 13, art. 3º, RLSM).

7.11 O QUE É ENCOSTAMENTO OU DEPÓSITO?

R.: É o ato de manutenção do convocado, voluntário, reservista, desincorporado, insubmisso ou desertor na Organização Militar, para fins específicos, declarados no ato, tais como: alimentação, pousada, justiça, etc. (nº 14, art. 3º - RLSM).

7.12 O QUE É ESTAR EM DÉBITO COM O SERVIÇO MILITAR?

R.: É a situação dos brasileiros que, tendo obrigações definidas para com o Serviço Militar, tenham deixado de cumpri-las nos prazos fixados (nº 15, art. 3º - RLSM).

7.13 O QUE É EXIMIDO?

R.: É a situação do brasileiro que, em tempo de paz, após alistado, alega imperativo de consciência, decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política para se eximir de atividade de caráter essencialmente militar. (art. 5º, inciso VIII - CF/88).

7.14 O QUE É SERVIÇO ALTERNATIVO?

R.: É o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, em substituição às atividades de caráter essencialmente militar. Será prestado, pelos brasileiros eximidos, em organizações militares da ativa e em órgãos de formação de reservas das Forças Armadas ou em órgãos subordinados aos Ministérios Cíveis, mediante convênios entre estes e os Comandos Militares, desde que haja interesse recíproco e, também sejam atendidas as aptidões do convocado (Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991).

7.15 QUANDO OCORRE A INCORPORAÇÃO NA AERONÁUTICA?

R.: Com a unificação do Alistamento e Seleção para o Serviço Militar Inicial, essa data passou a ser comum para as três forças e constará anualmente no Plano Geral de Convocação (PGC).

7.16 O QUE É INSUBMISSO?

R.: É a situação do convocado, selecionado e designado para incorporação ou matrícula, que não se apresentar à Organização Militar que lhe for designada, dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação ou matrícula (nº 22, art. 3º - RLSM).

7.17 QUEM ESTÁ ISENTO DO SERVIÇO MILITAR?

R.: O brasileiro que, devido às suas condições morais (em tempo de paz), físicas ou mentais, fica dispensado das obrigações do Serviço Militar, em caráter permanente, ou enquanto persistirem essas condições (nº 23, art. 3º - RLSM).

7.18 O QUE É MULTA MÍNIMA?

R.: É a penalidade em dinheiro, básica, com o valor correspondente a 1,3 (um inteiro e três décimos) da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (nº 27, art. 3º - RLSM).

7.19 O QUE É MUNICÍPIO TRIBUTÁRIO?

R.: É o município considerado, pelo Plano Geral de Convocação anual, contribuinte à convocação para o Serviço Militar inicial (nº 29, art. 3º - RLSM).

7.20 O QUE SÃO PREFERENCIADOS?

R.: São os brasileiros com destino preferencial para uma das Forças Armadas por exercerem atividades normais de grande interesse da respectiva Força, e que ficarão vinculados à mesma quanto à prestação do Serviço Militar e quanto à mobilização (nº 32, art. 3º e nº 3, art. 69 - RLSM).

7.21 O QUE É REFRATÁRIO?

R.: É a situação em que se encontra o brasileiro que não se apresentar para a seleção de sua classe na época determinada ou que, tendo-o feito, ausentar-se sem a haver completado (nº 35, art. 3º - RLSM).

7.22 O QUE É RESERVISTA?

R.: É a Praça componente da reserva (nº 40, art. 3º - RLSM).

7.23 O QUE É RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA?

R.: É aquele que atingiu um grau de instrução que o habilite ao desempenho de função de uma das qualificações ou especialização militares de cada uma das Forças Armadas (nº 41, art. 3º - RLSM).

7.24 O QUE É RESERVISTA DE 2ª CATEGORIA?

R.: É aquele que tenha recebido, no mínimo, a instrução militar suficiente para o exercício de função geral básica de caráter militar (nº 42, art. 3º - RLSM).

7.25 O QUE COMPREENDE A SELEÇÃO?

R.: A seleção compreenderá, além da inspeção de saúde, testes físicos, psicológicos, cultural, entrevistas e apreciação de outros elementos. Nas Forças Armadas, é realizada no período JUL/OUT de acordo com as instruções baixadas no PGC (art. 50 - RLSM).

7.26 O QUE É SITUAÇÃO ESPECIAL?

R.: É a situação do possuidor do Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), por se encontrar em função ou ter aptidão de interesse da defesa nacional fixada pela respectiva Força Armada. Essa situação é registrada no Certificado correspondente (nº 43, art. 3º - RLSM).

7.27 O QUE É TAXA MILITAR?

R.: É a importância em dinheiro cobrada, pelos Órgãos do Serviço Militar, aos convocados que obtiverem adiamento de incorporação ou a quem for concedido o Certificado de Dispensa de Incorporação. Terá o valor da multa mínima (nº 45, art. 3º - RLSM).

7.28 O QUE É UM MILITAR MOBILIZÁVEL?

R.: É o militar que reúne as condições mínimas de instrução e habilitação militares, necessárias em caso de mobilização.

7.29 QUAL O DOCUMENTO LEGAL PARA REALIZAR A ADIÇÃO E VINCULAÇÃO DE UM MILITAR DA RESERVA REMUNERADA (R/1)?

R.: Ficha para o Cadastramento da Reserva (FCR), instituída pela IMA 33-3, de 17 SET 1986.

7.30 O QUE É COMAR DE ADIÇÃO?

R.: Comando Aéreo Regional (COMAR) a que o militar da Reserva Remunerada, até o posto de Major Brigadeiro, encontra-se adido para fins de mobilização, justiça e disciplina (IMA 33-3/86).

7.31 O QUE É OM DE VINCULAÇÃO?

R.: OM a qual o militar da Reserva Remunerada encontra-se vinculado, para fins de percepção de proventos. O Ten Brig R/1 ficará vinculado ao COMAR para efeito de mobilização e à OM pagadora para fins de percepção de proventos. (IMA 33-3/86).

7.32 O QUE DEVE SER FEITO PELOS ÓRGÃOS DO SERVIÇO MILITAR-OSM (SERVIÇOS REGIONAIS DE RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO-SERMOB/SEÇÕES MOBILIZADORAS-SMOB) QUANDO O MILITAR DA RESERVA REMUNERADA MUDAR DE ENDEREÇO?

R.: Há duas situações:

- a) mudança para localidade dentro da área de um mesmo COMAR implica em transferência de vinculação do militar, para fins de percepção de proventos; e
- b) mudança para localidade jurisdicionada a outro COMAR implica em transferência de adição e de vinculação.

Em ambos os casos, o OSM de procedência, entendido como aquele da jurisdição de residência do militar no momento da comunicação da mudança, deverá informar a ocorrência ao COMAR de origem, ao COMAR de destino (se for o caso), à DIRAP, à DIRINT e à OM pagadora de destino, através de radiograma coletivo, conforme modelo estabelecido na IMA 33-3/86, atentando-se para a menção do nº de ordem do militar. Observação: Como providência final, o OSM de procedência remeterá para o OSM de destino as correspondentes fichas documentárias.

7.33 O QUE A OM DE VINCULAÇÃO (PAGADORA) DEVE FAZER EM CASO DE FALECIMENTO DE MILITAR DA RESERVA REMUNERADA?

R.: Deverá informar ao COMAR da área e à DIRAP, via radiograma coletivo, conforme modelo da IMA 33-3/86, devendo ser mencionado o nº de ordem e o nº de matrícula do militar.

7.34 A PARTIR DE QUE IDADE O MILITAR DA RESERVA REMUNERADA PASSA À CONDIÇÃO DE REFORMADO?

R.: Se oficiais gerais e capelães, 68 (sessenta e oito) anos;

Se oficiais superiores, 64 (sessenta e quatro) anos;

Se oficiais subalternos e intermediários, 60 (sessenta) anos; e

Se praças, 56 (cinquenta e seis) anos.

(Art. 104 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980 - Estatuto dos Militares).

7.35 AO PASSAR À SITUAÇÃO DE REFORMADO, O MILITAR DEVE SUBSTITUIR SUA CARTEIRA DE IDENTIDADE?

R.: Sim.

7.36 QUANDO É PROCESSADA A REFORMA POR IDADE-LIMITE DOS MILITARES DA RESERVA REMUNERADA?

R.: Anualmente, no mês de fevereiro (Art. 107 da Lei 6880/80).

7.37 ONDE SE PUBLICAM AS PORTARIAS DE REFORMA POR IDADE-LIMITE?

R.: Para os Oficiais Gerais: no Diário Oficial da União, por ato do Comandante da Aeronáutica, sendo transcritas no BCA;

Para os demais Oficiais: no Diário Oficial da União, por ato do Diretor da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), sendo transcritas no BCA; e

Para as praças: no BCA, por ato do Diretor da DIRAP.

7.38 O QUE SE DEVE FAZER PARA REGULARIZAR O SERVIÇO MILITAR DE BRASILEIRO NO EXTERIOR?

R.: Se residente no exterior, o interessado deverá entrar com requerimento, conforme modelo estabelecido na IMA 33-6, de 22 AGO 1988, aprovada pela Portaria DIRAP nº 1.033/DSM, de 24 AGO 1988, na Repartição Consular Brasileira na localidade, anexando o original do documento de situação militar de que é portador, devidamente autenticado e a tradução legal do documento, para as providências de apostilamento previstas naquela IMA.

Se residente no Brasil, esse requerimento deverá dar entrada no Órgão do Serviço Militar mais próximo do município de residência do interessado, que o encaminhará ao COMAR.

Vale ressaltar que o reconhecimento da validade desse Serviço Militar, no Brasil, será efetivado somente se prestado na República Italiana (Dec. nº 56.417, de 04 jun. 1965), no Reino Unido da Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte (Dec. nº 50.144, de 27 jan. 1961), países em que há Tratados firmados nesse sentido.

7.39 QUAL A FINALIDADE DA CONFECÇÃO DO MAPA DA RESERVA?

R.: Obter, quando necessário, o quantitativo do efetivo que compõe a Reserva Mobilizável da Aeronáutica.

8 DIVISÃO DO PESSOAL MILITAR - DPM

8.1 QUAIS OS BOLETINS OU SEUS ADITAMENTOS, COM MATÉRIAS REFERENTES A CABOS, SOLDADOS E TAIFEIROS, QUE DEVEM SER REMETIDOS À DIRAP?

R.: Boletins de incorporação de praças não Mobilizáveis-Consritos; boletins da passagem de Praças não Mobilizáveis à situação de Praças Mobilizáveis (CFSD), com a respectiva classificação na especialidade e o grau obtido; boletins de matrícula, conclusão e classificação do CESD (Curso de Especialização de Soldados) de todos esses militares dentro de suas respectivas áreas COMAR; boletins de movimentação; e boletins de matrícula no CFT. É imprescindível constar o Número de Ordem ao lado do nome do militar.

8.2 O MILITAR INCORPORADO, APÓS PUBLICAÇÃO EM BOLETIM, PODERÁ TER SUA UNIDADE DE DESTINO ALTERADA PELA OM INCORPORADORA?

R.: Sim, desde que com a devida retificação do boletim de incorporação e comunicação ao COMAR e à DIRAP para a atualização no cadastro.

8.3 QUANDO DEVEM SER REMETIDOS OS BOLETINS DE MOVIMENTAÇÃO DE CABOS, TAIFEIROS E SOLDADOS?

R.: Os COMAR expedirão, por mês, apenas dois boletins de movimentação de cabos, taifeiros e soldados, no último dia útil de cada quinzena (competência prevista no inciso IV do art. 178 da RCA 34-1, 03 NOV 2005 - RISAER). Esses boletins deverão ser remetidos à DIRAP, no dia posterior à sua publicação, contendo ou não matéria sobre movimentações. É imprescindível constar o Número de Ordem de todos os militares.

8.4 QUANDO DEVE SER INFORMADO À DIRAP O LICENCIAMENTO DE MILITAR?

R.: As OM devem informar à DIRAP a data do licenciamento do serviço ativo, realizado por ato de sua competência, e o motivo que o ocasionou, no dia posterior à publicação em Boletim Interno, bem como a data do desligamento do serviço ativo.

8.5 QUAL O PRAZO LIMITE PARA DESLIGAMENTO DO MILITAR MOVIMENTADO A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO NO BOLETIM INTERNO DA ORGANIZAÇÃO?

R.: “I - 8 (oito) dias úteis, quando não houver carga a passar;
II - 10 (dez) dias úteis, quando houver carga ou recurso financeiro a passar;
III- 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando se tratar de Agente de Controle Interno ou oficial detentor de carga de almoxarifado; e
IV - 30 (trinta) dias úteis, quando se tratar de Agente Diretor (art. 201 da RCA 34-1, 03 NOV 2005 - RISAER).”

8.6 DEVERÁ SER INFORMADA À DIRAP TODA A APRESENTAÇÃO DE MILITAR POR INÍCIO DE CURSO?

R.: Não. Somente dos cursos que geram desligamento ou qualquer outro ato que implique o afastamento do militar de uma organização com destino à outra (art. 210 da RCA 34-1, 30 NOV 2005 - RISAER).

8.7 O QUE É LICENÇA ESPECIAL (LESP)?

R.: É a autorização para afastamento total do serviço, relativo a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado até 29 de dezembro de 2000, concedido ao militar que o requeira, sem que implique qualquer restrição para sua carreira (art. 254 da RCA 34-1, 03 NOV 2005 - RISAER).

8.8 QUAIS OS PERÍODOS INDICADOS PARA QUE O MILITAR REQUEIRA SUA LICENÇA ESPECIAL (LESP) À AUTORIDADE COMPETENTE?

R.: Nos meses de maio e novembro, devendo constar no requerimento o período em que deseja gozá-la e as datas de início e término da licença (§ 1º, caput do art. 256 da RCA 34-1, 03 NOV 2005 - RISAER).

8.9 A LICENÇA ESPECIAL (LESP) PODERÁ SER GOZADA EM PERÍODO DE 4 MESES?

R.: Não. A LESP, quando gozada parceladamente, deverá obedecer ao estabelecido no § 2º, art. 254 - RISAER.

8.10 QUANDO REQUERIDA A LICENÇA ESPECIAL, ESTA DEVERÁ SER CONCEDIDA?

R.: Somente quando a autoridade competente para seu deferimento julgá-la conveniente (art. 255 - RISAER).

8.11 O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL) OU PRIVADO CONTA PARA A AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE?

R.: Não. Este tempo somente será computado no momento da passagem do militar à situação de inatividade, conforme § 1º do Art.137 do Estatuto dos Militares/1980, exceto quando se tratar de tempo de serviço público federal prestado como militar das Forças Armadas. O direito à estabilidade, previsto no art. 50, inciso IV, alínea “a”, do Estatuto dos Militares/1980, só é adquirido com 10 (dez) ou mais anos de tempo de efetivo serviço nas Forças Armadas, ininterruptos ou não. A definição de tempo de efetivo serviço é encontrada no art. 136 do Estatuto dos Militares/1980.

8.12 O PRAÇA SUJEITO A INQUÉRITO POLICIAL COMUM OU A PROCESSO NO FORO CIVIL, PODERÁ SER LICENCIADO (OU EXCLUÍDO)?

R.: Sim. Em qualquer caso, mediante comunicação prévia à autoridade policial ou judiciária competente e indicação do seu respectivo domicílio.

8.13 O PRAÇA COM TEMPO DE SERVIÇO PRORROGADO, SUJEITO A INQUÉRITO POLICIAL MILITAR OU A PROCESSO NO FORO MILITAR, ANTES DE COMPLETAR 10 (DEZ) ANOS DE EFETIVO SERVIÇO OU QUE TENHA SEU PEDIDO DE PRORROGAÇÃO INDEFERIDO, PODERÁ SER LICENCIADO?

R.: Não. De acordo com o Parecer AGU/MP-15/2006, por causar sérios transtornos à Justiça Militar (o licenciamento) e em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII, CF/88). Porém, após estabilizado, o praça poderá ser condenado na ação penal militar decorrente de Inquérito Policial Militar e ser excluído a bem da disciplina após ter sido submetido a Conselho de Disciplina, nos termos do que dispõe o art. 125, inciso III do Estatuto dos Militares/1980.

8.14 NOS CASOS EM QUE O INDEFERIMENTO OU CANCELAMENTO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DO MILITAR FOREM PUBLICADOS APÓS O TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO, QUAL A DATA MÁXIMA PARA O SEU DESLIGAMENTO?

R.: A OM deverá proceder ao licenciamento do militar a contar da data posterior ao término da prorrogação e desligá-lo até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da publicação do ato de indeferimento ou cancelamento, conforme § 1º do art. 95 do Estatuto dos Militares/1980. Exemplo: Um sargento com término de prorrogação em 02 JUL 2002, teve sua próxima prorrogação indeferida. Por algum motivo, o ato fora publicado em BCA Reservado do dia 18

AGO 2002. A OM providenciará o seu licenciamento a contar de 03 JUL 2002 (dia seguinte ao término da prorrogação), e o desligará até 02 OUT 2002 (45 dias após a data da primeira publicação do ato de indeferimento), desde que essa data não ultrapasse a prevista para estabilidade do militar.

8.15 O MILITAR AGREGADO PODE SER PROMOVIDO?

R.: Sim.

8.16 EM QUAIS SITUAÇÕES O MILITAR SERÁ TRANSFERIDO PARA A RESERVA OU REFORMADO "EX-OFFÍCIO" POR ESTAR AGREGADO HÁ MAIS DE 2 ANOS?

R.: Nos seguintes casos:

- a) em virtude de ter passado a exercer cargo ou emprego público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta;
- b) por ter sido julgado incapaz, temporariamente, mediante homologação de Junta Superior de Saúde (JSS), ainda que se trate de moléstia curável;
- c) em licença para tratar de interesse particular; e
- d) em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.

8.17 O MILITAR JULGADO APTO COM RESTRIÇÕES PELA JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE (JSS) OU JUNTA REGULAR DE SAÚDE (JRS) É AGREGADO?

R.: Não.

8.18 O MILITAR DESERTOR QUE NÃO TEM ESTABILIDADE ASSEGURADA É AGREGADO?

R.: Não.

8.19 O QUE É CARTA PATENTE?

R.: É o diploma conferido ao oficial por ocasião de sua promoção ou nomeação aos respectivos postos iniciais de cada círculo hierárquico.

8.20 QUAIS SÃO AS MODALIDADES DA CARTA PATENTE?

R.: Oficial-general - para o posto de brigadeiro.

Oficial superior - para o posto de major.

Oficial - para os postos de 2º ou 1º tenentes.

8.21 A QUEM COMPETE A LAVRATURA OU EXPEDIÇÃO DA CARTA PATENTE DE OFICIAL-GENERAL?

R.: Ao Chefe de Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

8.22 A QUEM COMPETE A LAVRATURA OU EXPEDIÇÃO DA CARTA PATENTE DE OFICIAL SUPERIOR?

R.: Ao Comandante-Geral do Pessoal.

8.23 A QUEM COMPETE A LAVRATURA OU EXPEDIÇÃO DA CARTA PATENTE DE OFICIAL?

R.: Ao Diretor de Administração do Pessoal.

8.24 O QUE SIGNIFICA O TERMO APOSTILAR CARTA PATENTE?

R.: Procedimento para consignar as promoções concedidas aos oficiais, nos postos intermediários e finais de cada círculo hierárquico, bem como reserva remunerada, reforma, licenciamento, demissão e mudança na grafia do nome.

8.25 NO CASO DE SEREM REGISTRADOS ATOS LEGAIS, EMANADOS DE AUTORIDADES COMPETENTES, COM O OBJETIVO DE ATUALIZAR OU RETIFICAR UMA CARTA PATENTE, QUAL O CORRETO PROCEDIMENTO A SER ADOTADO?

R.: Apostilar na Carta Patente.

8.26 QUEM ASSINA AS APOSTILAS?

R.: O comandante, chefe ou diretor da OM onde servir o oficial, exceto no caso de apostila de reforma, que deve ser assinada pelo Diretor da DIRAP.

8.27 QUEM PROCESSA A APOSTILA NA CARTA PATENTE DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM?

R.: O Órgão imediatamente superior.

8.28 ONDE SERÃO ARQUIVADAS AS CARTAS PATENTES CASSADAS?

R.: Na DIRAP.

8.29 COMO SOLICITAR UMA 2ª VIA DE CARTA PATENTE?

R.: Por intermédio de requerimento do interessado à autoridade que a outorgou, mediante indenização de 1% do valor do soldo de 2º tenente.

8.30 QUANDO HOUVER INCORREÇÃO GRÁFICA NA EMISSÃO DA CARTA PATENTE, QUAL O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO PELO OFICIAL?

R.: Entregar a carta incorreta na sua SPM, para que seja solicitada à DIRAP a expedição de uma nova Carta Patente.

8.31 QUAL O PROCEDIMENTO DA AUTORIDADE, QUANDO DA SOLICITAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE CARTA PATENTE?

R.: Inutilizar a incorreta e confeccionar uma nova, mantendo, entretanto, o mesmo número de registro.

8.32 QUAL A FINALIDADE DA MEDALHA MILITAR DE TEMPO DE SERVIÇO?

R.: Recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças.

8.33 QUAIS SÃO OS TIPOS DE MEDALHA MILITAR DE TEMPO DE SERVIÇO?

R.: Platina com passador de platina – 50 anos; tombac dourado com passador de platina – 40 anos; tombac dourado com passador em tombac dourado – 30 anos; tombac prateado com passador em tombac prateado – 20 anos e tombac com acabamento de bronze com passador em tombac com acabamento de bronze – 10 anos.

8.34 QUEM TEM DIREITO A MEDALHA MILITAR?

R.: O militar que completar na ativa o decênio, desde que satisfaça a todas as condições exigidas.

8.35 O MILITAR TRANSFERIDO PARA A RESERVA OU REFORMADO, QUE TENHA COMPLETADO NA ATIVA O DECÊNIO DE TEMPO DE SERVIÇO, TERÁ DIREITO À MEDALHA MILITAR?

R.: Sim. Desde que satisfaça as condições exigidas.

8.36 O MILITAR TRANSFERIDO PARA A RESERVA QUE FOR CONVOCADO OU DESIGNADO PARA O SERVIÇO ATIVO, CONTA ESSE TEMPO PARA FIM DE RECEBIMENTO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Sim.

8.37 QUAL PROCEDIMENTO DEVERÁ SER ADOTADO, PELA OM, QUANDO UM MILITAR NÃO FOR CONSIDERADO MERECEDOR DA MEDALHA MILITAR PELO SEU RESPECTIVO COMANDANTE?

R.: Anexar, ao processo, documentação registrando o parecer desfavorável. Nesse caso, a DIRAP encaminhará ao COMGEP para a decisão final.

8.38 O MILITAR COM PUNIÇÃO DISCIPLINAR POR TRANSGRESSÃO ATENTATÓRIA À HONRA E À DIGNIDADE PESSOAL, AO PUDOR MILITAR OU AO DECORO DA CLASSE, TERÁ DIREITO AO RECEBIMENTO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Não, somente terá direito à Medalha, se tiver a referida punição cancelada.

8.39 O MILITAR COM PUNIÇÕES QUE SOMADAS, EXCEDAM A VINTE DIAS DE DETENÇÃO, TERÁ DIREITO AO RECEBIMENTO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Não. Somente terá direito à Medalha, se tiver as referidas punições canceladas.

8.40 QUAL A EQUIVALÊNCIA DE PUNIÇÕES, A SER OBSERVADA NA CONFEÇÃO DO "OFÍCIO-PROPOSTA"?

R.: “- dois dias de detenção = um dia de prisão comum.

- um dia de prisão sem fazer serviço = dois dias de prisão comum.

- um dia de prisão em separado = três dias de prisão comum.

(nº 8, do art. 5º, das Instruções para Concessão da Medalha Militar)”

8.41 DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PELA CONFEÇÃO DO OFÍCIO-PROPOSTA PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MILITAR E COMO É FEITA?

R.: Do Comandante. A confecção do ofício-proposta é “ex-officio”, tão logo qualquer subordinado complete o decênio respectivo. Cabe, supletivamente, ao interessado, solicitar verbalmente ao Setor de Pessoal a elaboração do “Ofício-Proposta”, entregando seu Histórico Militar, visando iniciar o processo.

8.42 TODO E QUALQUER TEMPO DE SERVIÇO MILITAR SERVE PARA A CONTAGEM DE TEMPO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Sim, desde que prestado em uma das três Forças Armadas.

8.43 QUAIS TEMPOS NÃO SÃO COMPUTADOS PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MILITAR?

R.: a) correspondentes à prisão de qualquer natureza;

b) passados em comissões civis de qualquer natureza, mesmo naquelas em que o militar conte o tempo como se fosse de efetivo serviço;

c) passados em licença para tratar de interesse particular;

d) relativos a dispensas de serviço não consideradas como recompensa ou para descontos em férias regulamentares;

e) passados em Órgãos de Formação da Reserva, tais como CPOR e Tiro de Guerra;

f) passados em licença para tratamento de saúde própria ou de pessoa da família; e

g) passados em escolas civis, antes do ingresso na Aeronáutica, mesmo que seja considerado como de efetivo serviço por dispositivo legal.

8.44 A LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA SERÁ COMPUTADA EM DOBRO PARA FIM DE CONCESSÃO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Não.

8.45 O TEMPO PASSADO EM GOZO DE LICENÇA ESPECIAL É COMPUTADO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Sim.

8.46 O MILITAR QUE SOFRER ACIDENTE E PRECISAR DE DISPENSA MÉDICA PARA SUA TOTAL REABILITAÇÃO, TERÁ ESTE TEMPO COMPUTADO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MILITAR?

R.: Apenas nos casos em que for caracterizado como sendo em objeto de serviço, através de Atestado Sanitário de Origem (ASO).

8.47 QUAL O GRAU DE SIGILO DOS PROCESSOS RELATIVOS À MEDALHA MILITAR?

R.: Reservado.

8.48 O MILITAR QUE TENHA SOFRIDO SENTENÇA CONDENATÓRIA, PASSADA EM JULGADO, AINDA QUE BENEFICIADO POR INDULTO OU PERDÃO, TERÁ DIREITO A RECEBER A MEDALHA MILITAR?

R.: Sim. Terá esse direito desde que tenha decorrido novo decênio, que se iniciará no dia imediato ao término do cumprimento da pena.

8.49 DE QUEM É A COMPETÊNCIA PARA CONFECCÃO DO PROCESSO DE MEDALHA RELATIVO A OFICIAL-GENERAL?

R.: Da DIRAP.

8.50 AS ORGANIZAÇÕES DEVEM INFORMAR O ENVOLVIMENTO DE MILITAR COM A JUSTIÇA COMUM CRIMINAL OU MILITAR?

R.: Sim, tão logo saibam do envolvimento de militar com a justiça comum criminal ou militar. A Seção de Justiça da DIRAP passará a exercer o controle sobre aquela situação, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos e fornecendo informações aos órgãos de promoções (CPO e CPG), além de atender a diversas outras consultas. A fim de responder tais consultas, são realizadas cobranças de informações por meio de mensagem rádio.

8.51 O QUE SIGNIFICA O TERMO “SUJEITO A TODAS AS RESTRIÇÕES LEGAIS” QUE ATINGEM O MILITAR ENVOLVIDO COM A JUSTIÇA COMUM CRIMINAL OU MILITAR?

R.: A expressão substituiu o antigo “sub-júdice” (graduados) ou “impossibilitado de constar do quadro de acesso” (oficiais), termos que foram considerados inadequados.

8.52 QUE “RESTRIÇÕES LEGAIS” PODEM ATINGIR O MILITAR ENVOLVIDO COM A JUSTIÇA COMUM CRIMINAL OU MILITAR?

R.: O militar não poderá: ser promovido; receber medalhas de mérito; ser transferido de sede (quando envolvido com justiça comum criminal ou militar); prestar concursos; e passar para a reserva remunerada a pedido. Além do mais, influenciará nos processos de indicação para missão no exterior e reengajamento.

8.53 QUANDO O MILITAR FICA “ENVOLVIDO COM A JUSTIÇA COMUM CRIMINAL OU MILITAR”?

R.: O militar fica envolvido quando é indiciado em inquérito policial na Delegacia de Polícia ou em inquérito policial militar na OM. Posteriormente, tais inquéritos são remetidos ao juízo

competente. Lá, o Representante do Ministério Público, lidos os autos do inquérito, poderá: oferecer denúncia ou sugerir o arquivamento do processo; caberá ao juiz, por meio de sentença, receber ou rejeitar a denúncia. Se receber, será instaurada a ação penal; se rejeitar, serão os autos arquivados.

8.54 QUANDO O MILITAR FICA “SUJEITO ÀS RESTRIÇÕES LEGAIS”?

R.: Na data da deserção; na data da portaria de instauração de Conselho de Disciplina (graduados) ou Conselho de Justificação (Oficiais); na data do recebimento da denúncia em processo-crime; na data da prisão preventiva; se condenado, enquanto durar a pena e durante o cumprimento do SURSIS; e na data da prisão em flagrante delito (somente para Oficiais).

8.55 QUANDO O MILITAR DEIXA DE FICAR "SUJEITO ÀS RESTRIÇÕES LEGAIS"?

R.: Absolvido em Conselho de Disciplina ou de Justificação; no arquivamento do processo, se não foi denunciado; com sentença transitada em julgado, se absolvido; ou ao término da pena, após o período do SURSIS.

8.56 QUANDO UM MILITAR DEIXA DE FICAR "SUJEITO ÀS RESTRIÇÕES LEGAIS" SE HOUVER SIDO APENADO COM 02 (DOIS) MESES DE DETENÇÃO, POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO NA DATA DE 20 ABR. 99, COM SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA OU “SURSIS” POR DOIS ANOS?

R.: Os oficiais deixarão de estar sujeitos a todas as restrições legais após o período estipulado na sentença, ou seja, em 19 JUN 1999. Os graduados deixarão em 19 ABR 2001, após o cumprimento do “sursis” (Parecer nº 13/COJAER/2005, de 24 FEV 2005 e Parecer nº 57/COJAER/2005, de 19 ABR 2005).

8.57 QUANDO UM MILITAR DEIXA DE FICAR "SUJEITO ÀS RESTRIÇÕES LEGAIS", SE DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA FOR INDULTADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA?

R.: Deixará as "restrições legais" na data do indulto.

8.58 QUANDO O MILITAR DEIXA DE FICAR "SUJEITO ÀS RESTRIÇÕES LEGAIS" SE O PROCESSO FOR SUSPENSO, COM AMPARO NA LEI 9.099/95?

R.: A Lei 9.099, de 26 Set. 95, trata de infrações penais de menor potencial ofensivo. Nesses casos, o juiz poderá, havendo acordo das partes, suspender o processo por período de 02 (dois) a 04 (quatro) anos. Feita a transação e suspenso o processo, ao cumprir o citado período, o militar deixará de estar sujeito a todas as “restrições legais” após o trânsito em julgado da sentença de extinção de punibilidade.

8.59 O QUE OCORRE COM O MILITAR SE O PROCESSO NÃO FOR A JULGAMENTO E NÃO FOR SUSPENSO PELA LEI 9.099/95?

R.: O juiz proferirá uma sentença de extinção da punibilidade pela prescrição, ou seja, o Estado perdeu o direito de punir o militar, por ter deixado passar o prazo. O militar deixará as "restrições legais", na data do trânsito em julgado da sentença de extinção de punibilidade.

9 DIVISÃO DO PESSOAL CIVIL - DPC

9.1 UMA CANDIDATA GRÁVIDA PODERÁ SER CONSIDERADA APTA PARA TOMAR POSSE?

R.: Sim. Desde que o atestado de aptidão física e mental assim o identifique. O estado de gravidez não é doença.

9.2 UMA CANDIDATA GESTANTE DEU À LUZ (POR EXEMPLO, 05 (CINCO) DIAS ANTES DE SUA NOMEAÇÃO), SUA POSSE DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE APÓS A NOMEAÇÃO (NO PRAZO LEGAL), OU SÓ DEPOIS DE TRANSCORRIDOS OS 120 (CENTO E VINTE) DIAS DE LICENÇA CONCEDIDA À SERVIDORA GESTANTE?

R.: É oportuno retardar a sua posse e a sua entrada em exercício, em conformidade, respectivamente, com o § 1º do art. 13 e § 1º do art. 15 da Lei nº 8.112, de 1990. A licença seria concedida tão-somente, em relação aos dias restantes, deduzidos do total de que trata o art. 207 dessa norma legal.

9.3 QUE ORIENTAÇÕES DEVERÃO SER DADAS A UM CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO QUE NÃO SEJA SERVIDOR PÚBLICO ATIVO E QUE SE ENCONTRE IMPEDIDO DE SE APRESENTAR PARA POSSE? E SE O CANDIDATO FOR SERVIDOR PÚBLICO ATIVO?

R.: Se o candidato não for servidor público, deverá ser orientado que a posse poderá ser concretizada mediante procuração específica, com firma reconhecida e cópia da cédula de identidade, no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento (§§ 1º e 3º do art. 13, da Lei nº 8.112, de 1990).

Se o candidato for servidor público e na data de publicação do ato de provimento estiver em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, todos da Lei nº 8.112, de 1990, o prazo de 30(trinta) dias para tomar posse será contado do término do impedimento (art. 13, § 2º da Lei nº 8.112, de 1990).

9.4 COMO DEVERÁ PROCEDER A SEÇÃO DO PESSOAL CIVIL (SPC) DA ORGANIZAÇÃO MILITAR SE UM CANDIDATO APROVADO SE APRESENTAR PARA A POSSE, APÓS EXPIRADO O PRAZO?

R.: Após o ato de nomeação publicado em DOU, o candidato tem 30(trinta) dias para tomar posse. Se o candidato se apresentar após esses 30(trinta) dias, a seção do pessoal civil da OM não poderá empossá-lo e, imediatamente, informar a DIRAP, por meio de rádio ou fac-símile. Da mesma forma deverá proceder para os candidatos aprovados e nomeados que não se apresentarem para tomar posse, no prazo de 30(trinta) dias da publicação do ato de nomeação. Caberá a DIRAP emitir portaria, tornando sem efeito o ato de provimento (§ 6º do art 13, da Lei nº. 8.112, de 1990). Lembro que o candidato aprovado e nomeado só poderá ser empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo (parágrafo único do art 13, da Lei nº. 8.112, de 1990).

9.5 COMO DEVERÁ PROCEDER A SEÇÃO DO PESSOAL CIVIL (SPC) DA ORGANIZAÇÃO MILITAR SE UM CONCURSADO APROVADO SE APRESENTAR COM O NOME DIFERENTE DAQUELE, QUANDO DA INSCRIÇÃO DO CONCURSO? EXEMPLO: CONCURSADA QUE SE CASOU POUCO ANTES DO ATO DE PROVIMENTO (NOMEAÇÃO).

R.: O concursado ao ser convocado por ter sido nomeado, ao se apresentar para receber orientações da seção do pessoal civil, deverá apresentar a documentação que resultou na modificação do seu nome. De posse dessa documentação, a SPC da Organização Militar

publicá-la-á em boletim interno e encaminhará à DIRAP a cópia autenticada da documentação e a cópia do boletim interno que publicou a modificação do seu nome.

9.6 PODERÁ A ADMINISTRAÇÃO EXONERAR SERVIDOR DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO, OU TERÁ QUE ESPERAR O CUMPRIMENTO DO PRAZO LEGAL, MESMO QUE O SERVIDOR DEMONSTRE INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO?

R.: Sim. Se durante o estágio probatório ficar evidenciado que o servidor não satisfaz aos requisitos em Lei, ou demonstre incapacidade ou inadaptação para o exercício do cargo. Deve, no entanto, existir um procedimento para apuração dessas negatividades do servidor durante o período de 36 (trinta e seis) meses de estágio. Não é um processo disciplinar destinado a apuração de falta, mas sim um processo para caracterizar que a permanência do servidor não é conveniente à Administração (§§ 1º e 2º do art. 20, da Lei nº. 8.112, de 1990 e Ofício-Circular nº 41/SRH/MP, de 23 de julho de 2001).

9.7 QUAIS OS FUNDAMENTOS DE APOSENTADORIA QUE GARANTEM AOS SERVIDORES A APOSENTADORIA COM PARIDADE TOTAL?

R.: Todos os fundamentos assegurados pelo artigo 3º. da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

9.8 QUAIS OS FUNDAMENTOS DE APOSENTADORIA QUE, NA INATIVIDADE, OS SERVIDORES NÃO POSSUEM PARIDADE?

R.: Todos os constantes do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

9.9 PODERÁ O SERVIDOR, QUE COMPLETOU 65 ANOS DE IDADE EM 26 DE SETEMBRO DE 2006, APOSENTAR-SE COM OS BENEFÍCIOS DO DIREITO ADQUIRIDO (ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 – PARIDADE TOTAL), TENDO EM VISTA QUE O INTERESSADO, NA DATA DA PUBLICAÇÃO DA REFERIDA EMENDA, POSSUÍA 27 ANOS DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, 10 ANOS NO SERVIÇO PÚBLICO E 5 ANOS NO CARGO?

R.: Não. O interessado somente poderia usufruir do benefício da paridade total se tivesse completado 65 anos de idade até a data da publicação da EC nº 41/2003, ou seja, 31 de dezembro de 2003.

9.10 QUAL A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA CONSTAR NO "EXAME DE INVALIDEZ PARA EFEITO DE APOSENTADORIA"?

R.: Artigo 186, inciso I, §1º da Lei nº 8.112, de 1990, somente quando se tratar de doença especificada em Lei, incluindo o nome da moléstia, obedecendo textualmente a denominação constante na referida Lei ou o artigo 186, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, quando a moléstia não caracteriza doença especificada, discriminando o nome da moléstia, e quando se tratar de acidente em serviço e moléstia profissional.

9.11 QUAL O LIMITE MÁXIMO PARA A CONTAGEM DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO NO ATO DE APOSENTADORIA?

R.: O limite máximo de concessão é de 35% apurado até 08 de março de 1999 (Medida Provisória nº 1964-23, de 03 de fevereiro de 2000). O percentual somente será superior se a vantagem foi adquirida até 25 de novembro de 1995 (Medida Provisória nº 1195, de 1995).

9.12 QUANDO VIGORARÁ O ATO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR?

R.: A partir da publicação em Diário Oficial da União, com exceção da aposentadoria compulsória que retroagirá a data em que o servidor foi compulsoriamente afastado.

9.13 PODERÁ A DIRAP CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA AOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ 16 DE DEZEMBRO DE 1998, COM OS BENEFÍCIOS DO ART. 8º. DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998, TENDO EM VISTA QUE FOI REVOGADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º. 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME PUBLICAÇÃO CONSTANTE NO DOU, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003?

R.: Sim. O art. 3º. Da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, preservou o direito adquirido aos servidores públicos que, até a data da publicação desta Emenda, 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido todos os requisitos para a obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

9.14 OS ORIGINAIS DAS CERTIDÕES DE TEMPO DE SERVIÇO DEVERÃO ACOMPANHAR O PROCESSO DE APOSENTADORIA?

R.: Sim. Conforme orientação constante do item nº 2 do Comunicado DPC/005/97, publicado no Boletim Externo da DIRAP nº 98, de 29 de agosto de 1997, anexo V. As certidões de tempo de serviço/contribuição referentes à redistribuição /movimentação/ transferência de servidores deverão ser anexadas ao processo de aposentadoria. Caso os servidores não possuam os referidos documentos, a OM de lotação do servidor deverá providenciar, em caráter urgente, a expedição dos mesmos junto ao Órgão de origem, sendo posteriormente conferida pelo Chefe da Seção de Pessoal Civil (item 6 do Comunicado DPC/005/97, publicado no Bol. Ext. da DIRAP nº 98, de 29 de agosto de 1997, anexo V). Caso não estejam corretas, diligenciar, junto ao referido Órgão, as devidas correções.

9.15 DEPOIS DE CUMPRIDO TODOS OS REQUISITOS LEGAIS E DECIDIDO A SE APOSENTAR, DETERMINADO SERVIDOR REQUER À AUTORIDADE COMPETENTE O DEFERIMENTO DA CONCESSÃO. APÓS ANÁLISE DO PROCESSO, O ATO DE APOSENTADORIA É PUBLICADO EM D.O.U. AO TOMAR CONHECIMENTO DO ATO DE APOSENTADORIA, PERCEBEU O REQUERENTE QUE O FUNDAMENTO LEGAL DIFERIA DAQUELE PRETENDIDO INICIALMENTE EM SEU REQUERIMENTO. VERIFICOU-SE, ENTÃO, QUE O SERVIDOR, RESPONSÁVEL PELA CONFECÇÃO DO PROCESSO, MODIFICOU O FUNDAMENTO, JUSTIFICANDO QUE SERIA MAIS VANTAJOSO FINANCEIRAMENTE. ESTE PROCEDIMENTO FOI CORRETO?

R.: Não. Embora a mudança do fundamento fosse para melhorar a situação financeira do inativo, o que tem que prevalecer é o ato de vontade explicitado em seu pedido de aposentadoria (TC 002.530/94-5 Ata 19/95 - D.O.U. de 14 JUN 1995 - 2ª Câmara TCU).

9.16 DUAS SERVIDORAS, AMBAS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E COM A MESMA DATA DE EXERCÍCIO, FAZEM CONSULTAS. A SERVIDORA ALFA, LOTADA NA BASC, PLEITEIA SUA REMOÇÃO, A PEDIDO, PARA A BAST, ALEGANDO QUE SEU MARIDO, CIVIL, FOI TRANSFERIDO PARA A CIDADE DE SANTOS, PELA EMPRESA PRIVADA EM QUE TRABALHA. A SERVIDORA DELTA, LOTADA NA UNIFA, PLEITEIA SUA TRANSFERÊNCIA PARA A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, POR SER PROFESSORA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, ONDE SABE QUE TEM GARANTIA DE VAGA E, ALEGA, TAMBÉM, QUE SEU MARIDO, OFICIAL DA AERONÁUTICA, FOI MOVIMENTADO PARA O GAP-BR. OS SEUS RESPECTIVOS REQUERIMENTOS SERÃO DEFERIDOS?

R.: O servidor em estágio probatório poderá requerer remoção, a pedido, com base no parágrafo único, incisos II e III-a, b, do art. 36, da Lei nº. 8.112, de 1990.

SERVIDORA ALFA: não poderá ser removida pelo parágrafo único, inciso III-a, porque seu marido é funcionário de empresa particular, porém poderá ser removida, a pedido, a critério da administração (parágrafo único, inciso II, da Lei nº. 8.112, de 1990).

SERVIDORA DELTA: não poderá ser removida pelo instituto da transferência (art. 22, da Lei nº. 8.112, de 1990), por ter sido revogado pela Lei nº. 9.527, de 10 de dezembro de 1997, em razão da declaração de inconstitucionalidade. A OM deverá orientar a servidora a requerer a remoção, a pedido, para o DEPENS, com base no parágrafo único, inciso III-a, da Lei nº. 8.112, de 1990.

9.17 UM SERVIDOR FALTOU, SEM MOTIVO JUSTIFICADO, NUMA SEXTA-FEIRA E NA SEGUNDA-FEIRA SUBSEQÜENTE. COMO PROCEDERÁ A ADMINISTRAÇÃO QUANTO AO DESCONTO PELOS DIAS DE FALTAS?

R.: Descontará em seus vencimentos os dias não trabalhados, ou seja, sexta, sábado, domingo e segunda, de acordo com o que prevê a formulação nº 116, da Nota Jurídica/CONJUR/MARE nº 083/96 e Ofício nº 226/99-COGLE/DENOR/SRH/SEAP. Se faltar na sexta e trabalhar normalmente na segunda subsequente, o desconto somente será o de sexta, dia que faltou.

9.18 QUAIS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA QUE UM SERVIDOR POSSA PARTICIPAR DE CURSO DE LONGA DURAÇÃO, TENDO POR BASE O ART. 102, INCISO IV DA LEI Nº 8.112, de 1990?

R.: Os requisitos são:

- a) o curso deve ser correlato com as atribuições do cargo que o servidor ocupa;
- b) o aperfeiçoamento seja de interesse do Comando da Aeronáutica; e
- c) o curso conste do Programa de Treinamento Regularmente Instituído e a temática esteja contida no Plano Anual de Capacitação do Comando.

9.19 O ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PERCEBIDO PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE NUCLEAR É MANTIDO A TÍTULO DE VANTAGEM PESSOAL, NOMINALMENTE IDENTIFICADA?

R.: Sim. De acordo com o art. 70, da Lei nº 8.112, de 1990 e art. 12, § 4º, da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 - D.O.U. de 19 de dezembro de 1991.

9.20 CABERÁ O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A UMA SERVIDORA GESTANTE?

R.: Não. O art. 69, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990, estabelece que a servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, devendo exercer suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

9.21 OS SERVIDORES DO COMANDO DA AERONÁUTICA, QUE EXERCERAM ATIVIDADES INSALUBRES, PENOSAS OU PERIGOSAS, APÓS A LEI Nº 8.112, DE 1990, TERÃO DIREITO AO ACRÉSCIMO DE TEMPO DE SERVIÇO?

R.: Não. Tendo em vista que ainda não foi regulamentado o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, de 1988, conforme estabeleceu o artigo 3º da Orientação Normativa nº 03, de 18 de maio de 2007, do MP.

9.22 COMO DEVERÁ SER O CONTROLE DA ATIVIDADE DE SERVIDORES EM OPERAÇÕES OU LOCAIS CONSIDERADOS PENOSOS, INSALUBRES OU PERIGOSOS?

R.: O controle deverá ser permanente, de acordo com o art. 69, da Lei nº 8.112, de 1990.

9.23 COMO A ORGANIZAÇÃO MILITAR DEVERÁ PROCEDER QUANTO À CONCESSÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE OU DE PERICULOSIDADE?

R.: Encaminhará Ofício à DIRAP, solicitando a concessão dos citados adicionais, acompanhado da portaria de localização dos servidores, bem como o laudo de avaliação ambiental, de acordo com a Orientação Normativa nº 04, de 13 de julho de 2005, e Ofício-Circular nº 25/COGSS/DERT/SRH/MP, de 14 de dezembro de 2005, ambos do MP.

9.24 PODERÁ O SERVIDOR ACUMULAR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE COM PERICULOSIDADE?

R.: Não. Tais adicionais são inacumuláveis (art. 68, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990).

9.25 O LAUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL DEVERÁ SER REVALIDADO ANUALMENTE?

R.: Não. O laudo de avaliação ambiental não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração da organização do trabalho e dos riscos presentes, de acordo com o artigo 12 da Orientação Normativa nº 04, de 2005, do MP.

9.26 QUANDO PODE SER SUSPENSO O PAGAMENTO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE AO SERVIDOR?

R.: Conforme determina o art. 8º. da Orientação Normativa nº. 4, de 13 julho de 2005, do MP, o pagamento dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade é suspenso quando:

- cessado o risco;
- o servidor é removido do ambiente que originou a concessão do adicional;
- ou estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao pagamento do adicional.

9.27 COMO É REALIZADO O CONTROLE DE SERVIDORES QUE OPERAM COM RAIOS X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS?

R.: Controle permanente, através de exames médicos a cada 06 (seis) meses (art. 72, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990).

9.28 COMO SERÁ O GOZO DE FÉRIAS PARA O SERVIDOR QUE OPERA DIRETA E PERMANENTEMENTE COM RAIOS X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS?

R.: Gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação de acordo com o art. 79 da Lei nº 8.112, de 1990.

9.29 A GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIOS X OU DE SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS É ABSORVIDA PELA REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR AO SE APOSENTAR?

R.: Não, de acordo com o art. 2º, § 3º da Lei nº 7.923/89.

9.30 OS SERVIDORES CIVIS LOTADOS EM LOCALIDADES ESPECIAIS TÊM DIREITO À GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL?

R.: terão direito se entraram em exercício nas localidades abrangidas pelo Decreto nº 493, de 10 de abril de 1992, anterior a Medida Provisória nº 1.573-7, de 2 de maio de 1997, e

continuarão percebendo-a em caráter transitório, como vantagem pessoal nominalmente identificada. O § 2º do artigo 2º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, estabeleceu que a citada vantagem pessoal não se incorpora aos proventos de aposentadoria e pensões, extinguindo-se na hipótese em que o servidor passar a ter exercício, em caráter permanente, em outra localidade não discriminada expressamente nas normas a época de sua concessão.

9.31 QUANDO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PREVISTA NO DECRETO Nº. 84.669, DE 1980, REALIZADA PELAS OM, ATÉ 1º DE JULHO DO CORRENTE ANO, E CASO UMA OU MAIS OM TENHAM DOIS SERVIDORES DA MESMA CATEGORIA FUNCIONAL COM O MESMO NÚMERO DE PONTOS, NOS ITENS DA FICHA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL, QUAL SERÁ O CRITÉRIO A SER SEGUIDO NO DESEMPATE PARA EFEITO DE CONCEITO UM E CONCEITO DOIS?

R.: No caso de servidores da mesma categoria funcional com o mesmo número total de pontos, proceder-se-á o desempate pela soma dos pontos obtidos nos itens de 1 a 4 da Ficha de Avaliação de Desempenho, conforme o § 1º do art. 13 do Decreto 84.669, de 1980. Persistindo o empate, a forma será a estabelecida pelo § 2º do mesmo art 13, observando se os servidores estão posicionados no mesmo padrão (inciso I); na mesma classe (inciso II); de maior tempo na categoria funcional (inciso III); de maior tempo de serviço público federal (inciso IV); de maior tempo de serviço público (inciso V); e o mais idoso (inciso VI). No caso de servidores com o mesmo tempo de serviço e nenhum deles tenha averbado tempo de serviço público (inciso V), proceder-se-á o desempate, conforme o item VI (o mais idoso).

9.32 QUEM DEVERÁ AVALIAR O SERVIDOR?

R.: O chefe imediato. (art. 12, § 1º, Dec. nº 84.669, de 1980).

9.33 CASO UM SERVIDOR, À ÉPOCA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL, ESTEJA EM OUTRO ÓRGÃO, EM RAZÃO DE TER SIDO REQUISITADO, PRESTANDO SERVIÇO OU EXERCÍCIO PROVISÓRIO, SERÁ ELE AVALIADO E TERÁ PROGRESSÃO FUNCIONAL, CONCORRENDO COM OS OUTROS SERVIDORES DA OM?

R.: Sim. O avaliador será o chefe imediato do Órgão ao qual esteja prestando serviço e informará a OM de origem.

9.34 QUAL A DATA DO EXERCÍCIO DE DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA OU FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA DE UM SERVIDOR?

R.: É a data da publicação do ato em D.O.U (art. 15, § 4º, Lei nº 8.112, de 1990).

9.35 UM APOSENTADO PELO COMANDO DA AERONÁUTICA PODE REQUERER CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, PARA FINS DE APOSENTADORIA JUNTO AO INSS, CASO TENHA SOBRA DE TEMPO E NÃO FOI UTILIZADO NO COMAER?

R.: Sim. No entanto, mesmo que haja sobra de tempo, este aposentado só poderá utilizá-lo na aposentadoria do INSS, se ocupar cargos previstos no inciso XVI, a, b, c, da Constituição Federal, de 1988.

9.36 O INATIVO PODERÁ PEDIR REVISÃO DE APOSENTADORIA A QUALQUER TEMPO?

R.: Sim. No entanto, deverá especificar o tipo de revisão, como exemplo, pedir revisão do adicional por tempo de serviço ou revisão de enquadramento (art. 104, da Lei nº 8.112, de 1990).

9.37 COMO DEVERÁ PROCEDER A ORGANIZAÇÃO MILITAR, NO CASO DE UM INATIVO SOLICITAR OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 1.050, de 1950, POR ESTAR ACOMETIDO POR DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI?

R.: A Organização Militar deverá encaminhá-lo à Junta Regular de Saúde para ser submetido a exames. O Laudo Médico deverá ser encaminhado a DIRAP para análise e providências necessárias (art. 190, da Lei nº 8.112, de 1990), para aqueles que foram acometidos de doença até 19 de fevereiro de 2004. Após esta data, não terão o benefício da integralidade. Somente a isenção do imposto de renda.

9.38 QUAIS OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI Nº 1.050/50?

R.: O inativo tem direito a uma progressão por ano, como se na ativa estivesse, até chegar ao último padrão da classe em que se encontra. É importante frisar que ele não vai até a última classe, e sim, até o último padrão da classe em que se encontra. Além disso, fica isento do Imposto de Renda e da obrigatoriedade de quitação de prestações de imóvel adquirido no sistema financeiro habitacional (Decreto nº 84.669, de 1980). Cabe lembrar que só terão progressão àqueles que o diagnóstico da doença for até 19 de fevereiro de 2004.

9.39 É NECESSÁRIO AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO ANTES DE SOLICITAR A APOSENTADORIA?

R.: Sim. O tempo de serviço/contribuição somente será computado no ato de aposentadoria, caso tenha sido averbado anteriormente. As certidões deverão ser conferidas previamente pelos Chefes das SPC (Comunicado DPC 005/97, item nº 6).

9.40 PODE O INATIVO SOLICITAR REVISÃO DE APOSENTADORIA, COM BASE EM AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO REQUERIDA, APÓS SUA APOSENTADORIA?

R: Sim. Desde que, primeiramente, solicite a averbação do tempo. Este não pode ter sido computado para outra aposentadoria e o tenha obtido antes da data de ingresso no serviço público, devendo encaminhar requerimento a DIRAP, com a devida Certidão do Tempo de Serviço original, para análise e publicação no BCA. Com a concessão da averbação, o inativo terá a revisão de sua aposentadoria.

9.41 A LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE CONTA PARA TODOS OS EFEITOS?

R.: Sim. Somente os períodos de tempo, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses (intercalados ou seguidos) que o servidor estatutário tenha obtido para licença da própria saúde ao longo do serviço público, são computados para todos os efeitos, conforme artigo 102, inciso VIII, alínea "b" da Lei nº 8.112, de 1990.

9.42 QUAL O PRAZO EM QUE SERÁ CONCEDIDA AO SERVIDOR LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA COM REMUNERAÇÃO?

R: A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até noventa dias, de acordo com o artigo 83, §2º da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

9.43 PARA QUE EFEITOS CONTARÁ O TEMPO DE SERVIÇO DO SERVIDOR EXCELETISTA, DO PERÍODO QUE ANTECEDIA A VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.112, DE 1990?

R.: Para todos os efeitos, ou seja, aposentadoria, cômputo de Licença-Prêmio por Assiduidade e Adicional por tempo de serviço (Resolução nº 35, de 02 de setembro de 1999 do Senado Federal, publicada no DOU 03/09/99 que suspendeu a eficácia do artigo 7º, incisos I e III da Lei nº 8.162, de 08/01/1991). Ocorrendo solução de continuidade (interrupção) do tempo de serviço federal averbado com a data de admissão no Órgão Federal de Origem, o referido tempo será contado de acordo com as instruções contidas no Parecer GM-13/AGU, de 11 dez.2000, somente para aposentadoria.

9.44 O SERVIDOR X GOZOU FÉRIAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1996, NO PERÍODO DE 1º DE ABRIL DE 1996 A 20 DE ABRIL DE 1996. EM 01/07/96, ENTROU DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, INTERROMPENDO-A, EM 22 de março de 1998. A PARTIR DE QUANDO TEM DIREITO ÀS FÉRIAS E REFERENTE A QUE EXERCÍCIO?

R.: Terá direito às férias em qualquer mês de 1998, no interesse da Administração. As férias serão referentes ao exercício de 1998 (Lei nº 8.112, de 1990, artigo 4º da Portaria Normativa SRH Nº 2, de 14 de outubro de 1998).

9.45 DETERMINADA ORGANIZAÇÃO MILITAR, APÓS ANÁLISE DOS DADOS FUNCIONAIS DE UM SERVIDOR, VERIFICOU EXISTIR ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS OCUPADOS. QUAL O PROCEDIMENTO QUE ESSA ORGANIZAÇÃO MILITAR DEVERÁ TOMAR?

R.: Notificar ao servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10(dez) dias, contados da data da ciência (art. 133, Lei nº 8.112, de 1990).

9.46 SE O SERVIDOR DA QUESTÃO ANTERIOR NÃO APRESENTAR OPÇÃO POR UM DOS CARGOS, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, QUAL SERÁ A PROVIDÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO MILITAR?

R.: Instaurar, imediatamente, Processo Administrativo Disciplinar, adotando procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata (art. 133, Lei nº 8.112, de 1990).

9.47 UM MILITAR PODERÁ PARTICIPAR COMO PRESIDENTE OU MEMBRO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR?

R.: Não. A norma legal que estabelece os critérios de apuração de irregularidades cometidas por servidor público civil é a Lei nº 8.112, de 1990, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais). O COMGEP, através de COMUNICA-SIAPE/4EM nº 008/99, de 09 de julho de 1998, determinou que o militar não poderá participar da comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

9.48 EM QUE CONDIÇÕES É LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL?

R: De acordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e
- c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Só poderá ocorrer acumulação de cargos nas exceções previstas pela Constituição Federal de 1988, desde que haja compatibilidade de horários, sendo que a carga horária semanal total dos cargos não poderá ultrapassar 60 horas, conforme determina o Ofício nº

14/2007/COGES/SRH/MP, de 06 de fevereiro de 2007, do MP e jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

9.49 PODERÁ SER CONCEDIDA PENSÃO VITALÍCIA, NA FORMA DO ART. 217, INCISO I, LETRA "C", DA LEI Nº 8.112, DE 1990, À COMPANHEIRA DE SERVIDOR EX-CELETISTA QUE NÃO A DESIGNOU EM SEUS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS, FAZENDO-O APENAS EM SUA CARTEIRA DE TRABALHO?

R.: Sim. Desde que reconhecida a união estável, a declaração em Carteira de Trabalho substitui a designação feita nos assentamentos funcionais, visto ser este documento a prova da firmação do contrato de trabalho do servidor em regime celetista (Decisão nº 31/97 - TCU, 1ª Câmara - D.O.U. de 03 MAR 1997, fls. 3.957/58).

9.50 A UNIÃO ESTÁVEL, PARA FINS DE PENSÃO, À COMPANHEIRA DE SERVIDOR, QUE TENHA POSSE DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL APENAS COM A DECLARAÇÃO E AUDIÇÃO DE TESTEMUNHAS, PODERÁ SER RECONHECIDA?

R.: Não. A justificação judicial, para surtir o efeito jurídico diante da concessão do benefício da pensão, precisa, além da prova testemunhal, a documental (ON 110 - D.O.U. de 27 MAIO 1991, seção I, pág. 9965; art. 861/866 do CPC, súmula 32, do Superior Tribunal de Justiça; várias decisões do TCU, como a TC 005.391/93-8 D.O.U. de 13/05/1997, pág. 9891).

9.51 FAZ JUS À CONCESSÃO DE PENSÃO A FILHA MAIOR SOLTEIRA QUE, CHAMADA A SE HABILITAR POR OCASIÃO DA ABERTURA DO PROCESSO DE PENSÃO, RENUNCIOU AO BENEFÍCIO? POR QUÊ?

R.: Não. A renúncia expressa sem vícios é irretratável, não podendo o beneficiário, posteriormente, à consumação e registro do processo, requerê-la (várias decisões do TCU, como a Decisão 101/97 TCU 2ª Câmara - D.O.U. de 22/05/1997, fls. 10693/9).

9.52 A EX-ESPOSA DE UM INATIVO, SEPARADA CONSENSUALMENTE, NÃO PENSIONADA, ÚNICA BENEFICIÁRIA, RESOLVE, APÓS O ÓBITO DO EXMARIDO, REQUERER PENSÃO VITALÍCIA. ESTE PEDIDO SERÁ DEFERIDO?

R.: Sim. Desde que seja comprovada a falta de recursos para sobrevivência e idade avançada, poderá ser deferida, na forma do art. 217, inciso I, letra "a", da Lei nº 8.112, de 1990 (Sessão da 2ª Câmara 03.08; Ata 27/95 D.O.U. de 22 AGO 1995; e Súmula 35 do TCU).

9.53 COMO DEVERÁ PROCEDER A ORGANIZAÇÃO MILITAR NA MONTAGEM DE CONCESSÃO DE PENSÃO CIVIL? QUAIS OS DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS AO MESMO?

R.: Conforme ICA 47-3 (Habilitação à Pensão) de 18 de junho de 2003, a Organização Militar (SPC), de posse de todos os documentos abaixo relacionados, encaminhará o processo à DIRAP, através de despacho. Este deverá vir com capa, páginas numeradas e colocação de colchetes (não grampear). Os documentos deverão ser colocados na ordem seguinte:

- 1º) requerimento;
- 2º) certidão de óbito;
- 3º) xerox: identidade/CPF (do instituidor);
- 4º) certidão de casamento / ou certidão de nascimento;
- 5º) xerox: identidade / CPF (beneficiário);
- 6º) declarações: Lei nº 8.112, de 1990 – anexo 14 da ICA 47-3 e Lei nº 3.373/58 – anexos 14, 15 e 16 da ICA 47-3;
- 7º) FIB – anexos: 22 e 22-a da ICA 47-3;
- 8º) certidões: nascimento/casamento/ ou óbito dos filhos do instituidor;
- 9º) contracheque ou ficha financeira; e

10º) dados bancários da requerente/ ou beneficiário(s)

OBS: caso o instituidor (a) for viúvo(a) anexar a certidão de óbito do cônjuge

9.54 A COMPANHEIRA DO INATIVO OU SERVIDOR FALECIDO EM ATIVIDADE TEM DIREITO À PENSÃO?

R.: Sim. Desde que sejam comprovadas a união estável e dependência econômica por justificação judicial ou se a companheira foi designada pelo servidor inativo (Lei nº 8.112, de 1990, art. 217, inciso I, alínea "c").

9.55 A PENSÃO PODERÁ SE REQUERIDA A QUALQUER TEMPO?

R.: Sim. Devendo ser observado o tipo de pensão, bem como a prescrição quinquenal, para efeitos financeiros (art 219, da Lei nº 8.112, de 1990).

9.56 TODOS OS FILHOS TÊM DIREITO À PENSÃO CIVIL?

R.: Não.

Somente os previstos pela Lei nº 3.373/58:

- a) a filha maior solteira, desde que não exerça cargo público de caráter permanente;
- b) filho até completar 21 anos; e
- c) os filhos, após 21 anos, se considerados inválidos por junta médica oficial. Pela Lei nº 8.112, de 1990, os filhos terão direito até completar 21 anos. Após, somente por invalidez comprovada por junta médica oficial (Lei nº 3.373/58, art. 5º, inciso II, letra "a", e Lei nº 8.112, de 1990, arts 215 e 217, inciso II, letra "a").

OBS: a comprovação da invalidez deverá ser feita em data anterior ao óbito do instituidor.

9.57 O MENOR SOB GUARDA (ART 217, INCISO II, ALÍNEA "D" DA LEI Nº 8.112, DE 1990 TEM QUE COMPROVAR DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EM RELAÇÃO AO INSTITUIDOR?

R: Sim. Conforme previsto no Acórdão nº 2.292/2006 do TCU

9.58 A PENSÃO DA LEI Nº 3.738, DE 1960, É REVERTIDA PARA OS FILHOS, EM CASO DO FALECIMENTO DA VIÚVA?

R.: Não. A pensão da Lei nº 3.738/60 é devida exclusivamente à viúva. Em caso de falecimento da mesma, a pensão será extinta. A Lei nº 3.738/60 é específica para doença da viúva (militar ou civil).

9.59 SERVIDOR APOSENTADO COM MAIS DE 70 (SETENTA) ANOS DE IDADE PODERÁ SER NOMEADO PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO?

R.: Sim. A aposentadoria compulsória não interfere na capacidade para desempenho de função comissionada (Parecer 318/91 da extinta SAF, D.O.U. de 13 NOV 1991).

9.60 UM SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO QUE SOLICITA VACÂNCIA DO CARGO QUE OCUPA, COM BASE NO ART. 33, INCISO VII, DA LEI Nº 8.112, DE 1990, OU QUE SOLICITA AFASTAMENTO, PARA PARTICIPAR DE CURSO DE FORMAÇÃO DECORRENTE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PARA ESCOLA DE FORMAÇÃO MILITAR E OPTA POR RECEBER 50% DA REMUNERAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO MILITAR, COM BASE NO ART. 14, DA LEI Nº 9.624, DE 02 DE ABRIL DE 1998, TERÁ DIREITO AO QUE PLEITEIA?

R.: Não. A Lei nº 6.880/80 estabelece em seu artigo 3º, que os alunos de órgãos de formação de militares são considerados, de fato, como militares da ativa, não podendo, portanto, o

servidor, que vai cumprir programa de formação militar, continuar com o cargo público efetivo ora ocupado, o que caracterizaria acúmulo indevido de cargos.

9.61 AS CERTIDÕES DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO EMITIDAS PELO INSS DEVERÃO TER AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS DISCRIMINADAS NO DOCUMENTO? CASO POSITIVO, QUAL O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO?

R.: Sim. Caso a certidão não contenha as funções desempenhadas, proceder a SPC diligência à Agência do INSS que expediu o documento para providenciar a inclusão da(s) mesma(s).

9.62 CASO O SERVIDOR QUEIRA AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO E POSSUA TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO PRESTADO A ÓRGÃO ESTADUAL, MUNICIPAL OU FEDERAL, SOB O REGIME DA CLT, O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO É O INSS OU O PRÓPRIO ÓRGÃO PÚBLICO?

R.: O Órgão Público é o responsável pela emissão da certidão (Orientação Normativa nº 64/SAF/91, publicada no DOU de 18/01/1991).

9.63 TENDO EM VISTA REQUISITOS ESPECIAIS CONCEDIDOS NA APOSENTADORIA AOS SERVIDORES PERTENCENTES AO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA AERONÁUTICA, AO REQUERER AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO É NECESSÁRIO CONTER ESPECIFICADO NA CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO A FUNÇÃO EXERCIDA?

R.: Sim. Existem, em alguns fundamentos legais da aposentadoria, benefícios que só permitem a sua concessão, desde que o servidor possua, exclusivamente, tempo de efetivo exercício em funções de magistério. Caso a certidão não mencione a função ou o cargo ocupado deverá a SPC promover diligência junto ao órgão expedidor do documento para que providencie a sua inclusão.

9.64 O EX-SERVIDOR AO SOLICITAR CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO PRESTADO A ESTE ÓRGÃO DEVERÁ MENCIONAR, NO SEU REQUERIMENTO, A FINALIDADE DO PEDIDO?

R.: Sim. Deverá citar os esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido e o Órgão que apresentará a certidão, em face do que é assegurada no inciso XXXIV, alínea b, do art. 5º. da CF, de 1988 e na Lei nº. 9.051, de 18 de maio de 1995.

9.65 QUAL O PRAZO MÁXIMO PARA A ATUALIZAÇÃO NO SIAPE/SIAPECAD, EM CASO DE FALECIMENTO DO SERVIDOR EM ATIVIDADE?

R: Prazo máximo é de 3 (três) meses. Após esse prazo, haverá cruzamento dos dados no Sistema Nacional de Óbitos com os do cadastro do servidor falecido, gerando, automaticamente, no SIAPE, o código 02/227 (falecimento SIAPEXSCO), que impede qualquer acerto sistêmico e/ou cadastramento de possíveis beneficiários à pensão, quando o correto, por exigência da SRH/MP, é que a OM lance o óbito com o código 02/101, falecimento, art. 33, da Lei nº. 8.112, que possibilita os ajustes sistêmicos necessários.

9.66 DE QUE MANEIRA O SERVIDOR QUE SE HABILITA À INSTITUIDOR DE PENSÃO PODERÁ SER TRANSFERIDO DE OM PAGADORA, VISTO QUE ALGUNS BENEFICIÁRIOS SÃO HABILITADOS EM DOMÍLIOS DIFERENTES DO INSTITUIDOR?

R: No caso do servidor falecido em atividade, a OM deverá solicitar a remoção do servidor para a Unidade requerida, antes da vacância. O servidor aposentado, antes de ter encerrada sua aposentadoria, deverá efetuar a mudança de vinculação, utilizando a transação

CALITRANSF, na origem e CAACTRANSF, no destino, encerrando em seguida a aposentadoria por falecimento, com a transação CAENEXCAPO.

9.67 POR QUE É EXIGIDO DA OM A REGULARIZAÇÃO DO CPF, QUANDO O SIAPECAD O DETECTA DESATIVADO?

R: Porque é impedimento a integração do cadastro à Folha de Pagamento de Pessoal Civil do COMAER (FOPAG).

9.68 COMO ENCONTRAR O FUNDAMENTO LEGAL CORRESPONDENTE À SITUAÇÃO DE INATIVIDADE DO SERVIDOR?

R: Primeiramente verificar a lei, as emendas e os artigos constantes da Portaria de Inatividade e, após, verificar, financeiramente, se houve compatibilização do valor do provento com o valor constante do título.

9.69 COMO AS OM DEVEM PROCEDER PARA A ANULAÇÃO DA EXCLUSÃO DE BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO QUANDO, POR MOTIVOS DIVERSOS, GANHAM O DIREITO A PERCEBER BENEFÍCIO?

R: Solicitar à DIRAP liberação da anulação, que é repassada via e-mail ao MPOG. Uma vez liberada a anulação, executar a transação CDEXPSDABE para a exclusão propriamente dita.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Este Folheto revoga o FCA 30-3, aprovado pela Portaria DIRAP Nº 1658/DIR, de 14 de maio de 2004.

10.2 Quaisquer outras dúvidas serão dirimidas pelas Divisões, Assessorias e Secretarias da Diretoria de Administração do Pessoal.

DISTRIBUIÇÃO G

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação - Referências- Elaboração= NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Confecção, Controle e Numeração de Publicações = ICA 5-1. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Avaliação de Desempenho de Graduados = ICA 39-17. Brasília, 2003.

_____. Movimentação de Pessoal = ICA 30-4. Brasília, 2003.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Administração do Pessoal. Identificação do Pessoal = ICA 13-1. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Controle de Efetivo e Processamento de Pessoal Militar = ICA 35-1. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor no âmbito do Comando da Aeronáutica = ICA 30-6. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção I, p. 00001.

BRASIL. Decreto nº 30776, de 23 de abril de 1952. Aprova o Regulamento da Reserva da Aeronáutica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 29 abr. 1952. Seção I, p.7133.

BRASIL. Decreto nº 57654, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei 4375, de 17 de agosto de 1964). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 31 jan. 1966. Seção I, p. 00001.

BRASIL. Decreto nº 71500, de 05 de dezembro de 1972. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 11 dez. 1972. Seção I, p. 11065.

BRASIL. Decreto nº 76322, de 22 de setembro de 1975. Aprova o Regulamento Disciplinar

da Aeronáutica (RDAER) Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 set. 1975. Seção I, p. 12609.

BRASIL. Decreto nº 79917, de 08 de julho de 1977. Regulamenta o artigo 22 da Lei 3765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares, na redação dada pelo Decreto-Lei 197, de 24 de fevereiro de 1967. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 11 jul. 1977. Seção I, p. 8705.

BRASIL. Decreto nº 84669, de 29 de Abril de 1980. Regulamenta o Instituto da Progressão Funcional a que se refere à Lei 5645, de 10 de dezembro de 1970, e o Decreto-Lei 1445, de 13 de fevereiro de 1976, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 30 abr. 1980. Seção I, p. 7627.

BRASIL. Decreto nº 86325, de 01 de setembro de 1981. Regulamenta a Lei 6924, de 29 de julho de 1981, que cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção I, p. 16513.

BRASIL. Decreto nº 97458, de 15 de janeiro de 1989. Regulamenta a concessão dos adicionais de periculosidade e de insalubridade. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 16 jan. 1989. Seção I, p. 851.

BRASIL. Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993. Aprova o Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 24 jun. 1993. Seção I, p. 10397.

BRASIL. Decreto nº 1319, de 29 de novembro de 1994. Regulamenta, para a Aeronáutica, a Lei 5821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 30 nov. 1994. Seção I, p. 18151.

BRASIL. Decreto nº 2166, de 27 de fevereiro de 1997. Dá nova redação aos artigos 32, 44/45 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - REPROGRAER, aprovado pelo Decreto 881, de 23 de julho de 1993. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 28 fev. 1997. Seção I, p. 3729.

BRASIL. Decreto nº 3690, de 19 de dezembro de 2000. Aprova o Regulamento do Corpo do

Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção I, p. 56.

BRASIL. Decreto nº 4307, de 18 de julho de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001, a qual dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. (Publicada no DOU de 01/09/2001). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 18 jul. 2002. Seção II, p. 000002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 03 jan. 1940. Seção II.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 21 dez. 1969. Seção I, p. 00049.

BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Parecer nº 005/FA-52. Contagem do tempo de serviço em atividade vinculada à Previdência Social, prestado pelo militar. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 03 dez. 1993. Seção I, p. 018535.

BRASIL. Lei nº 1050, de 03 de janeiro de 1950. Reajusta os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares atacados por moléstia grave, contagiosa ou incurável, específica em lei. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 13 jan. 1950. Seção I, p. 649.

BRASIL. Lei nº 1533, de 31 de dezembro de 1951. Altera disposições do Código de Processo Civil, relativas ao mandado de segurança. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 31 dez. 1951. Seção I, p. 18969.

BRASIL. Lei nº 3373, de 12 de março de 1958. Dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e a sua Família, a que se refere aos artigos 161 e 256 da Lei 1711, de 12 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 17 mar. 1958. Seção I, p. 5409.

BRASIL. Lei nº 3738, de 04 de abril de 1960. Assegura pensão especial à viúva de militar ou funcionário civil atacada de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio

de Janeiro, 04 abr. 1960. Seção I, p. 6089.

BRASIL. Lei nº 4348, de 26 de junho de 1964. Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 03 jul. 1964. Seção I, p. 5857.

BRASIL. Lei nº 4375, de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 03 set. 1964. Seção I, p. 7881.

BRASIL. Lei nº 5021, de 09 de junho de 1966. Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 13 jun. 1966. Seção I, p. 6273.

BRASIL. Lei nº 5315, de 12 de setembro de 1967. Regulamenta o artigo 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 15 set. 1967. Seção I, p. 9471.

BRASIL. Lei nº 6880, de 09 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 11 dez. 1980. Seção I, p. 24777.

BRASIL. Lei nº 6924, de 29 de junho de 1981. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 31 jun. 1981. Seção I, p. 12144.

BRASIL. Lei nº 7580, de 23 de dezembro de 1986. Dá nova redação ao artigo 110 da Lei 6880, de 09 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 30 dez. 1986. Seção I, p. 19934.

BRASIL. Lei nº 7698, de 20 de dezembro de 1988. Altera dispositivos da Lei 6880, de 09 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 21 dez. 1988. Seção I, p. 24883.

BRASIL. Lei nº 7923, de 12 de dezembro de 1989. Dispõe sobre os vencimentos, salários, soldos e demais retribuições dos servidores civis e militares do Poder Executivo, na administração direta, nas autarquias, nas fundações públicas e nos extintos Territórios e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 13 dez.

1989. Seção I, p. 22962.

BRASIL. Lei nº 8059, de 04 de julho de 1990. Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial e a seus dependentes. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 05 jul. 1990. Seção I, p. 12939.

BRASIL. Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 12 dez. 1990. Seção I, p. 23935.

BRASIL. Lei nº 8245, de 18 de outubro de 1991. Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 21 out. 1991. Seção I, p. 22961.

BRASIL. Lei nº 8270, de 17 de dezembro de 1991. Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 19 dez. 1991. Seção I, p. 29541.

BRASIL. Lei nº 8347, de 27 de dezembro de 1991. Autoriza o Poder Executivo a abrir aos orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.434.401.000,00, para fins que especifica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 30 dez. 1991. Seção I, p. 30039.

BRASIL. Lei nº 9051, de 18 de maio de 1995. Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 19 maio 1995. Seção I, p. 7126.

BRASIL. Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 set. 1995. Seção I, p. 15033.

BRASIL. Lei nº 9527, de 11 de dezembro de 1997. Altera dispositivos das Leis 8112, de 11 de dezembro de 1990, 8460, de 17 de setembro de 1992, e 2180, de 5 de fevereiro de 1954 e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 11 dez. 1997. Seção I, p. 29421.

BRASIL. Lei nº 9624, de 02 de abril de 1998. Altera dispositivos da Lei 8911, de 11 de julho de 1994 e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 08 abr. 1998. Seção I, p. 00001.

BRASIL. Lei Complementar nº 73, de 11 de dezembro de 1997. Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 11 fev. 1998. Seção I, p. 1797.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria nº 036/GM6, de 12 de janeiro de 1990. Aprova instruções para a concessão de pensão especial a ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 16 jan. 1990.

_____. Portaria nº 41/EMAER, de 03 de dezembro de 1998. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 10 dez. 1998.

_____. Portaria nº 289/GM1, de 17 de abril de 1996. Aprova as instruções específicas para designação de militar da reserva remunerada a Aeronáutica para o serviço ativo. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 18 abr. 1996.

_____. Portaria nº 196/GM6, de 23 de março de 1998. Regulamenta a prestação de tarefa por tempo certo, aplicável a militares da reserva remunerada e, excepcionalmente, aos reformados do Ministério da Aeronáutica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 24 mar. 1998.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Planejamento do Fluxo de Carreira dos Graduados da Ativa da Aeronáutica = DMA 39-1. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Aeronáutica. Aviso nº 006/COJAER/018, de 28 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o encaminhamento à Advocacia-Geral da União de ordens judiciais que tenham como objeto o pagamento imediato de vencimentos e vantagens a servidores públicos federais vinculados ao Ministério da Aeronáutica, com base nas Leis 4348/64, 5021/66, 8347/92 e 9494/97. Boletim Externo do Estado-Maior da Aeronáutica, Brasília, DF, 08 jan. 1999.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Administração do Pessoal. Comunicado nº 005/DPC/97 - Certidão de Tempo de Serviço. Rio de Janeiro, 1997.

_____. Comunicado nº 23/DPC/93 = Histórico Funcional. Rio de Janeiro, 1993.

_____. Instrução para Cadastramento e Controle da Reserva da Aeronáutica = IMA 33-3. Rio de Janeiro, 1986.

Brasil. Ministério de Estado da SEPLAN. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Instrução Normativa nº 02, de 12 de julho de 1989. Mensário de Legislação da Aeronáutica = BMA 113-7, Rio de Janeiro, 1989. P. 183-185.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Instrução Normativa SEAP nº 5, de 28 de abril de 1999. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 29 abr. 1999.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão nº 101/97, 2º Câmara do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 22 maio 1997. Seção I, p. 010693.

_____. Decisão nº 31/97, 1º Câmara do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 03 mar. 1997. Seção I, p. 03957.

Anexo A - Glossário

Com o objetivo de uniformizar a linguagem dos assuntos relacionados com as atividades de responsabilidade da Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica, deverão ser consideradas as seguintes definições para os conceitos e expressões a seguir:

Ação Penal (justiça) - Meio de que se utiliza o poder público, em nome da sociedade, para apurar a responsabilidade dos agentes de delitos e aplicar-lhes as sanções punitivas correspondentes às infrações.

Adição (serviço militar) - Situação em que o militar está adido a uma OM, para determinado(s) fim(ns), mesmo não pertencendo ao seu efetivo. No caso de militar da R/R, essa adição dar-se-á ao COMAR da jurisdição de seu local de fixação de residência, excetuando-se os tenentes-brigadeiros, que ficarão vinculados àquele Comando Aéreo (IMA 33-3, aprovada pela Portaria nº 1650/DSM, de 17 SET 1986).

Aeronauta - É o profissional habilitado pelo Comando da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho.

Aeroviário - É aquele que não sendo Aeronauta é titular de licença e respectivo Certificado de Habilitação Técnica válidos e expedidos pelo Departamento de Aviação Civil do Comando da Aeronáutica.

Agregação - É a situação na qual o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço.

Alistamento (serviço militar) - Ato prévio à seleção. Compreende o preenchimento da Ficha de Alistamento Militar (FAM) e do Certificado de Alistamento Militar (CAM).

Anos de Serviço - É o tempo de efetivo serviço com todos os acréscimos computáveis para a passagem do militar à situação de inatividade. Estes acréscimos estão previstos nos artigos 136 e 137 da Lei 6880/80 (Estatuto dos Militares).

Apostila - Lançamento feito no verso das cartas-patentes, para consignar as promoções concedidas aos oficiais, nos postos intermediários e finais de cada círculo hierárquico, bem como de outros atos legais emanados de autoridade competente, com a finalidade de atualizá-las ou retificá-las.

Apresentação - É a formalidade cumprida pelo militar quando se dirige a um superior, em situação específica prevista em regulamento, ordem ou norma. Além da apresentação estabelecida em regulamento, ordem ou norma, deve o militar apresentar-se:

(...)

III - ao ser desligado da Organização; VI - ao chegar à Organização para a qual foi movimentado (art. 181 e 183 - RISAER).

Aptidão física - É a expressão do estado de sanidade física, mental e de condicionamento físico, que habilita o graduado ao exercício das atividades funcionais, inerentes à graduação e à especialidade.

Atestado de Mérito - É o registro do mérito do graduado de exclusiva responsabilidade do comandante, diretor ou chefe de OM.

Atribuições - São tarefas e obrigações imputadas a determinada especialidade, de acordo com o nível e graduação do militar dentro da especialidade (Portaria COMGEP nº 010, de 08 mar.1993).

Autoridade Coatora (justiça) - É a autoridade que pratica ato de coação ou de arbitrariedade. É aquela que ameaça ou venha violar direito certo e incontestável, em contravenção às Leis instituídas, ou fundado em Lei revogada.

Autuar (justiça) - Reduzir a auto, lavrar um auto de infração ou de flagrante delito.

Avaliação de Desempenho (graduados) - É o procedimento estabelecido pelo Comando da Aeronáutica para a obtenção das informações necessárias ao julgamento quanto à permanência no serviço ativo, promoção, designação para funções relevantes, cursos e outras

Continuação do Anexo A - Glossário

situações relativas à carreira militar dos graduados.

Averbação de Tempo de Serviço - É o ato administrativo de reconhecimento do tempo de serviço público ou privado prestados pelo militar anteriormente ao ingresso na Aeronáutica, sendo computado para efeito de passagem para a inatividade remunerada.

Carta Patente - Diploma conferido ao oficial por ocasião da sua promoção ou nomeação aos respectivos postos iniciais de cada círculo hierárquico.

Cassação de Medalha Militar - Perda do direito do uso da Medalha Militar e Passador respectivo.

Certidão de Serviço de Guerra - É o documento que expressa o tempo de efetivo serviço prestado pelo militar durante a Segunda Guerra Mundial, no Teatro de Operações (TO), em operações bélicas ou em missões de patrulhamento junto ao litoral brasileiro e tem a finalidade de garantir ao militar e aos seus pensionistas, os direitos concedidos aos ex-combatentes.

Certidão de Tempo de Serviço (Serviço Militar) - É o documento que expressa o tempo de efetivo serviço prestado pelo militar com a finalidade de comprovação junto a órgãos públicos e empresas privadas.

Classe (Serviço Militar) - Conjunto dos brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de um mesmo ano. É designada pelo ano de nascimento dos que a constituem.

Comportamento Militar (justiça) - É o requisito essencial que resulta da avaliação do comportamento do graduado, à luz do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER).

Cômputo de Tempo de Serviço - É a apuração total do tempo de serviço prestado pelo militar desde a sua inclusão na Aeronáutica até a data limite para contagem ou desligamento por exclusão do serviço ativo, incluindo-se nesta apuração o tempo de serviço militar prestado anteriormente, bem como todos os acréscimos previstos nos artigos 136 e 137, da Lei 6880/80.

Cômputo de Tempo de Serviço para Medalha Militar - Apuração do tempo de serviço computável para efeito de habilitação à Medalha Militar.

Conceito moral (graduado) - É o requisito essencial que resulta da avaliação do caráter do graduado e de sua conduta como militar e cidadão.

Conceito profissional (graduado) - É o requisito essencial que resulta da análise qualitativa e quantitativa dos atributos inerentes ao exercício de suas atribuições.

Condições de acesso (graduado) - É o requisito essencial que compreende interstício, aptidão física e condições peculiares a cada graduação, nos diferentes quadros, para a promoção à graduação superior.

Condições peculiares (graduado) - São exigências específicas para determinada graduação e quadro, estabelecidas para assegurar conhecimentos e experiência desejáveis para o exercício das atividades funcionais da graduação superior.

Conhecimentos (relacionados com o PDE) - É toda instrução, informação e capacitação necessária aos militares para o desempenho das atribuições inerentes à sua especialidade (Portaria COMGEP nº 010, de 08 mar.1993).

Conscritos (serviço militar) - São os brasileiros que compõem a classe chamada para a seleção, tendo em vista a prestação do Serviço Militar inicial (nº 5 do art. 3º do RLSM).

Conselho de Disciplina (CD) - Procedimento administrativo destinado a apurar a incapacidade do aspirante ou da praça estabilizada de permanecer na ativa.

Conselho de Justificação (CJ) - Procedimento administrativo destinado a julgar, através de processo especial, a incapacidade do oficial das Forças Armadas de permanecer na ativa.

Contravenção Penal (justiça) - É uma infração penal de mínima gravidade, punida com sanção branda.

Convocação (serviço militar) - Ato pelo quais os brasileiros são chamados para a prestação do Serviço Militar quer inicial, quer sob outra forma ou fase.

Continuação do Anexo A - Glossário

Curso de Especialização de Soldados (CESD) - É o curso de carreira do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica no qual são ministrados aos S2 engajados conhecimentos básicos e especializados, necessários ao exercício de suas atribuições.

Curso de Formação de Soldados (CFSD) - É o curso de carreira do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica no qual são ministrados aos conscritos incorporados para o Serviço Militar os conhecimentos necessários para o exercício de suas atribuições e ao desempenho das funções inerentes ao soldado-de-segunda-classe (S2).

Data de Praça - Data de ingresso em qualquer organização militar da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica (art. 134 do Estatuto dos Militares/1980).

Decadência (justiça) - Perda, perecimento ou extinção de direito potestativo, em consequência de finalização do termo legal ou convencional e peremptório a que se achava subordinado.

Decisum (justiça) - Significa a solução que é dada a uma questão ou controvérsia, pondo fim a ela, por meio de sentença, despacho ou resolução.

Declínio de Competência (justiça) - Afastar para outro Juízo o conhecimento de uma causa.

Demissão do Serviço Ativo (oficial) - É o ato pelo qual o oficial ingressa na Reserva não Remunerada, no mesmo posto que possuía na ativa, podendo ser "a pedido" ou "ex-officio".

Denúncia (justiça) - Narração escrita e circunstanciada do fato criminoso, que serve de fundamento à ação penal pública.

Desaparecido - É considerado o militar na ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em campanha ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de oito dias, sem indício de deserção.

Desincorporação (serviço militar) - Ato de exclusão da praça do serviço ativo de uma Força Armada.

Desligamento - é o ato pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma organização para seguir destino (art. 167 - RISAER).

Detração (justiça) - Determinação legal, segundo a qual o tempo que o acusado passa em hospital ou prisão (provisória ou preventiva) é computado para efeito da pena.

Duplicação - É empregada para reproduzir uma cópia fiel de um microfilme original.

Engajamento Obrigatório - Tempo a que o militar é obrigado a servir, após término de curso de formação (§ 1º e 2º do art. 24 do RCPGAER).

Enjaquetamento - É a técnica empregada na organização cronológica das folhas de alterações microfilmadas, de um único militar, dentro de uma película de plástico, a jaqueta.

Enquadramento do Crime (justiça) - É o registro da infração penal em que o acusado está incurso.

Erro de halo - É o erro de avaliação que se caracteriza por deixar-se influenciar pela empatia para com o avaliado.

Erro de padrão - É o erro de avaliação que se caracteriza pelo estabelecimento de padrões muito altos ou muito baixos.

Erro de tendência central - É o erro de avaliação que se caracteriza por assinalar, simplesmente, todos os fatores apreciados em torno da média.

Especialidade - É o conjunto de atividades específicas e afins que caracterizam uma categoria profissional. É o ramo de atividade, estabelecida na Instrução Reguladora de Quadro (IRQ), desempenhada por graduado da Aeronáutica e detalhada no Padrão de Desempenho de Especialidade (PDE).

Espelho de Cartão - É o impresso padronizado antes de ser preenchido (em branco).

Exclusão - É o ato pelo qual o militar deixa de pertencer ao efetivo de uma organização. É efetivada através de publicação, em boletim, do ato que lhe deu motivo, sendo mencionado se o militar é desligado ou se passa à condição de adido, aguardando desligamento (art. 166 - RISAER) (art. 3º do Dec. nº 57.654, de 20 JAN 1966 - RLSM).

Continuação do Anexo A - Glossário

Exigüidade do Prazo (justiça) - Significa um prazo de pequenas proporções, diminuto, escasso, ou poucos dias para responder.

Extinção da Punibilidade (justiça) - Desaparecimento ou renúncia do direito de punir.

Extraviado - É considerado o militar que permanecer desaparecido por mais de trinta dias.

Faixa de cogitação - é a relação de graduados possuidores de interstício, estabelecida para cada graduação e quadro, dispostos em ordem hierárquica e em número suficiente para a composição dos Quadros de Acesso.

Fato Gerador (justiça) - Explicação resumida do fato que ensejou a ação penal.

Folha de Alterações - Documento que contém informações do militar ocorridas em um período semestral.

Formulário de Identificação - É o impresso padronizado, preenchido pelas Organizações Militares ou pelas Seções de Identificação de Organização Militar (SIDOM), que dá início ao processo de identificação.

Fotogramas - Imagem do documento que passa a compor o microfilme.

Habilitação - Tempo computado a partir da data de incorporação, matrícula em curso ou estágio, nomeação ou designação para o Serviço Ativo.

Histórico Militar - Conjunto de folhas de alterações que retrata a vida do militar.

Homologação da Sentença (justiça - relativo a Conselho de Justificação ou Conselho de Disciplina) - É a decisão pela qual a Autoridade nomeante aprova ou rejeita a decisão do Conselho.

Identificação - É o primeiro registro nos arquivos da SID dos caracteres identificadores, a fim de se poder estabelecer a respectiva identidade, também conhecida como 1ª via.

Impetrante (justiça) - É aquele que pede uma medida ou providência judicial.

Impronúncia (justiça) - É a sentença pela qual o juiz julga improcedente a denúncia.

Incapaz definitivamente para o serviço militar - é considerado o militar que assim for julgado por Junta ^oSuperior de Saúde da Aeronáutica.

Inclusão - É o ato pelo qual o militar passa a pertencer ao efetivo de uma organização (art. 165 - RISAER).

Incorporação (serviço militar) - É o ato de inclusão do convocado ou voluntário em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas, bem como em certos órgãos de Formação de Reserva (art. 20 da LSM).

Indiciado (justiça) - É o indivíduo sobre quem, no processo de formação de culpa, recaem indícios de criminalidade.

Indulto (justiça) - É a Graça pessoal, ou coletiva, que o Presidente da República concede espontaneamente a um ou mais condenados que cumprem pena.

Inquérito Policial (IP) (justiça) - É o conjunto de atos, investigações, diligências, exames e interrogatórios ou instrução que a autoridade policial realiza, reduz a escrito e autua, com o fim de averiguar ou desvendar o crime comum de que tomou conhecimento.

Inquérito Policial Militar (IPM) (justiça) - É a apuração de fato, que nos termos legais, configure crime militar e de sua autoria.

Instrução Reguladora de Quadro (IRQ) - É o documento que trata da destinação, do recrutamento, da seleção, da formação e da inclusão em cada Quadro que integra o Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (CPGAER).

Interstício (graduados) - É o período mínimo de efetivo serviço na graduação, contado a partir da data da promoção, necessário para o militar adquirir conhecimentos e experiência imprescindíveis ao exercício dos cargos atribuídos à graduação imediatamente superior.

Intimação (justiça) - É o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que se faça ou deixe de fazer alguma coisa (art. 234 CPC).

Jaqueta - É o material empregado para acondicionar os fotogramas, para posterior arquivamento. Normalmente, é uma película de plástico.

Continuação do Anexo A - Glossário

Juiz-Auditor (justiça) - Juiz togado, com jurisdição privativa ou cumulativa junto de um tribunal militar.

Justiça Comum Criminal (justiça) - A que tem por fim prevenir, reprimir e punir todos os atos que atentem contra a ordem e a incolumidade da sociedade e de cada indivíduo em particular.

Lavratura ou Expedição (carta-patente) - Termos utilizados para a confecção da carta patente.

Libelo Acusatório - É o documento no qual constam, com minúcias e calçadas em provas legalmente admitidas, as exposições dos fatos ou as descrições dos atos que ao acusado são imputados, além do enquadramento deste nas condições previstas no art. 2º do Decreto nº 71.500/72, que deverá conter, obrigatoriamente, o rol de testemunhas de acusação.

Licenciamento (serviço militar) - Ato de exclusão da praça do serviço ativo de uma Força Armada, após o término do tempo de Serviço Militar inicial, com a sua inclusão na reserva. Poderá ser efetuado "a pedido" ou "ex-officio" (art. 3º do Dec. nº 57.654, de 20 JAN 1966 - RLSM).

Localidade (serviço militar) - É o município onde determinada organização está sediada. Os conglomerados urbanos formados pela reunião de mais de um município serão considerados como uma localidade.

Localidade Especial - São as localidades classificadas por legislação própria, situadas de uma forma geral em regiões inóspitas, seja pelas condições precárias de vida, seja pela insalubridade.

Mapa da Reserva (serviço militar) - É o demonstrativo numérico dos recursos humanos que compõem o universo da Reserva do Comando da Aeronáutica para encargos de Mobilização.

Matrícula (serviço Militar) - É o ato de admissão do convocado, ou voluntário, em qualquer escola, centro, curso de formação de militar da ativa ou formação de reserva (nº 21 do art. 3º do RLSM).

Medalha Militar de Tempo de Serviço - Criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, destina-se a recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças da Marinha, Exército e da Aeronáutica.

Mobilização Nacional (serviço militar) - Conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, ou por ele orientadas, desde a situação de normalidade, complementando a logística nacional, com o propósito de capacitar o poder nacional a realizar ações estratégicas, no campo da segurança nacional, para fazer face a uma situação de emergência, decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de guerra.

Movimentação - É o termo genérico que abrange toda transferência, classificação, nomeação, designação ou qualquer outro ato que implique no afastamento do militar de uma OM com destino a outra (Item 1.2.1, da Portaria COMGEP nº 75/2EM, de 17 JUL 2003 - ICA 30-4).

Movimentações Especiais - São consideradas aquelas realizadas em qualquer época do ano, fora do Plano de Movimentação, sob condições particularizadas.

Oferecimento de Denúncia (justiça) - Representação do Ministério Público de libelo, contestação, documentos, testemunhas, etc., para proposição da ação penal.

Padrão de Desempenho de Especialidade (PDE) - É o documento que detalha, qualitativamente, por especialidade, os requisitos profissionais mínimos para as graduações, após a conclusão do curso de formação ou especialização e de aperfeiçoamento, estabelecendo as respectivas atribuições.

Pedido de Reconsideração de Ato - É a solicitação feita por militar que se julgar prejudicado ou ofendido com qualquer ato administrativo ou disciplinar de superior hierárquico. Suas peculiaridades estão descritas no art. 51 do Estatuto dos Militares/1980.

Pena (justiça) - Punição ou cominação que o Estado impõe a todo culpado.

Perempção (justiça) - Extinção da ação penal privada, por ter ficado paralisada durante o

Continuação do Anexo A - Glossário

espaço de tempo ou, em virtude de causas estabelecidas em lei.

Praça Anterior - Período compreendido entre as datas de ingresso e de exclusão das Forças Armadas.

Preparação (microfilmagem) - É empregada para organizar as folhas de alterações para que possam ser microfilmadas posteriormente.

Pré-Requisitos (relacionados com o PDE) - São as condições necessárias para que o graduado ou civil possa candidatar-se aos cursos visando ingressar em um dos quadros do CPGAer (Portaria COMGEP nº 010, de 08 MAR 1993).

Prisão em Flagrante Delito (justiça) - A que ocorre no exato momento em que se consuma o crime, ou após perseguição.

Prisão Preventiva (justiça) - É aquela em que, em qualquer fase do inquérito ou de instrução criminal, o juiz decreta contra o acusado.

Prisão Provisória (justiça) - É aquela que é feita ocasionalmente, sem caráter de pena.

Promoção “post mortem” - É aquela que visa expressar o reconhecimento da Pátria ao militar falecido no cumprimento do dever ou em consequência disto, ou ainda reconhecer o direito do militar a quem cabia a promoção, não efetivada por motivo de óbito.

Promoção - É um ato administrativo e tem como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau hierárquico superior, com base nos efetivos fixados em lei.

Promoção em ressarcimento de preterição - É aquela efetivada após ser reconhecido ao militar preterido o direito à promoção que lhe caberia.

Promoção por antiguidade - É aquela que se baseia na precedência hierárquica de um militar sobre os demais de igual posto ou graduação, dentro de um mesmo quadro.

Promoção por bravura - É aquela que resulta de ato ou atos incomuns de coragem e audácia que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representem feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanado.

Promoção por merecimento - É aquela que se baseia no conjunto de qualidades e de atributos que distinguem e realçam o valor do militar entre seus pares, avaliados no decurso da carreira e no desempenho de funções, em particular, no posto ou na graduação que ocupa ao ser cogitado para a promoção.

Prontuário - É a coleção de documentos que instrui uma identificação.

Quadro de Acesso (graduados) - São relações de graduados em condições de serem promovidos, organizadas separadamente por graduação e quadro, para as promoções por antiguidade e por merecimento.

Quadro de Acesso por Antiguidade (QAA) (graduados) - É a relação dos graduados habilitados ao acesso e colocados em ordem decrescente de antiguidade.

Quadro de Acesso por Merecimento (QAM) (graduados) - É a relação dos graduados habilitados ao acesso e resultante da apreciação do mérito e das qualidades exigidas para a promoção por merecimento.

Qualificação (mobilização) - É a condição adquirida através de cursos necessários para que o graduado ou civil possa ser declarado soldado de 1ª Classe, cabo ou sargento (Portaria COMGEP nº 010, de 08 MAR 1993).

Quota compulsória (graduados) - É destinada a assegurar a renovação, o equilíbrio, a regularidade de acesso e a adequação dos efetivos em cada graduação.

Recebimento de Denúncia (justiça) - Sentença declaratória de instauração da ação penal.

Recurso - É o meio legal de que dispõe o graduado para pleitear a modificação de ato administrativo que o tenha prejudicado ou de reconhecimento de um direito que julgue lhe tenha sido negado.

Recurso Judicial (justiça) - Meio apto ou adequado que a parte vencida emprega para provocar o órgão judiciário que prolatou a decisão.

Continuação do Anexo A - Glossário

Reengajamento - É a prorrogação voluntária do tempo de serviço militar, uma vez terminado o engajamento obrigatório. Podem ser concedidos sucessivos reengajamentos à mesma praça, até a aquisição da estabilidade, obedecidas as condições que regulam a concessão (art. 3º do Dec. nº 57.654, de 20 JAN 1966 - RLMS).

Reforma por incapacidade física definitiva (I.F.D) - É o ato pelo qual o militar ingressa na inatividade remunerada, após homologação da incapacidade física definitiva pela Junta Superior de Saúde, constatando a necessidade de Reforma.

Registro de Carta-Patente - Lançamento de dados específicos em livros próprios para esse fim.

Reidentificação - São os registros subsequentes à Identificação, baseados nos arquivos da SID, dos caracteres identificadores, a fim de que se possa restabelecer ou comprovar a respectiva identidade, também conhecida como 2ª via.

Relaxamento da Prisão (justiça) - Suspender, voluntariamente, a execução de uma pena ou prisão ilegal.

Restrições Legais (justiça) - Restrições impostas aos militares envolvidos com a Justiça comum criminal.

Reversão - É o ato pelo qual o militar agregado retorna ao respectivo Corpo, Quadro, Arma ou Serviço tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica.

Revogação da Prisão (justiça) - Anulação de uma prisão.

Seleção (serviço militar) - Procedimento pelo qual são avaliados os brasileiros da classe convocada e anteriores em débito com o Serviço Militar para fins de incorporação.

Sentença (justiça) - Designa a decisão, a resolução, ou a solução dada por uma autoridade a toda e qualquer questão submetida à sua jurisdição.

SID - Sigla da Subdivisão de Identificação.

SIDENT - Sigla do Sistema de Identificação da Aeronáutica.

SIDOM - Sigla da Seção de Identificação de Organização Militar.

Suspensão Condicional da Pena (Sursis) (justiça) - Instituto de política criminal que, visando à regeneração do delinqüente primário, faculta ao juiz a suspensão temporária da execução da pena.

Suspensão do Processo (justiça) - Fato de ficar temporariamente interrompido o processo, dentro de determinadas condições.

Tempo de Efetivo Serviço - É o espaço de tempo computado dia-a-dia entre a data de ingresso e a data limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento em consequência da exclusão do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado (art. 136 do Estatuto dos Militares).

Tempo de Localidade - É o tempo, sem interrupção de continuidade, compreendido entre a data de apresentação do militar em qualquer OM de uma mesma localidade e 31 de março do ano seguinte ao da sua inclusão no Plano de Movimentação (PLAMOV) (Item 1.2.2, da Portaria COMGEP nº 75/2EM, de 17 JUL 2003 - ICA 30-4).

Termo de Deserção (justiça) - Termo onde se declara a deserção de um militar.

Trancamento da Ação Penal (justiça) - Decisão por meio da qual o Juiz susta o prosseguimento da ação penal.

Transferência para a Reserva Remunerada - É o ato pelo qual o militar ingressa na situação de inatividade, percebendo remuneração da União, e sujeito à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização.

Transitada em Julgado (justiça) - Diz-se relativamente à decisão judiciária da qual não cabe mais recurso, ou para a qual o prazo de recurso expirou.

Vara Criminal (justiça) - Denominação de cada uma das divisões de jurisdição criminal, nas comarcas onde há mais de um Juiz.

ÍNDICE

Acórdão	2.4 (pág. 10)
Acumulação	
ilícita.....	9.37 (pág. 59)
lícita.....	9.40 (pág. 59)
Adição e vinculação	
COMAR de adição	7.31 (pág. 44)
documento legal	7.29 (pág. 43)
idade para reforma.....	7.34 (pág. 44)
mapa da reserva.....	7.39 (pág. 45)
mudança de endereço	7.32 (pág. 44)
OM de vinculação	7.33 (pág. 43)
falecimento de militar.....	7.33 (pág. 44)
onde se publicam as portarias de Reforma por idade-limite	7.37 (pág. 44)
quando é processada a reforma	7.36 (pág. 44)
serviço militar de brasileiro no exterior	7.38 (pág. 44)
Adicional de insalubridade	
gestante.....	9.13 (pág. 55)
Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
acumulação.....	9.17 (pág. 55)
suspensão	9.19 (pág. 55)
Adicional de periculosidade.....	9.12 (pág. 55)
Afastamento do cargo ou da função.....	5.60 (pág. 25)
Agregado	5.33 (pág. 20)
Junta Superior de Saúde ou Junta Regular de Saúde	8.17 (pág. 48)
militar desertor	8.18 (pág. 48)
promoção.....	8.15 (pág. 48)
Reserva ou Reforma.....	8.16 (pág. 48)
Alistamento	
fora de prazo.....	7.3 (pág. 41)
prazo	7.1 (pág. 41)
quem compete	7.2 (pág. 41)
Aposentadoria	
com paridade total	9.7 (pág. 54)
fundamento legal diferente.....	9.27 (pág. 57)
revisão	9.28 (pág. 57)
sem paridade total.....	9.8 (pág. 54)
Aposentadoria voluntária	
Requisitos	
cumulativos	9.25 (pág. 56)
essenciais.....	9.25 (pág. 56)
Apresentação de militar	
início de curso	8.6 (pág. 46)
Atividades insalubres, penosas ou perigosas	
acréscimo de tempo de serviço.....	9.14 (pág. 55)
controle.....	9.15 (pág. 55)
Ato de aposentadoria	
contagem de adicional.....	9.59 (pág. 62)

quando entra em vigor	9.60 (pág. 62)
Atualização de dados	6.36 (pág. 36)
Atualização SIAPE/SIAPEcad	9.65 (pág. 63)
Avaliação de desempenho .. 5.3, 5.5, 5.6, 5.7, 5.10, 5.13, 5.15, 5.16, 5.31 (págs. 16, 17, 18, 20)	
delegar competência	5.22 (pág. 19)
responsável	5.20 (pág. 19)
Avaliação de servidor	9.21 (pág. 56)
Avaliador	5.4, 5.11 (págs. 16, 17)
considerações	5.17, 5.18 (pág. 18)
responsabilidade	5.21 (pág. 19)
Averbação de tempo de serviço	6.12, 6.14, 6.15, 9.39 (págs. 33, 59)
documento	6.13 (pág. 33)
Beneficiário de pensão	
anulação da exclusão	9.69 (pág. 63)
Boletim	
cabo, soldado e taifeiro	8.1 (pág. 46)
desligamento	8.5 (pág. 46)
licenciamento de militar	8.4 (pág. 46)
militar incorporado	8.2 (pág. 46)
movimentação de cabo, soldado e taifeiro	8.3 (pág. 46)
Caráter definitivo	2.20 (pág. 12)
Cargo comissionado	9.51 (pág. 61)
Carta patente	8.19 (pág. 48)
apostila	8.24, 8.25, 8.27 (págs. 48, 49)
cassada	8.28 (pág. 49)
incorrecção gráfica	8.30 (pág. 49)
lavratura	8.21, 8.22 (pág. 48)
modalidade	8.20 (pág. 48)
retificação	8.31 (pág. 49)
segunda via	8.29 (pág. 49)
Certidão de serviço de guerra	6.21 (pág. 34)
Certidão de tempo de serviço	6.18, 6.20 (pág. 34)
originais	9.26 (pág. 57)
requerimento para o Comando da Aeronáutica	9.24 (pág. 56)
Certidão de tempo de serviço/contribuição	
emitida pelo INSS	9.61 (pág. 62)
prestado a órgão estadual, municipal e federal	9.62 (pág. 62)
Cientificar o avaliado	5.8 (págs. 16, 17)
Citação	2.1, 2.15, 2.16 (págs. 10, 11)
Comissão de sindicância	9.39 (pág. 59)
Cômputo de tempo de serviço	6.1 (pág. 32)
localidade especial categoria "A"	6.4 (pág. 32)
Conselho de Disciplina	5.55, 5.63, 5.66, (págs. 23, 25, 26)
acusado revel	5.77 (pág. 27)
afastamento do cargo ou da função	5.60 (pág. 25)
alienação mental do acusado	5.81 (pág. 28)
ampla defesa	5.74, 5.76 (pág. 27)
autoridade nomeante	5.96, 5.99 (págs. 29, 30)
comportamento inconveniente	5.78 (pág. 27)
decisão final	5.104 (pág. 30)

desacatar membros do conselho	5.79 (pág. 27)
despacho final.....	5.103 (pág. 30)
falecimento do acusado	5.80 (págs. 27, 28)
férias	5.61, 5.62 (pág. 25)
graduado excluído	5.106 (pág. 30)
legislação.....	5.107 (pág. 31)
libelo acusatório	5.72 (págs. 26, 27)
meio lícito de comunicação social	5.59 (pág. 25)
militar reformado.....	5.105 (pág. 30)
oficial impedido.....	5.64 (pág. 26)
prazo	5.89, 5.91, 5.99, 5.102 (págs. 28, 29, 30)
prescrição	5.108 (pág. 31)
recurso	5.100, 5.102 (pág. 30)
relatório	5.92, 5.95 (pág. 29)
remessa dos autos do processo	5.96 (pág. 29)
substituição de membro.....	5.65 (pág. 26)
testemunha.....	5.82, 5.88 (pág. 28)
Contagem de prazos	2.11, 2.21 (págs. 11, 12)
Contestação	2.21 (pág. 12)
CPF desativado	9.67 (pág. 63)
Critério de desempate.....	9.20 (pág. 56)
Cumprimento	2.18, 2.19, 2.20 (págs. 11, 12)
Curso de formação	9.52 (pág. 61)
Demissão.....	6.3 (pág. 32)
Descontos	
faltas	9.10 (pág. 54)
Desligamento	6.5, 8.14 (págs. 32, 47)
DIRAP.....	4.1, 4.2 (pág. 14)
Direito adquirido	9.57 (pág. 62)
Documentos	2.19 (pág. 12)
Envolvido com a justiça comum criminal ou militar	8.53 (págs. 51, 52)
Estabilidade	
tempo de serviço.....	8.11 (pág. 47)
Erros na avaliação	5.11, 5.12 (pág. 17)
Ex-combatente	6.21, 6.26 (págs. 34, 35)
Exoneração	
estágio probatório	9.6 (págs. 53, 54)
FAG.....	5.9 (pág. 17)
data limite	5.24 (pág. 19)
especial	5.27 (pág. 19)
eventual (CPG - 04).....	5.28 (pág. 19)
grau de sigilo	5.29 (pág. 19)
guarda ou reprodução de informações	5.30 (pág. 19)
periódica	5.26 (pág. 19)
tipo.....	5.25 (pág. 19)
Férias	9.36 (págs. 58, 59)
contadas em dobro.....	6.6 (pág. 32)
órgão de formação.....	6.10 (pág. 33)
Folha de alteração	6.16, 6.17 (pág. 34)
Função	

comissionada.....	9.23 (pág. 56)
gratificada	9.23 (pág. 56)
Gratificação de compensação orgânica	6.27 (pág. 35)
Gratificação especial de localidade	9.56 (pág. 62)
Homologação.....	5.10 (pág. 17)
Identificação	6.37, 6.67, 6.68 (págs. 37, 40)
legislação	6.37 (pág. 37)
Inaptidão física temporária	5.37 (pág. 20)
Inatividade do servidor	9.68 (pág. 63)
Inativo.....	6.9 (pág. 33)
situação de justiça	6.11 (pág. 33)
Informação.....	2.10, 2.17 (pág. 11)
Interstício.....	5.36 (pág. 20)
Intimação	2.2, 2.9, 2.14 (págs. 10, 11)
Invalidez	9.58 (pág. 62)
Laudo de avaliação ambiental	9.18 (pág. 55)
Lei nº 1.050/50	
solicitação dos benefícios	9.29 (pág. 57)
tipos de benefícios	9.30 (pág. 58)
Licença	
para tratamento da própria saúde	9.33 (pág. 58)
por motivo de doença em pessoa da família.....	9.34 (pág. 58)
Licença Especial (LESP).....	8.7 (pág. 46)
concessão	8.10 (pág. 47)
medalha militar	8.44, 8.45 (págs. 50, 51)
período de gozo.....	8.9 (pág. 47)
período para requerer	8.8 (pág. 47)
Licenciamento de militar	8.4, 8.12, 8.13 (págs. 46, 47)
Liminar	2.13, 2.14, 2.20 (págs. 11, 12)
Magistério da Aeronáutica.....	9.63 (pág. 63)
Mandato de segurança	2.5, 2.9, 2.14 (págs. 10, 11)
Medalha militar	8.32 (pág. 49)
direito	8.34, 8.35, 8.36 (págs. 49, 50)
dispensa médica	8.46 (pág. 51)
envolvimento com justiça comum criminal ou militar	8.50 (pág. 51)
grau de sigilo.....	8.47 (pág. 51)
licença especial	8.44, 8.45 (págs. 50, 51)
militar não merecedor	8.37, 8.39 (pág. 50)
ofício proposta	8.40, 8.41 (pág. 50)
processo de oficial general.....	8.49 (pág. 51)
sentença condenatória.....	8.48 (pág. 51)
tempo de serviço	8.42, 8.43 (pág. 50)
tipo	8.33 (pág. 49)
Mérito dos graduados	5.2 (pág. 16)
Militar da reserva remunerada acometido de doença que o torne inválido	6.31 (págs. 35, 36)
Militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo	6.29 (pág. 35)
Militar incorporado.....	8.2 (pág. 46)
Militar licenciado a pedido reincluído no serviço ativo	6.30 (pág. 35)
Militar mobilizável	7.28 (pág. 43)
Militar não estabilizado	6.7, 6.8 (pág. 32)

Militar reformado por idade limite acometido de doença que o torne inválido.....	6.32 (pág. 36)
Movimentação	
cabo, soldado e taifeiro.....	8.3 (pág. 46)
desligamento.....	8.5 (pág. 46)
Notificação	2.14 (pág. 11)
OM pagadora.....	9.66 (pág. 63)
Opção por um dos cargos.....	9.38 (pág. 59)
Ordem hierárquica	
critério	5.34 (pág. 20)
Orientação	
candidato aprovado em concurso público	9.3 (pág. 53)
Pensão	
dependência econômica.....	9.49 (pág. 61)
direito	9.46, 9.48 (págs. 60, 61)
documentos.....	9.45 (pág. 60)
ex-esposa	9.44 (pág. 60)
falecimento da viúva	9.50 (pág. 61)
renúncia	9.43 (pág. 60)
tempo para requerimento.....	9.47 (pág. 60)
união estável.....	9.42 (pág. 60)
vitalícia.....	9.41 (pág. 59)
Pensão militar	
contribuição no posto/graduação superior.....	6.28 (pág. 35)
melhoria.....	6.34 (pág. 36)
Período Padrão de Avaliação (PPA)	5.4 - 5.7 (pág. 16)
Planejamento do fluxo de carreira	5.1 (pág. 16)
Pleitear modificação de ato administrativo.....	5.52 (pág. 23)
Posse	
candidata Grávida.....	9.1 (pág. 53)
gestante que deu à luz.....	9.2 (pág. 53)
Procedimento da SPC (Seção de Pessoal Civil)	
candidato aprovado	9.4 (pág. 53)
prazo expirado	9.4 (pág. 53)
Sobrenome	
alterado	9.5 (pág. 53)
incluído	9.5 (pág. 53)
Procedimento onde não existe assessor jurídico	2.12 (pág. 11)
Procedimento ordinário.....	2.18 (págs. 11, 12)
Processo que não for a julgamento	8.59 (pág. 52)
Promoção	
militar agregado.....	5.33 (pág. 20)
por bravura	5.38 (pág. 20)
“post-mortem”	5.39, 6.33 (págs. 20, 21, 36)
quadro de Taifeiros.....	5.54 (pág. 23)
ressarcimento de preterição.....	5.32, 5.40, 5.41, 5.42 (págs. 20, 21)
Quadros de acesso.....	5.43, 5.47 (págs. 21, 22)
Quota compulsória	5.48, 5.51, 6.2 (págs. 22, 23, 32)
Recurso.....	5.52, 5.53 (pág. 23)
Reidentificação.....	6.67, 6.68 (pág. 40)
REPE (Relatório Estatístico de Pessoal).....	3.1, 3.2, 3.3 (pág. 13)

Requisitos	
participação em cursos de longa duração	9.18 (págs. 56)
Reserva Remunerada ou Reforma	5.35 (pág. 20)
Revisor	
considerações	5.18 (pág. 18)
responsabilidade	5.23 (pág. 19)
Sentença.....	2.3 (pág. 10)
Serviço militar	
classe	7.4 (pág. 41)
convocada	7.5 (pág. 41)
débito	7.12 (pág. 42)
designação.....	7.6 (pág. 41)
desobrigado.....	7.8 (pág. 41)
dilação.....	7.7 (pág. 41)
dispensa.....	7.9 (pág. 41)
disponibilidade.....	7.10 (pág. 42)
encostamento (ou depósito)	7.11 (pág. 42)
eximido	7.13 (pág. 42)
incorporação	7.15 (pág. 42)
insubmisso	7.16 (pág. 42)
isento.....	7.17 (pág. 42)
multa mínima	7.18 (pág. 42)
município tributário	7.19 (pág. 42)
preferenciado	7.20 (pág. 43)
refratário	7.22 (pág. 43)
reservista	7.23 (pág. 43)
1ª categoria.....	7.23 (pág. 43)
2ª categoria.....	7.24 (pág. 43)
seleção.....	7.25 (pág. 43)
situação especial	7.26 (pág. 43)
taxa militar	7.27 (pág. 43)
Servidor aposentado	9.59 (pág. 62)
Servidor ex-celetista	9.43 (págs. 59, 60)
SIGPES (Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal)	3.4, 3.6 (pág. 13)
Sujeito as restrições legais.....	8.51, 8.52, 8.54 – 8.58 (págs. 51, 52)
Tarefa por tempo certo	6.35 (pág. 36)
Tempo de efetivo serviço	
tempo que poderá ser acrescentado	6.12 (pág. 33)
Tutela antecipada.....	2.13 (pág. 11)
Vacância do cargo	9.60 (pág. 62)